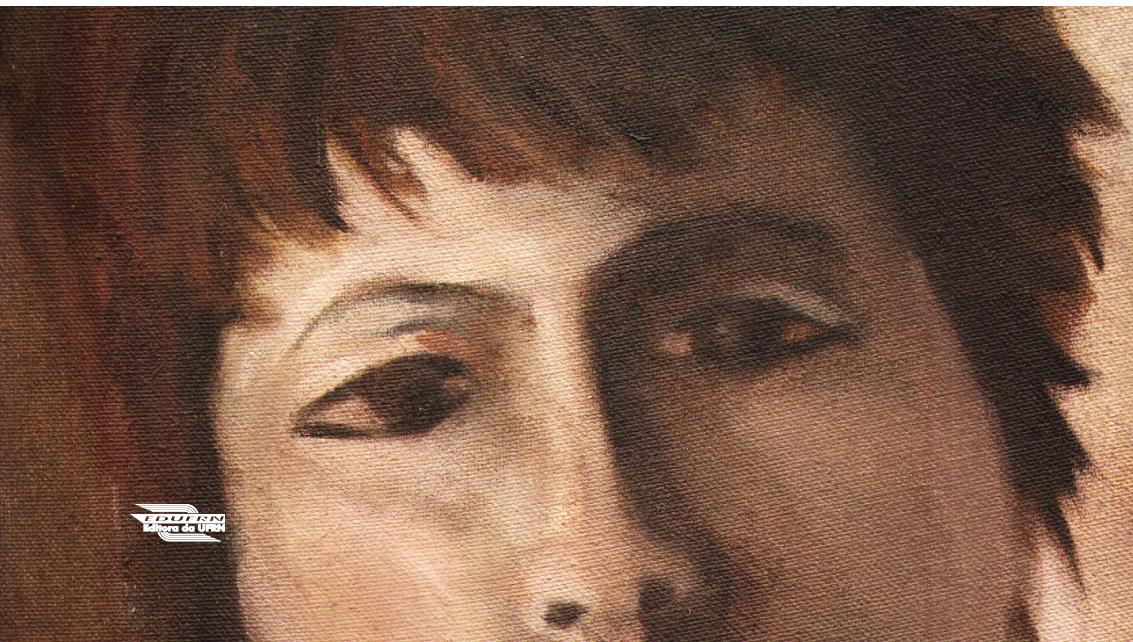


Coleção
Ciências
Sociais

Berenice Bento

Homem não tece a dor
queixas e perplexidades masculinas



Homem não tece a dor
queixas e perplexidades masculinas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Reitora

Ângela Maria Paiva Cruz

Vice-Reitora

Maria de Fátima Freire de Melo Ximenes

Diretora da EDUFRN

Margarida Maria Dias de Oliveira

Vice-Diretor da EDUFRN

Enoque Paulino de Albuquerque

Conselho Editorial

Margarida Maria Dias de Oliveira (Presidente)

Helton Rubiano de Macedo

Carla Giovana Cabral

Ana Karla Pessoa Peixoto Bezerra

Anne Cristine da Silva Dantas

George Dantas de Azevedo

Regina Simon da Silva

Nédja Suelly Fernandes

Lia Rejane Mueller Beviláqua

Paulo Ricardo Porfírio do Nascimento

Eliane Marinbo SorianoMauricio Roberto C. de Macedo

Paulo Roberto Medeiros de Azevedo

Ana Emannela Nelson dos Santos Cavalcanti da Rocha

Tânia Maria de Araújo Lima

Maria da Conceição Ferrer Botelho Sgadari Passeggi

Maria de Fátima Garcia

Edna Maria Rangel de Sá

Rosires Magali Bezerra de Barros

Tarcísio Gomes Filho

Fábio Resende de Araújo

Maria Aniolly Queiroz Maia

Editor

Helton Rubiano de Macedo

Editores Assistentes

Paula Frassinetti dos Santos

Supervisão editorial

Alva Medeiros da Costa

Revisão

Silvia Brito

Editoração eletrônica

Fabrizio Ribeiro

Capa

Fabrizio Ribeiro

Imagem da capa

Domínio Público (After Images)

Berenice Bento

Homem não tece a dor
queixas e perplexidades masculinas



Natal, 2015

Divisão de Serviços Técnicos
Catalogação da Publicação na Fonte. UFRN/Biblioteca Central Zila Mamede

Bento, Berenice.

Homem não tece a dor: queixas e perplexidades masculinas / Berenice Bento. –
2. ed. – Natal, RN: EDUFRN, 2015.

220 p.

ISBN 978-85-425-0022-6

1. Masculinidade. 2. Transexualismo. 3. Identidade de gênero. I. Título.

RN/UF/BCZM

CDD 305.3
CDU 3-055.1

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Campus Universitário, s/n – Lagoa Nova – 59.078-970 – Natal/RN – Brasil
E-mail: contato@editora.ufrn.br – www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342-2221

Sumário

Apresentação	7
Introdução	11
1. Metodologia da pesquisa	21
1.1 Das entrevistas	31
1.2 Dos entrevistados	35
2. Gênero: uma reflexão teórica	47
2.1 O surgimento dos estudos de gênero	48
2.2 A diferença como princípio metodológico	57
2.3 Condições metodológicas no estudo das relações de gênero	61
2.4 A busca de explicações universais para a constituição dos gêneros	63
2.4.1 Chodorow e a construção da identidade de gênero	63

2.4.2 O papel materno feminino e a oposição universal entre os papéis doméstico e público	69
2.4.3 A mulher, a natureza e a cultura	72
2.5 Scott e a construção da categoria analítica “gênero”	76
3. Masculinidade hegemônica e outras masculinidades	81
3.1 Masculinidade e homofobia	99
4. A emergência de uma nova subjetividade?	103
4.1 A construção do <i>habitus</i>	112
5. Negociação e negação em relações contraditórias	137
5.1 Foucault: uma concepção relacional do poder	139
5.2 Relacionamento igualitário	144
5.3 O diálogo e as regras silenciosas da relação	147
5.4 Inversão na representação dos gêneros	161
6. A ideologia individualista e as relações de gênero	165
6.1 A ideologia individualista e as mulheres	169
6.2 A ideologia individualista e os homens	172
6.3 A ideologia individualista, as mulheres e os homens	175
6.4 Os homens e suas histórias	186
Considerações finais	195
Referências	203

Apresentação

A assim é vida. Quando você imagina que o passado se foi, ele transforma-se em agora. Mas quem disse que nossas atenções estão voltadas para o futuro? O presente é antes de tudo contínuas visitas ao passado. Os olhos estão voltados para os nossos retrovisores-biográficos.

Há algum tempo alimentava o desejo de publicar minha dissertação de Mestrado. Depois de relê-la, entre os efeitos secundários, tive uma bruta crise de sinusite. Uma semana de cama. Ela estava há mais de uma década não aos cuidados da “crítica roedora dos ratos”, mas sob a proteção de ácaros decanos. A dissertação foi defendida no Programa de Pós-graduação em Sociologia da UnB. Lembrei-me com carinho de minhas reuniões de orientação com o Professor Carlos Benedito Martins. Lembrei-me também dos risos de algumas feministas acadêmicas, que me falaram: “Berenice, uma dissertação sobre homens? Mas eles já escreveram a história da humanidade. Não há nada para falar sobre eles”. Ou outro comentário: “sua dissertação é boa. Pena que não discute gênero”. Embora eu tenha tentado, até hoje não sei o que tal pesquisadora entendia por gênero.

A mesma estranheza aconteceu quanto defendi minha Tese de Doutorado sobre transexualidade no mesmo Programa. Entretanto, devo reconhecer o privilégio de ter realizado toda minha formação na UnB e naquele Programa. Sou profundamente privilegiada por ter estado ali. Credito os risos e piadas de corredor ao fato da Sociologia brasileira não ter, naquele momento, nenhuma tradição em discutir masculinidades ou experiências de gênero fora dos marcos binário. Gênero ainda era sinônimo de mulher. Minha dissertação foi a primeira a discutir masculinidade na Sociologia brasileira e minha Tese a primeira que elegeu a transexualidade como tema. Esse quadro mudou substancialmente nos últimos 10 anos. Basta uma rápida pesquisa nos anais dos Congressos da Sociedade Brasileira de Sociologia, da Associação Brasileira de Antropologia, dos Seminários Internacionais Fazendo Gênero. Certamente, ninguém mais ousaria questionar a legitimidade desses temas em uma seleção para Mestrado ou Doutorado nas universidades brasileiras.

Passaram-se alguns anos, muitas coisas mudaram. Um dos principais referenciais teóricos de minha dissertação migrou de gênero: Robert W. Connell agora é uma mulher transexual e chama-se Raewyn Connell. Mas não acredito em cortes profundos. Certamente Robert está presente em Raewyn ou talvez Raewyn já estivesse em Robert. Da mesma forma que ao reler estes escritos posso notar claramente que minha Tese sobre transexualidade também já estava em curso. O novo e velho estão entrelaçados muito mais do que, de certo forma, gostaríamos. Daí não ter nenhum sentido falar de origem quando nos remetemos ao campo das identidades e relações sociais.

Revisitei meus colaboradores e minhas colaboradoras. Pude constatar a atualidade de seus dilemas e a vitalidade do referencial teórico que utilizei. Estive em 2011 no *IV Colóquio sobre Varones e Masculinidades* (Montevideu-Uruguai). Os termos e conceitos não

mudaram substancialmente, ainda se fala de masculinidades subalternas e hegemônicas assentadas fundamentalmente nos corpos de homens. Embora sejam perspectivas teóricas densas e com grande alcance explicativo, observo que os estudos *queer* e o deslocamento do gênero de uma referência binário/biológico ainda não chegaram fortemente a este campo de estudo. Em termos de políticas públicas, o Estado tem realizado algumas iniciativas voltadas para os homens, principalmente no âmbito da saúde. Essas iniciativas são, sem dúvida, um avanço e um dos efeitos dos estudos das masculinidades no Brasil.

No entanto, a concepção de gênero que orienta tais políticas vincula masculinidade exclusivamente aos corpos nascidos com pênis. E as mulheres que migraram do gênero feminino para o masculino e que se reconhecem e lutam para serem reconhecidos socialmente como homens? Talvez como um “castigo” por terem ousado migrar de gênero, são os homens transexuais os grandes esquecidos nas políticas públicas, inclusive no âmbito do processo transexualizador do SUS.

Depois de reler as entrevistas dos homens e das mulheres, o labirinto cresce. Como sair das amarras, como descobrir as teias de Aridne que podem nos levar aos caminhos para a sobrevivência à maquinária do gênero? Labirinto é uma imagem insuficiente para pensar os caminhos pelos quais nós somos enredados e nos enredamos na produção e reprodução dos gêneros inteligíveis. Não basta falar de interdição e sofrimento. Qual a capacidade do sujeito subverter, inventar trilhas diferentes daquelas deixadas pelos rastros e ecos de vozes que insistem em naturalizar relações de poder historicamente tecidas?

Talvez fosse mais fácil pensar em termos de uma história com início, desenvolvimento e conclusão. Felizmente, não é assim. Vou contar-lhes histórias de homens despedaçados, que não “podem narrar a dor”. Dor? Sofrimento? Angústia? Nada disso tem a ver com o universo masculino. Será? Veremos nos relatos que tudo isso diz

respeito aos homens educados, socializados e preparados para serem homens por suas mães e pais, irmãs e irmãos, professoras e professores, amigas e amigos. Até agora não entendo as explicações que afirmam que a estrutura de gênero é o resultado da ordem patriarcal. Mulheres e homens estão totalmente implicados na produção de um modelo de homem violento e viril. Não se trata de dizer: “você, mulheres, educaram seus filhos para matar as mulheres”, mas de pensar que a estrutura hierárquica e assimétrica de gênero faz parte de um projeto social o qual homens e mulheres estão envolvidos na reprodução do modelo hegemônico.

A noção de patriarcado ou patriarcalismo não tem eficácia e coerência para explicar as múltiplas configurações entre os gêneros. Ademais, vale lembrar que a categoria gênero isoladamente tem pouco alcance explicativo. Depois das inúmeras etnografias sobre padrões divergentes para as organizações das relações entre os gêneros em diversas culturais, dos movimentos trans (travestis, transexuais, transgêneros, intersexos), parece-me uma miopia analítica pensar a humanidade em termos de unidades psíquicas universais e de se propor modelos explicativas que deem conta de todas as diferenças.

Essa pesquisa nega-se a qualquer tentativa de generalização. É construída a partir de histórias de homens e mulheres concretos, de sujeitos que encarnavam a história em discursos particulares. É a história fazendo-se. Senti em suas narrativas a força da maquinaria incansável, dedicada a produzir os gêneros como duas estruturas corpóreas, subjetivas e sexuais radicalmente distintas. Dois gêneros: masculino e feminino. Uma sexualidade: a heterossexualidade. Uma simplicidade que esconde todas as tecnologias discursivas acionadas para naturalizar os gêneros.

Introdução

Este livro conta histórias de homens, porém não tem como objetivo propor uma análise generalizável para as relações de gênero no Brasil, ou mesmo para a identidade masculina. Ao contrário, ele fala de membros de um segmento social específico, portadores de visões de mundo específicas, integrantes de uma geração também específica.

Tento refletir sobre a identidade de gênero desse grupo de homens à luz das transformações sociais ocorridas nas últimas décadas, motivada por uma dúvida: será que os homens ficaram impassíveis diante das mudanças propiciadas pelo ingresso das mulheres na vida pública, do movimento feminista e da emergência da ideologia individualista?

Partindo do geral para o específico, diria que este trabalho assenta-se em três níveis: a relação entre subjetividade e sociedade, a relação de gênero e, articulando estes dois níveis, ao mesmo tempo em que oferece contornos mais visíveis, o gênero masculino.

O primeiro passo para construção da pesquisa foi a realização de um levantamento bibliográfico da produção acadêmica que discute o gênero masculino. Isto me colocou diante do primeiro problema. As ciências sociais no Brasil ainda não forjaram uma sólida tradição acadêmica, epistemológica, em torno da questão. O estudo das relações de gênero é hegemonizado pelo enfoque das problemáticas femininas.

Constatee que a psicologia social tem um interesse maior em entender as mudanças na identidade masculina e seus desdobramentos face à Sociologia contemporânea. Em São Paulo, existem dois grupos de reflexão temática com foco nos “estudos do homem”: o GESMAP (Grupo de Estudos sobre Sexualidade Masculina e Paternidade), organizado pela ECOS (Estudos e Comunicação em Sexualidade Humana). Este grupo reúne mensalmente, por meio de *workshops*, pessoas que estão trabalhando com populações masculinas ou discutindo o conceito de masculinidade; e o NEGRI (Núcleo de Estudos de Gênero, Raça e Idade), no âmbito do Programa de Estudos Pós-graduados em Psicologia Social.

Ainda em São Paulo, o psicoterapeuta Luis Cushnir desenvolve um trabalho de caráter mais interventivo no Hospital das Clínicas, voltado para atender pacientes homens que encontram dificuldades psicológicas.

No Rio de Janeiro, o psicoterapeuta Sócrates Nolasco criou a Associação Brasileira de Pesquisa sobre a Condição da Masculinidade e o serviço telefônico “Pai 24 Horas” que, além de orientação via telefone, oferece *workshops*, palestras, oficinas, grupos de estudos e pesquisa.

Dos levantamentos bibliográficos realizados, conclui: 1) Além do interesse em pesquisa pura, desenvolvida pela psicologia social, há também a intervenção, por meio de atendimentos a homens que

procuram ajuda; 2) Os temas abordados são fundamentalmente três: a sexualidade masculina, a paternidade e a violência.

O fato de a Psicologia Social ser a disciplina que mais pensa e produz textos em torno dos estudos do homem (*men's studies*), possibilitou-me inferir que é na subjetividade masculina, principalmente, onde estão ocorrendo mudanças. A Sociologia, a Antropologia e a História tiveram maior empenho em estudar as questões referentes à mulher, justamente porque estas, em grande parte, diziam respeito ao “sociologicamente visível” (FIGUEIRA, 1987), como a inserção das mulheres no mercado de trabalho, a violência física e os direitos trabalhistas. Agora, a Psicologia dá uma contribuição destacada no estudo da condição masculina, pois é na esfera da subjetividade masculina que se nota uma maior efervescência de mudanças.

As mudanças no campo da subjetividade são mais lentas, nem sempre acompanhando o passo da mudança social (VAITSMAN, 1994). Contudo, a Sociologia deve contribuir com o seu olhar, buscando dar visibilidade para algo aparentemente invisível, que está colocando novos desafios para o entendimento das relações sociais de gênero. Este meu trabalho tem como finalidade propor uma interpretação que busque vincular as mudanças que estão sendo gestadas na subjetividade dos homens (Capítulo IV) entrevistados a outros aspectos, como as relações de poder nas relações de gênero (Capítulo V).

Em alguns países como Canadá, EUA, França, Itália e Austrália, a produção acadêmica (principalmente a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia Social) e os debates públicos sobre a masculinidade já constituem um tema reconhecido e legitimado. O resultado concreto desse interesse pode ser observado pela quantidade de grupos de homens que atuam sobre diferentes aspectos do cotidiano.

Nos EUA, alguns desses grupos são: “Maridos anônimos que sofreram abuso”, “Introdução à liberação e opressão do homem”, “*Men’s Resource Center*”, “Homens sobreviventes de abuso sexual infantil”, “Interesse masculino na paternidade”, “A coalizão de pais americanos”, “Centro nacional dos homens”, “Rede dos pais em casa”. Estas são algumas das cem entidades norte-americanas que se dedicam ao estudo de questões masculinas e à defesa dos interesses dos homens. Entre estes interesses masculinos, destaca-se: como ter mais direitos na educação dos filhos, mais chances de obter a custódia em caso de divórcio e um leque de serviços para homens (terapias, auxílio judiciário em caso de litígio, retiros de fim de semana). Os grupos já são considerados como um movimento social denominado “movimento masculista”.

Para Connell (1995), a prática desses movimentos apresenta características que podem ser condensadas em quatro tipos de políticas: 1) Terapia da masculinidade. São homens que frequentam consultórios de terapia e têm como objetivo resolver seus próprios problemas existenciais. Estes são alheios a tudo que diz respeito aos problemas sociais. A organização de retiros é uma prática muito comum entre estes homens; 2) O *lobby* das armas. Homens que se organizam para exaltar seu poder e seguem, de forma explícita, uma pauta política antifeminista; 3) A liberação *gay*. As comunidades *gays* têm se organizado em torno das questões referentes à AIDS, ao mesmo tempo em que promovem uma inversão da abordagem convencional, contestando e desmontando as identidades; 4) Política de saída ou política transformativa. São homens que militam em torno dos mais diversos aspectos do cotidiano, referentes à relação entre os gêneros, como por exemplo: defendem a divisão igualitária no cuidado das crianças e no trabalho doméstico de uma forma geral, lutam para “sair das estruturas patriarcais atuais” (CONNELL, 1995, p. 196) e defendem a participação igualitária das mulheres em todas as esferas públicas. Nos EUA, este grupo de homens criou uma

entidade chamada NOMAS (*National Organization for Men Against Sexism*) e a revista *Changing Men*. Ao construir tal tipologia, Connell tem como objetivo negar uma aparente homogeneidade na organização dos homens.

Os americanos foram um dos primeiros a pensar sobre a masculinidade, inaugurando os *men's studies*. Para Badinter, os homens americanos viram-se diante de um feminismo muito mais radical e poderoso do que, por exemplo, na França, onde

[...] a virilidade é menos contestada, a violência masculina é menor, e os homens têm menos medo das mulheres, e reciprocamente. Resultado: para os franceses, o problema da masculinidade se coloca com menos acuidade do que para os americanos, o que não impede que atormente aos franceses, homens e mulheres¹ (BADINTER, 1992, p. 7).

A organização de grupos de homens que se reúnem para discutir seus problemas é uma tendência em várias partes do mundo, inclusive no Brasil. O Canadá tem mais de 82 grupos de homens² e nos Estados Unidos, além de dezenas de grupos, existem mais de duzentos departamentos de *men's studies* (BADINTER, 1992, p. 191).

O fato dos homens estarem se organizando de uma forma tão intensa nestes países corresponde a uma maior efervescência e uma mudança mais radical nas relações de gênero³. Hoje, nos EUA, de

-
- 1 A leitura que Badinter faz das relações de gênero na França e do processo constitutivo da identidade masculina em contraposição à identidade feminina é questionada por Trat (1993), que a considera excessivamente conciliatória.
 - 2 Em Montreal desenvolveu-se um forte movimento de homens, em conjunto com as mulheres, engajados na luta pelo fim da violência dos homens contra as mulheres. Este movimento teve como mola impulsadora o assassinato de 14 mulheres pelo jovem Marc Lépine, em 1989. Sobre tal massacre, ver Corneau (1990, 1995) e Kaufman (1993).
 - 3 Devo alertar que tal inferência não tem nenhum juízo de valor. Gostaria apenas de fazer a relação entre organização dos grupos e mudança nas relações de gênero.

cada trinta crianças americanas, uma é criada apenas pelo pai. Esse é o grupo familiar que mais cresce nos EUA: pais que cuidam sozinhos dos filhos. A maioria é divorciada e conseguiram na justiça a guarda dos descendentes.

Há uma correspondência desse interesse no meio acadêmico, exemplo disso é a criação do curso de graduação “Estudos do homem e da masculinidade”, na faculdade Hobart e William Smith, no Estado de Nova York. De 1984 a 1997, o número dos cursos universitários americanos sobre o homem contemporâneo aumentou de 40 para 509. Durante os anos 1980, os trabalhos produzidos sobre os homens nestes países ocuparam o primeiro lugar de vendagem, oferecendo um suporte para a formação e desenvolvimento de Grupos e Associações de Homens (NOLASCO, 1993).

Da mesma forma que no Brasil, em outros países o foco de estudo e de intervenção dá-se em torno dos mesmos eixos: sexualidade, violência e paternidade. Porém, se no Brasil ainda não há um campo científico legitimado sobre o estudo dos homens, observa-se que há um volume muito grande de informações de cunho jornalístico. O jornal *Folha de S. Paulo*, no seu caderno “Cotidiano”, traz semanalmente matérias que tratam, direta ou indiretamente, sobre o assunto. A revista *Veja*, na sua edição de 24 de janeiro de 1996, trouxe como matéria de capa a crise da masculinidade, cujo título era: “A angústia do macho: inseguro diante da mulher, preocupado com a forma física e o desempenho sexual, o homem está acuado”.

O interesse da imprensa pelo tema não é algo muito recente. A revista *Veja*, em sua edição de três de setembro de 1986, publicou uma entrevista com o jornalista americano Anthony Astrachan, com o título “O medo dos homens”. Astrachan falou sobre sua pesquisa com homens e apontou para a forma violenta como estes estavam reagindo às mudanças no comportamento das mulheres.

Em 1987, a “Revista de Domingo” do *Jornal do Brasil*, apresentou uma reportagem em que cita um grupo de homens que se reúne em Santa Tereza-RJ para discutir a “maldita obrigação de ser macho”. O entrevistado, um homem de 31 anos, fala que

Sofremos, mas poucos têm consciência disto. A obrigatoriedade do sucesso em todos os campos (no trabalho e na cama), a responsabilidade sobre a família e a cobrança de uma brutalidade que não mais interessa ao homem moderno. Reivindicamos o direito de se emocionar. A opressão das mulheres é mais visível, a dos homens é sutil. Nosso pênis, obrigatoriamente, deve ter dimensões espetaculares (JORNAL DO BRASIL, 1987, s/n).

Em junho de 1987, Moacir Costa, em entrevista a *Isto É*, com o título “Por um homem mais doce”, comenta que “na intimidade, o homem não é tão forte assim”. A entrevista tem como tônica a dificuldade do homem expressar e assumir suas emoções, bem como receber afeto de outras pessoas. Ele considera o ano de 1985 como sendo marcado pelo aumento do número de homens que procuraram tratamento médico, tratamento psicológico e que tomam tranquilizantes, chegando a afirmar que o homem morre mais cedo do que a mulher por causa de doenças cujo núcleo é a angústia, como a úlcera, a hipertensão e o enfarte.

Em maio de 1987, *O Globo*, em matéria intitulada “O pai-mãe e a tarefa de participar das atividades domésticas”, tem como objetivo revelar a existência de um considerável número de homens fazendo cursos de *baby-sitter* para cuidar de seus filhos. Segundo a matéria, a mesma sociedade que estimula a mulher a ter multiplicidade de papéis dentro e fora do casamento não incentiva o homem, com igual intensidade, a assumir as tradicionais tarefas femininas.

Ainda em *O Globo*, em abril de 1987, outro artigo fala da “Insegurança do sexo forte”. Nela, pontos como uma angústia

indefinida, um aperto momentâneo, apontam para problemas de insegurança, em que o amoroso ocupa o primeiro plano: o temor do desempenho sexual, o fantasma da traição que surge frente à mulher crescida. Quando mencionam o desempenho sexual, comentam sobre a falta de intimidade presente nas relações masculinas, dizendo que a relação entre homens é muito menos íntima do que as amizades femininas.

A pesquisa de arquivo⁴ realizada demonstrou que o interesse pelo tema vem crescendo permanentemente. As questões levantadas pelos jornais e imprensa, geralmente, repetem-se: o homem está acuado e perplexo com os avanços da mulher; ele quer ter direito ao choro; há aumento da impotência sexual masculina; os homens estão cada vez mais vaidosos; estão procurando mais o divã dos analistas; querem ter o direito de falhar sexualmente e não serem vistos ou cobrados como uma máquina sexual; estão cansados do controle feminino. O que está por trás das queixas e reivindicações anunciadas nos jornais?

Depois de tantas mudanças e conquistas das mulheres nos últimos trinta anos, e tantas outras mudanças que ocorreram nas múltiplas relações sociais, pergunta-se: como está o homem? O que mudou?

Embora este trabalho refira-se a um grupo específico de homens, possivelmente contribuirá para uma reflexão das relações de gênero e para a própria compreensão da identidade masculina, à

4 Consultei os jornais e revistas de grande circulação no Brasil (*Jornal do Brasil*, jornal *Folha de S. Paulo*, jornal *O Globo*, jornal *O Estado de S. Paulo*, revista *Veja*, revista *Isto É*), arquivados na biblioteca da Câmara dos Deputados. Utilizei como referência inicial para pesquisa o ano de 1980, visto que, nesta década o movimento de mulheres cresceu quantitativa e qualitativamente em todo Brasil. A pesquisa de arquivo, realizada entre os meses de março a julho de 1997, teve como objetivo, principalmente, perceber o interesse social de uma forma mais ampla, por questões referentes ao homem.

medida que parto da concepção de que não existe um único tipo de masculinidade na nossa sociedade, problematizando a ideia da masculinidade como uma prática homogênea. Esta pesquisa trata de um tipo de homem que organiza sua subjetividade e suas práticas de uma forma específica, ao mesmo tempo em que tem uma leitura singular de outras práticas de homens que compartilham seus cotidianos. Acredito que pensar relacionalmente a construção das identidades de gênero não deve limitar-se a tratar tal relação única e exclusivamente entre homens e mulheres, mas tentar pensar como cada um dos gêneros constrói suas identidades nas relações que estabelecem com os membros do próprio gênero. Tal questão será desenvolvida no Capítulo III.

As entrevistas realizadas com os 15 homens foram pautadas em alguns questionamentos: 1) Quais as mudanças na subjetividade masculina? 2) Como é equacionada a questão do poder nas relações de gênero que negam a hierarquia? 3) Como a ideologia individualista contribui para o gênero masculino pensar sua identidade?

Como desdobramento destes questionamentos, proponho algumas possíveis respostas. A primeira questão relaciona-se com a organização da subjetividade masculina. A possibilidade de o homem falar de suas angústias, medos, incertezas e a liberação das emoções por meio do choro têm sido um processo tenso, marcado por conflitos existenciais. No Capítulo IV tentarei demonstrar como homens que tiveram uma socialização primária, guiada por um modelo de masculinidade identificado como tradicional, passam a questionar tal modelo por meio de um processo de desconstrução. Esta questão está intimamente ligada à emergência da ideologia individualista, que “oferece” uma concepção idiossincrática da relação subjetividade e sociedade.

A segunda questão relaciona-se com o poder e será tratada no Capítulo V. Tentarei perceber como os homens vivenciam o poder nas relações de gênero, buscando demonstrar como as relações de poder assumem novos e contraditórios contornos, devido à presença, nas subjetividades tanto masculina como feminina, de uma visão de mundo identificada com o discurso igualitário entre os gêneros. Ao mesmo tempo em que constroem uma narrativa na qual a igualdade é saudada, que não deva haver proeminência nem do homem nem da mulher na relação, notei que tal intenção é interceptada por outra ideologia, que reserva lugares fixos e valorizados diferenciadamente para cada um dos gêneros.

Ao observar que mudanças estão sendo gestadas na subjetividade masculina e nas relações de poder que eles estabelecem com as mulheres, percebi que havia uma lacuna explicativa: quais os motivos que impulsionam tais transformações? Esta será uma terceira questão, que será tratada no Capítulo VI. Identifiquei duas causas que se combinam e se imbricam: a ideologia individualista e a liberação feminina. Com a emergência da ideologia individualista, as identidades sociais tornam-se mais flexíveis e passíveis de mudanças. Se isto acontece nas relações sociais de uma forma mais ampla, na identidade masculina este quadro assume aspectos mais nítidos, principalmente devido às conquistas e mudanças impulsionadas pelas mulheres nas últimas décadas. Ao propor essas duas explicações para os questionamentos que os homens estão vivenciando, não quero “achatar-los” num modelo explicativo. Cada um tem sua própria história de vida.

Assim, os Capítulos IV, V e VI serão dedicados à discussão das hipóteses desta pesquisa. No Capítulo I, o objetivo é relatar o processo de construção da pesquisa. O Capítulo II conterá uma discussão de caráter mais teórico sobre “gênero”. No Capítulo III, abordarei a constituição do gênero masculino.

1

Metodologia da pesquisa

O universo dessa pesquisa é composto por quinze homens e sete mulheres. Dos quinze homens entrevistados, quatorze são graduados. O único que não tem formação superior é cineasta, pois só recentemente as universidades passaram a oferecer o curso de graduação em cinema. Dos quatorzes com graduação, treze têm algum título de pós-graduação, seja especialização, mestrado ou doutorado (Tabela 1). Todas as sete mulheres entrevistadas são graduadas, sendo que duas têm pós-graduação (Tabela 2). Também foram entrevistados um psicólogo e duas terapeutas sexuais. Estas entrevistas tiveram como objetivo fazer uma sondagem dos motivos que levam os homens a procurar o consultório de um especialista,

além de querer saber se o número de homens que procuram consultório tem aumentado.

Os homens e mulheres entrevistados são pertencentes à camada média urbana. Embora a variável econômica seja muitas vezes apresentada como o que possibilita ao indivíduo ser considerado membro de uma determinada classe social, é importante atentar para as múltiplas realidades que coexistem sob a mesma classificação de classe social. Indivíduos podem pertencer a uma mesma classe social, tomando-se, por exemplo, a faixa salarial e terem entre si estilos de vida⁵ e concepções de mundo plurais. Há uma diversidade de *ethos* no interior das camadas médias urbanas⁶. Isso implica a coexistência, bem como a produção por parte dos indivíduos nelas inseridas, de múltiplos códigos culturais.

Os entrevistados são pertencentes a segmentos intelectualizados e psicologizados⁷ da camada média urbana e têm comportamen-

5 Segundo o livro organizado por Ortiz, Bourdieu fala que “o estilo de vida é um conjunto unitário de preferências distintivas que exprimem na lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos [...] o gosto, a propensão e aptidão à apropriação (material e/ou simbólica) de uma determinada categoria de objetos ou práticas classificadoras, é a fórmula generativa que está no princípio de estilo de vida” (ORTIZ, 1983, p. 55).

6 Sobre os estudos que utilizam a categoria “camada média urbana”, ver Velho (1981, 1985, 1986), Figueira (1985a e 1985b), Dauster (1985), Salem (1986) e Heilborn (1984 e 1992b). Segundo Salem (1986, p. 27-28) “estes trabalhos sustentam que a compreensão da lógica simbólica e dos padrões éticos não podem ser mecanicamente deduzidos ou apreendidos a partir de critérios socioeconômicos [...]. Alguns autores [...] destacam o acelerado processo de modernização pelo qual atravessou a sociedade brasileira a partir dos anos 1950. A ideologia desenvolvimentista, o recrudescimento da influência norte-americana e o *boom* da psicanálise verificado nos anos 60/70 nos grandes centros urbanos teriam provocado alterações significativas nos valores e na visão de mundo das camadas médias urbanas”, criando um segmento vinculado à linguagem e ao *ethos* psicanalítico, conseqüência da ideologia individualista.

7 Entende-se por psicologizados os indivíduos que tenham se submetido, ou se submetam, a algum tipo de terapia, não sendo necessariamente em consultas psicanalíticas. A expressão “psicologizado” é amplamente utilizada por Figueira

tos próximos a uma postura individualista. Esses dois qualitativos indicam demarcadores importantes em termos de *ethos* e estilos de vida no quadro social e demonstram a existência de fronteiras simbólicas, recortando a aparente homogeneidade da designação “classe média”.

Para Figueira (1981, 1985a, 1985b, 1987) e Velho (1979, 1981), a difusão da psicanálise no Brasil foi particularmente forte entre os membros da classe média, o que resulta na formação de uma “cultura psicanalítica”⁸. A palavra “psicanálise” e o rótulo “psicanalista” são cercados de prestígio. “Estar em análise” passa a ser um símbolo de *status*⁹.

(1981, 1985a, 1985b, 1987) e Velho (1979, 1981). Está relacionada à preocupação, principalmente entre os membros das camadas médias residentes em metrópoles, com a busca da autocompreensão que ocorre mediante o consumo de livros de autoajuda, terapias das mais diversas correntes, biodança, ioga, entre outras, sendo que muitas vezes ocorre a combinação de mais de um tipo de “tratamento”. Ser psicologizado está associado a uma forma singular de visão de mundo, que confere proeminência ao indivíduo e à subjetividade, assim como atribui importância singular “à verbalização e a elaboração das emoções e ainda que sacralize as experiências pessoais como sendo irredutivelmente únicas e singulares” (SALEM, 1986, p. 27).

- 8 Figueira (1985a e b), ao estudar a difusão da psicanálise, observou que, na Inglaterra, ao contrário do Brasil, o paciente é altamente estigmatizado em vários círculos sociais, o que o leva a manter segredo sobre suas idas ao consultório do analista. No Brasil, a tendência para difusão da psicologia tem se aprofundado nos últimos anos, basta ver os programas de auditório (A exemplo, Domingão do Faustão, Márcia, Sílvia Poppovic) nos quais artistas ou pessoas das mais diversas classes sociais expõem publicamente seus problemas e logo depois aparece um psicólogo diagnosticando, fazendo com que a “cultura da psicanálise” (FIGUEIRA, 1985a e b) tenha se proliferado consideravelmente nos últimos anos.
- 9 Utiliza-se *status* ou situação estamental de acordo com Weber, para o qual “a situação estamental pode basear-se numa situação de classe de natureza unívoca ou ambígua. Mas não se determina somente por ela: a posse de dinheiro e a posição de empresário não são, por si, qualificações estamentais – ainda que possam levar a estas; nem a falta de patrimônio constitui, por si, uma desqualificação estamental, ainda que também possa levar a esta. A situação estamental, por outro lado, pode condicionar em parte ou totalmente uma situação de classe, sem ser-lhe idêntica. A situação de classe de um oficial, funcionário ou estudante,

É possível encontrar psicanálise, analistas, pacientes, teorias psicanalíticas, fragmentos de pensamentos analíticos, o ponto de vista analítico etc., em quase todos os meios de comunicação, em anúncios, em textos de capa de disco, em telenovelas, em entrevistas de artistas e atores [...]. A cultura psicanalítica brasileira resulta, portanto, de um intenso e extenso processo de difusão que levou a influência psicanalítica a muitas áreas significativas da cultura, como os domínios acadêmicos, artísticos e do cotidiano (FIGUEIRA, 1985a, p. 133-134).

Os colaboradores desta pesquisa fazem parte dessa cultura psicanalítica. A exceção de Rui¹⁰, todos fazem ou fizeram as mais variadas terapias e/ou análises: análise freudiana, junguiana, processo Fisch e Hoffman, biodança, análise transacional. Para eles, não seria possível romper com os “condicionamentos sociais”¹¹ sozinhos. Nesse sentido, o fato de terem sido interpretados, analisados, aparece nos seus discursos como um processo doloroso, “*enxergar-se sem máscaras sociais, descobrir as fragilidades*”, mas, por outro lado, de grande prazer: o prazer de conhecer-se por meio da racionalização da sua própria história. Isto lhes dá um sentimento de controle e de garantia sobre suas ações. Assim, o prazer vem do conhecer; o conhecer gera poder, no sentido de “*ter a vida na própria mão*”.

determinada por seu patrimônio, pode ser muito diversa sem que difira a situação estamental, porque o modo de vida criado pela educação é o mesmo, nos pontos estamentalmente decisivos” (WEBER, 1991, p. 202).

10 Foram atribuídos codinomes aos entrevistados. O fato de garantir o anonimato foi importante para deixá-los mais à vontade para discorrer sobre as questões propostas. Por se tratar de um trabalho acadêmico, de caráter público, acredito que, se fossem mantidos os nomes verdadeiros, provocaria constrangimentos aos entrevistados.

11 Convencionou-se a utilização de aspas e itálico, sem maiores referências, quando a citação dentro do texto refere-se a alguma fala dos entrevistados.

A tríade saber-prazer-poder que Foucault (1985) apontou como uma marca que caracteriza as sociedades modernas, não se limitou a construir verdades sobre o funcionamento do corpo, da consciência, do inconsciente, ou aos quatro grandes conjuntos estratégicos¹². A tríade saber-prazer-poder foi entranhada pelos entrevistados de diversas formas: por meio de terapias das mais diversas, de leituras de livros de autoconhecimento, de técnicas corporais. Essa busca pelo autoconhecimento é guiada pela certeza de que a racionalização revelará o verdadeiro “eu” escondido e negado pelos condicionamentos sociais.

Nas falas dos entrevistados, há um inconformismo com as definições sociais sobre o “certo” e o “errado”. Isto não os satisfaz, eles querem saber, querem controlar, querem descobrir o que está escondido por trás das “*máscaras sociais*”.

Os homens, principalmente, separam suas vidas em dois momentos: antes e depois da terapia. Antes, quando eram dominados pelas regras e normas sociais que lhes eram impostas e depois, quando eles começam a descobrir o seu verdadeiro “eu”, ocultado pelas interdições sociais. Um dos entrevistados, Olavo, disse:

Depois da terapia, mudei da água para o vinho. Nossa! Eu era um cara esquisito, chato, enjoado, fechado, não conversava. O homem não fala do sentimento, a gente não consegue falar. É muito difícil.

Mesmo os que não estão em terapia, que já “trabalharam” as inseguranças e medos, demonstram ter incorporado um discurso identificado com o campo da linguagem mais universalizante,

12 Segundo Foucault (1985), são quatro os conjuntos estratégicos que caracteriza as sociedades modernas: o corpo da mulher, a *pedagogização* do sexo da criança, a socialização das condutas de procriação e a *psiquiatrização* do prazer perverso.

próprio da psicologia. Ego, crise existencial, frustração, rejeição, castração são alguns dos termos utilizados ao longo das entrevistas.

Para Velho, a forma como os indivíduos expressam suas emoções e sentimentos, por meio da linguagem verbal, está associada a mundos simbólicos e representações específicas.

Por exemplo, o que significa a frase “estou deprimido” para diferentes segmentos da sociedade brasileira? A noção de depressão, embora não seja exclusiva, está muito vinculada a um tipo de camada média urbana relativamente intelectualizada e bastante “psicologizada” [...] Doenças dos nervos é uma expressão usada em camadas de renda mais baixa que cobre uma grande variedade e diferentes estados emocionais, sob o prisma de camadas médias intelectualizadas e “psicologizadas”. Neste universo a pessoa pode estar deprimida, neurótica, rejeitada, obcecada, paranóica, descontrolada, instável, louca, com mania de perseguição, pirada, em crise, angustiada etc. (VELHO, 1979, p. 8-9).

Quando os roteiros das entrevistas foram estruturados, fez-se clara esta distinção entre as linguagens. Na verdade, eles foram estruturados levando em consideração tal singularidade. Não se trata apenas de membros da classe média, mas de uma camada da classe média (camada média urbana) portadora de uma visão de mundo identificada com o *ethos* psicanalítico, “corolário da ideologia individualista” (FIGUEIRA, 1981). Assim, o fato de se perguntar se já tiveram “crise existencial” era plenamente compreendido, o que desencadeava respostas que invariavelmente traziam à tona um esquema mental identificado com o vocabulário psicanalítico.

Outras questões que caracterizam esse segmento, diferenciando-o de outros da camada média, são as “marcas de distinção” (BOURDIEU, 1989), que possibilitaram qualificá-los como

intelectualizados. A busca pelo conhecimento não está limitada ao bom exercício da profissão, mas desempenha o papel de complemento existencial. Há um grande investimento financeiro e de energia na aquisição de bens culturais, como livros; são frequentadores de teatro, cinema, viagens e cultura culinária. Há uma preocupação permanente com o acúmulo de capital cultural (BOURDIEU, 1989). Os cursos de pós-graduação se inserem neste contexto. São indivíduos que têm um conhecimento geral sobre Artes Cênicas, Artes Plásticas, Psicologia, Sociologia, Música. Maria, por exemplo, leu *A transformação da intimidade* e disse se identificar muito com reflexões de Giddens. No seu escritório de estudo, pode-se observar uma variada gama de títulos das mais diversas áreas. Um livro sobre o qual ela discorreu largamente foi *Legitimation Crisis*, de Habermas.

Cristina utilizou metáforas refinadas para se referir ao seu comportamento detalhista. Referiu-se mais especificamente a Beethoven, que se perde em uma infinidade de detalhes para construir uma passagem musical. Da mesma forma, ela pode ficar horas olhando um detalhe na fachada de uma loja, de uma casa. Durante a entrevista com Olavo, ele colocou a ópera *Don Giovanni*, de Mozart, e pude observar nas paredes de sua casa uma grande paixão pelas Artes Plásticas.

Embora a busca por conhecimento não tenha um caráter instrumental, voltado para uma aplicação prática imediata, este capital cultural acaba significando uma marca de prestígio, um símbolo de *status*, um diferenciador social, seja dentro da própria classe média, como nas relações sociais mais amplas. Além do que, pode estar na base de aquisição e/ou conversão de outras formas de capital.

Estes dois demarcadores (psicologizados e intelectualizados) servem para assinalar um campo de singularidade em relação a outros segmentos sociais, também enquadráveis na classificação genérica de classe média, considerando-se apenas a perspectiva

taxonômica fornecida pela estratificação social (renda, educação, inserção profissional). A perspectiva taxonômica fornece uma abordagem empobrecida, que não deixa margem para um estudo que tente compreender os sentidos das ações¹³ dos agentes sociais (WEBER, 1991), pois desconsideram as questões simbólicas que estruturam a subjetividade desses.

Como salientou Salem (1986), as diferenças socioeconômicas fornecem parâmetros importantes que permitem estabelecer demarcações igualmente importantes entre grupos sociais. Essas demarcações devem, porém, estar associadas a outras distinções de cunho simbólico. Quando essas últimas são levadas em consideração, o mapeamento, bem como as fronteiras que demarcam os diferentes segmentos das camadas médias, pode assumir contornos diferentes daqueles estabelecidos com base em critérios socioeconômicos. Por exemplo: o fato dos homens investigados serem familiarizados à linguagem e ao *ethos* psicanalítico é um critério importante na diferenciação do universo, em virtude da afinidade com relação aos preceitos do individualismo. A tônica individualista que caracteriza estes segmentos expressa-se ainda no valor conferido à autonomia do indivíduo e à sua liberdade.

O valor atribuído à liberdade e à autonomia, além de serem marcas deste segmento, também é uma forte marca de geração. Os homens entrevistados têm entre 40 e 50 anos.

Como este livro tem como objetivo fazer uma discussão sobre as mudanças na identidade masculina, os critérios para definição do universo pesquisado tiveram como ponto de partido os homens. As

13 Segundo Weber (1991, p. 3), deve-se entender por ação “um comportamento humano (tanto faz tratar-se de um fazer externo ou interno, de omitir ou permitir) sempre que e na medida em que o agente ou os agentes o relacionem com um sentido subjetivo. Ação ‘social’, por sua vez, significa uma ação que, quando a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, se refere ao comportamento de *outros*, orientando-se por este em seu curso”.

mulheres foram incluídas porque fora percebido, ao longo da pesquisa, que era necessário estabelecer um contraponto das falas dos homens, principalmente quando se trata da questão do poder nas relações de gênero. No entanto, preferi não fazer uma relação do tipo “Maria é esposa de Beltrano”, mas deixá-los falar livremente. As entrevistas foram realizadas em momentos distintos. Preferi fazer desta forma, pois acredito que assim os entrevistados sentiram-se mais livres para responder as questões propostas. Tal decisão foi fundamental para a fluidez das respostas e pode-se observar que questões que envolviam o casal (como por exemplo: “você conversam sobre tudo?” ou “você já pensou em separação?”) tiveram respostas divergentes. Daí a opção em não fazer uma tabela relacionando os homens com suas respectivas companheiras. O estado civil dos entrevistados não foi um critério para sua seleção.

A dimensão geracional é importante por colocar lado a lado falas de indivíduos que compartilharam a emergência de um novo modelo comportamental na década 1960/70, identificado com o questionamento de vários aspectos do sistema simbólico de seus pais. Mas, ao mesmo tempo em que tinham uma conduta questionadora, tiveram sua socialização primária em moldes tradicionais caracterizadas por parâmetros morais rígidos, uma relação hierárquica entre os gêneros. Como sugere Nicolaci-da-Costa,

[...] os aspectos mais debatidos estavam relacionados a dimensões concretas da relação homem/mulher e ao funcionamento do casamento: 1) a questão da virgindade e “pureza” femininas que, até então, eram vistas como requisitos para o casamento; 2) a marcada segregação de papéis conjugais, questionada (entre outros fatores) por conta da progressiva profissionalização da mulher; 3) a questão do código moral assimétrico, que legitimava certas condutas masculinas, como a poligamia no casamento e no namoro, enquanto qualificava os mesmos tipos de

conduta por parte da mulher como ilegítimos ou reprováveis; 4) a questão da religião, que estes sujeitos viam como arcaica e repressiva; 5) a questão da reprodução biológica imediatamente após o casamento, que estes sujeitos viam como indesejável por diminuir a liberdade dos cônjuges (1985, p. 165).

O que se pode notar, como marca de diferenciação desta geração, é uma aversão à hierarquia, o que vai propiciar a emergência de novos comportamentos¹⁴, tendo como justificativa para as novas práticas entre os gêneros um discurso que se fundamentava na igualdade, liberdade e autonomia. Liberdade para escolher e decidir sobre o próprio destino, revertendo uma tendência que deixava a cargo dos pais tal tarefa, principalmente para as mulheres; liberdade de expressão; liberdade de decisão. Contrapondo-se a uma ideologia que fixava os homens e as mulheres em posições de complementaridade, sendo esta construída de forma hierarquizada, a ideologia individualista constitui-se como um discurso que buscava legitimar o primado do indivíduo, com suas idiossincrasias sobre o coletivo.

Nas décadas de 1960/70, a ideologia individualista começava a se constituir no Brasil de forma mais visível e macro, como substrato de sustentação de diversos movimentos, disputando com a

14 O livro *Unissexo*, de Winick, trata da mudança de comportamento dos jovens norte-americanos, o que também ocorreu no Brasil. Os cortes de cabelo, as roupas, a moda esportiva, os gestos, as músicas, as danças vão romper o padrão de separação absoluta entre os gêneros. A masculinidade e a feminilidade começam a revelar menos polarização e diferenças. Entre os inúmeros e ricos exemplos que Winick relata no seu livro, é interessante como ele relaciona a liberação feminina com o *rock and roll*: pela primeira vez, a mulher estava livre. “Antes se dizia: sim, ela é uma boa dançarina, sabe seguir bem... Agora não mais precisa seguir o homem, ‘ao diabo com este estafermo’. Uma nova-iorquina declarou: ‘gosto do *frug* porque executo um passo individual e mantenho o homem à distância. Não há envolvimento, nem se toca no homem com quem se dança” (WINICK, 1972, p. 18).

ideologia hierárquica alguns espaços. Um dos espaços atingido pela ideologia individualista foi o campo das relações de gênero.

1.1 Das entrevistas

As entrevistas foram semiestruturadas. Embora houvesse um núcleo de questões direcionadas para discussão das hipóteses, as entrevistas extrapolaram as expectativas em termos de informação. O roteiro de perguntas foi estruturado com entradas na história de vida. Digo “entradas” porque não tive como objetivo fazer a “história de vida” no sentido de esgotar todas as informações sobre os entrevistados. Mas, por meio do acesso às informações (por vezes muito fragmentadas) sobre as biografias, ter uma visão de como eles processaram as mudanças nas suas subjetividades do lado subjetivo dos processos macros. Para Becker, a história de vida

[...] pode dar um sentido à noção de processo. Sociólogos gostam de falar de “processo em curso” e coisas parecidas, mas seus métodos geralmente os impedem de ver os processos sobre os quais falam tão desembaraçadamente. Entendê-lo como um processo contínuo de ajuste mútuo das ações de todos os atores envolvidos. O processo social, portanto, é um processo observável de interação simbolicamente mediada (1995, p. 53).

Antes de realizar as entrevistas consideradas para efeito da discussão das hipóteses, três outras foram realizadas, como forma de entrevistas piloto, que tiveram como objetivo testar o roteiro e (devo confessar) treinar a própria entrevistadora. Essas entrevistas pilotos foram fundamentais para definir algumas questões que se mostraram cruciais, entre elas:

- 1) O local da entrevista: quando foram realizadas no local de trabalho, houve constantes interrupções. Mesmo com esta preocupação, realizaram-se algumas entrevistas no local de trabalho, por dificuldade de agenda dos entrevistados.
- 2) O gravador: este se mostrou como um inibidor inicial para as conversas. A sua presença estabelecia um forte clima de formalidade, que, contudo, ao longo da conversa, dissipava-se. Ainda sobre o gravador: nada é mais decepcionante para quem está fazendo uma pesquisa do que constatar que, depois de uma ótima entrevista, o gravador estava programado na pausa. O que fazer? Nos casos em que isto ocorreu (é o preço da inexperiência), corri para o computador tentando salvar algumas informações.
- 3) A formulação das perguntas: as entrevistas piloto demonstraram que esta seria a maior dificuldade. Como perguntar? Qual pergunta deveria vir primeira? Qual a tonalidade da pergunta? Essas questões estiveram o tempo todo colocadas. O primeiro bloco (identificação) foi o mais tranquilo. Nas entrevistas tanto com os homens quanto com as mulheres, preferi começar por questões gerais para depois tratar das questões referentes à estruturação da subjetividade e das relações de poder. No caso dos homens, isto se mostrou uma técnica interessante, porque os deixava mais à vontade no momento em que propunha questões referentes à intimidade ou à subjetividade. Neste ponto, já havia um clima de maior cordialidade e relaxamento, o que facilitou ao tratar destas questões. Com as mulheres, embora houvesse a mesma preocupação, manteve-se o mesmo ritmo discursivo ao longo das entrevistas.

Além dessas dificuldades, que foram sentidas desde as entrevistas piloto e que tentei solucionar, outra marcou todo o desenvolvimento da pesquisa: o fato da pesquisadora ser uma mulher. Muitas vezes, ao sair das entrevistas, ficava me questionando como seriam as respostas caso fosse um sociólogo que as tivessem formulado. Sabia que estava tentando “estranhar o familiar”, que o fato de conviver

diariamente com homens não me dava nenhuma garantia do conhecimento prévio do que é ser homem.

Velho problematiza e relativiza a ideia do que pode ser considerado próximo (familiar) e/ou distante (exótico). Para ele, “o que sempre vemos e encontramos pode ser familiar, mas não é necessariamente conhecido e o que vemos e encontramos pode ser exótico, mas, até certo ponto, conhecido” (VELHO, 1978, p. 39). Nosso “julgamento” cotidiano dos outros é norteado por estereótipos¹⁵ interiorizados e não por um conhecimento de fato. Nos lugares de grande densidade populacional, os indivíduos possuem

[...] um mapa que nos familiariza com os cenários e situações sociais de nosso cotidiano, dando nome, lugar e posição aos indivíduos. Isto, no entanto, não significa que conhecemos o ponto de vista e a visão de mundo dos diferentes atores em uma situação social nem as regras que estão por detrás dessas interações, dando continuidade ao sistema¹⁶ (VELHO, 1978, p. 40).

Ao longo da pesquisa, tornou-se cada vez mais claro que eu não conhecia o mundo daqueles homens que estava entrevistando. Ao final, senti o impacto de ter um rico material que, embora de forma resumida, fragmentada, tinha uma densidade e uma pluralidade

15 Estereótipo, segundo o Dicionário de Ciências Sociais, “designa convicções preconcebidas acerca de classes de indivíduos, grupos ou objetos, resultantes não de uma estimativa espontânea de cada fenômeno, mas de hábitos de julgamento e expectativa tornadas rotinas” (1986, p. 419).

16 A Sociologia de Bourdieu (1977, 1989. Ver também: ORTIZ, 1983) segue um caminho parecido. Ela não propõe um mapa único da sociedade, mas vários mapas, fragmentados: são os campos sociais, sendo que cada um deles se estrutura e tem uma lógica própria de funcionamento. Não basta ter o conhecimento do funcionamento de um determinado campo, ou mesmo de vários, para se considerar portador do conhecimento da sociedade como um todo. Cada campo (seja ele científico, religioso, econômico, entre outros) tem suas regras de funcionamento.

temática, de experiências e expectativas reveladas pelos entrevistados, que se mostraram desconhecidas por mim.

A decisão sobre as partes das entrevistas que utilizaria para a elaboração deste livro foi marcada por dúvidas. O que deve ser publicado? Qual fala é mais importante? Será que uma fala não publicada não poderia revelar outras dimensões que passaram despercebidas? A resolução desse dilema refere-se à própria natureza deste trabalho. Ele é, fundamentalmente, uma interpretação pessoal. As falas não estão sendo reproduzidas, mas sendo recontextualizadas. Histórias recontadas, nos marcos estabelecido por um trabalho acadêmico. Como salientou Velho,

É importante frisar que, mesmo quando apresento resumos de histórias de vida, produto de entrevistas gravadas ou anotadas, não estou, em nenhum momento, transcrevendo direta e simplesmente gravações ou copiando anotações. De fato, estou produzindo um texto que é de minha responsabilidade enquanto autor. Os cortes que faço, os indivíduos que privilegio, tudo isso delinea o âmbito de arbitrariedade em que se move o pesquisador-autor [...]. Por outro lado, como autor do texto, assumo, sem dúvida, um papel de demiurgo, cortando falas, agrupando-as segundo meus critérios, resumindo, sintetizando, intervindo. O próprio fato de destacar temas e conteúdos específicos imprime a marca de interventor (1986, p. 19-20).

Os recortes feitos, as interpretações propostas, os cruzamentos teóricos construídos são marcas pessoais. Mas, ao mesmo tempo, concordo com Velho (1986) quando compara a posição do pesquisador à de um demiurgo: existe também uma permanente busca pela objetividade, que pode ser explicitada de diversas formas. Uma delas é a tentativa de deixar claros os meios utilizados para realização da

pesquisa, o roteiro que norteou a entrevista, os textos e autores que auxiliaram na formação do esquema teórico, os limites da pesquisa, quais questões nortearam a pesquisa, as dificuldades na implementação da pesquisa. Isto faz com que o compromisso com a objetividade, a coerência interpretativa, seja tentado como um fio condutor invisível que está presente ao longo de todo texto. Esta busca de objetividade explica, em parte, o porquê da publicação para efeito de estudo das hipóteses, de longos trechos das entrevistas.

1.2 Dos entrevistados

Utilizei dois procedimentos para mapear e chegar aos entrevistados: 1) Contatos do meu próprio círculo social; 2) Os contatos estabelecidos por um entrevistado, Cícero, possibilitaram que se constituísse um *network*. O primeiro contato com os entrevistados foi feito por meio de Cícero, que os avisava que eu iria procurá-los. Todos (homens e mulheres) disseram reconhecer, desde o primeiro contato, a importância que tinha esta pesquisa.

Quando eu realizava o primeiro contato, informava-lhes do caráter acadêmico do trabalho e apresentava a pesquisa como se propondo a discutir as mudanças na identidade masculina. De uma forma geral, sempre houve o reconhecimento da importância daquilo que estava sendo proposto. Antonio, ainda por telefone, falou: “*poxa, que legal! Finalmente alguém se lembrou de nós*”.

Segundo Perelberg (1980), pode-se trabalhar com dois tipos de *network*: 1) *network* extenso: quando apenas algumas pessoas se conhecem; e 2) *network* efetivo: quando todas as pessoas se conhecem. Nesta pesquisa, trabalhou-se com o *network* extenso.

Para Salem (1986), o conceito de *network* é intensamente utilizado nos estudos sobre camadas médias urbanas, sendo utilizado

basicamente para descrever uma unidade sociológica que se diferencia por não possuir demarcadores rígidos nem objetivos explícitos. Esta encarna uma das formas básicas de relação social¹⁷, possuindo certos mecanismos próprios e destituídos de qualquer outra direcionalidade que não a do convívio social por excelência. Seu foco incide sobre a natureza e a característica das relações que articulam esse conjunto, possuindo, portanto, uma eficácia de sistematização empírica.

Nos trabalhos que se dedicam às camadas médias urbanas, *network* é um importante instrumento operacional. Para Salem, o papel estratégico que a noção desempenha, consubstancializando uma unidade de análise privilegiada, não é casual. A autora afirma ser o conceito utilizado para denotar

[...] uma unidade social cuja sociabilidade se encontra destacada tanto das redes de família e de parentesco, quanto de ancoragens geográficas e residenciais restritivas... Tal noção se arma baseada em critérios de escolha e afinidades (SALEM, 1986, p. 6-7).

O indivíduo relaciona-se com outros, tecendo uma rede social, não porque se sinta constrangido a fazê-lo, mas porque assim deseja. Os *network* são série de relações que os indivíduos constroem em torno de si. O envolvimento de um indivíduo com o outro não se dá porque existem normas e regras que lhe obriguem a tal, mas sim porque há um processo de identificação, baseado nas semelhanças de visões de mundo e estilos de vida.

17 Entende-se por relação social “o comportamento reciprocamente referido quanto ao seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social consiste, portanto, completa e exclusivamente na probabilidade de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido)” (WEBER, 1991, p. 16).

A constituição de um *network*, nos segmentos modernos, ocorre a partir de afinidade, transcendendo a fronteira da localidade e do parentesco. Nesses segmentos, em razão de uma maior multiplicidade dos papéis sociais e de formas menos densamente unívocas de controle social, o sujeito encontra campo para exercitar suas escolhas.

Observei algumas frequências nas entrevistas: 1) As mulheres falaram com mais fluidez e muito mais, a exceção de Paula, que muitas vezes respondeu de forma monossilábica e em pianíssimo, principalmente quando se pautou o seu relacionamento sexual com seu companheiro. 2) Os homens tinham uma maior fluência verbal quando estávamos tratando dos aspectos gerais vinculados à história de vida de cada um (se tinham participado do movimento estudantil, por que escolheu a profissão, origem de classe da família), às vezes, atendo-se a longos relatos sobre algum episódio de suas vidas, como foi o caso do Paulo. Ele contou várias passagens de sua adolescência em Livramento, no Rio Grande do Sul, quando atravessava a fronteira para assistir aos filmes no Uruguai, entre eles “Z”, do diretor Costa-Gravas, demonstrando assim o nível de politização de sua “turma”. Após uma longa narrativa dos episódios, ele perguntava: “*o que você perguntou mesmo?*” Isto também aconteceu frequentemente com Pablo. Era como romances de lá que começavam a ser desalinha-dos: perdia-se o fio da meada. 3) A narrativa ficava bastante econômica quando passávamos a tratar de questões como medo, choro, verbalização dos sentimentos, sexualidade. Ao passar para questões como: “você já teve crise existencial”, “homem chora?”, “você chora?”, “o que é uma relação sexual boa?”, as respostas eram mais pausadas, as falas eram intercaladas com silêncios, engasgos, um frequente passar a mão na testa para enxugar um suor imaginário, principalmente se verticalizavam estas questões (o motivo da crise; se a crise

imobilizava para as ações no cotidiano; se falavam com facilidade de suas dificuldades sexuais, emocionais, profissionais, entre outros). Mas isso não significa que suas falas fossem sem profundidade. Ao contrário, foram falas densas. Para eles, falar dos “descondicionamentos sociais” pelo qual estavam passando ou passaram, significava relatar uma história de desestruturação psíquica marcada por crises, que em alguns casos, como de Aluizio e Olavo, aproximaram-se da “loucura”. Aluizio, por exemplo, foi internado duas vezes para fazer tratamento psiquiátrico. Carlos falou da extrema dificuldade para falar dos seus sentimentos, em se expor, mas se diz num processo de crescimento, de aprendizado; está “*sendo tratado*”, está descobrindo um novo Carlos que lhe foi escondido e negado.

A pesquisadora Mendes de Almeida (1996) fez um estudo sobre a organização da subjetividade masculina, com um universo muito próximo ao tratado nesta pesquisa. Ela observou que o comportamento dos homens era marcado pela ausência de titubeios na fala, ausência de hesitações e de silêncios inibidores.

O conjunto de reações observadas como mais evidentes destaca-se, ao contrário, pela afirmação de uma estratégia do fluxo contínuo e ininterrupto da fala e dos atos que se deixam “revelar” de forma torrencial e praticamente sem incidência de soluções de continuidade [...]. A presença ou a demonstração de estados de dúvida, receio ou hesitação poderia evidenciar ou, no mínimo, deixaria pressupor a existência de “algo” que devesse ser protegido ou resguardado (MENDES DE ALMEIDA, 1996, p. 137).

Os entrevistados desta pesquisa comportaram-se de forma bastante diferente a este descrito por Mendes de Almeida: não observei este “fluxo contínuo e ininterrupto” nas falas dos entrevistados. Muitas vezes tive que provocar para conseguir fazê-los falar, pedindo para eles explicarem melhor uma resposta, que eu não tinha

entendido ou então para que falassem um pouco mais sobre tal ponto. Embora, deve-se ressaltar, houvesse exceções, como foi o caso de João e Cícero. Quando foram entrevistados, tinham terminado há pouco tempo um relacionamento amoroso e um casamento, respectivamente. Tal fato talvez tenha possibilitado que aproveitassem o momento da entrevista para realizarem “um desabafo”, pois foram os entrevistados que mais falaram. De forma geral, contudo, o silêncio esteve presente, inclusive como um dos elementos que estruturou as respostas dos entrevistados. Foucault já chamou a nossa atenção para os silêncios como parte estruturante dos discursos.

Não se deve fazer divisão binária entre o que se diz e o que não se diz; é preciso tentar determinar as diferentes maneiras de não dizer, como são distribuídos os que podem e os que não podem falar, que tipo de discurso é autorizado ou que forma de descrição é exigida a uns e outros. Não existe um só, mas muitos silêncios e são parte integrante das estratégias que apoiam e atravessam os discursos (FOUCAULT, 1985, p. 30).

Todo estudante de música aprende que as pausas, representadas ao longo do pentagrama, fazem parte da composição. Acredito que, da mesma forma, na construção dos discursos, o não dito ou as falas intercaladas com pausas possam representar uma dimensão altamente significativa para interpretação da organização das subjetividades. Não é de se estranhar que estas pausas eram mais frequentes quando propunha questões que os entrevistados mostravam-se em processo de resolução, ou que tocavam em pontos de suas histórias pessoais considerados delicados, como a rejeição, a dependência, o choro.

Olavo, quando falou da rejeição, por exemplo, assumiu uma postura que contrastou com a que vinha assumindo até um determinado momento da entrevista. A segurança que demonstrou ao longo

desta foi rompida. Disse não gostar de conversar sobre suas inseguranças com sua companheira. Neste momento, as “*inseguranças trabalhadas*” (expressão utilizada por ele) ao longo de anos de terapia mostraram que ainda resistem.

Não gosto de falar disso, porque cansa. Eu tenho dificuldade em falar disso, da crise, né? Ah, por que é assim? O teu ciúme é por quê? – Ah, porque eu sou inseguro ainda, porque eu sou um fudido de cabeça, problema meu, entendeu? Então, eu não vou falar muito disso, não.

Para analisar as entrevistas, utilizou-se a análise qualitativa. Segundo Bardin, a análise qualitativa apresenta certas características particulares.

É válida, sobretudo, na elaboração das deduções específicas sobre um acontecimento ou uma variável de inferência precisa, e não em inferências gerais. Pode funcionar sobre o *corpus* reduzido e estabelecer categorias mais discriminantes, visto não estar ligada, enquanto análise quantitativa, as categorias que deem lugar as frequências suficientemente elevadas, para que os cálculos se tornem possíveis (BARDIN, 1994, p. 115).

Escolheu-se, portanto, uma técnica, a análise de discurso¹⁸. Esta me possibilitou mais liberdade para fazer inferências, sempre tendo claro que estou lidando com um universo muito reduzido, o que não permite propor uma generalização para sociedade brasileira.

18 Segundo Gregolin, a análise de discurso tem uma história que chega a dois mil anos, desde os estudos da retórica grega, e se estende a um presente com ares de *science fiction*, tendo tomado grande força na década de 1970. Sobre análise de discurso, ver: Foucault, 1996; Ramirez, 1995; Gregolin, 1995; Possenti, 1995; Galli, 1995; Barthes, 1971; Bardin, 1994; Coulon, 1995.

Ramirez chama a atenção para a importância de se estudar os discursos com uma maior ênfase, pois são eles que estruturam os comportamentos.

[...] entendo que parte dos erros da análise sobre o machismo é a ênfase dada ao estudo do comportamento – sem que se dê muita atenção aos discursos. Nos discursos apresentamos, defendemos e justificamos nossa posição de domínio e nos fazemos constantemente. Na multiplicidade dos discursos, encontramos os elementos constitutivos das ideologias masculinas em toda sua heterogeneidade, contradições e angústias. Fazermos-nos homens é um processo difícil e doloroso. Reproduzir a ideologia masculina é situar-nos cotidianamente em jogos de poder, e nossa construção desvalorizada da esfera do feminino nos converte em nossos próprios opressores (RAMIREZ, 1995, p. 80).

Os discursos masculinos são instâncias em que o sujeito falante constrói sua realidade, às vezes de forma contraditória, com significados e ideologias que evidenciam sua posição de poder sobre o gênero feminino, e que organizam funcionalmente sua conduta e atividade psicológica consigo mesmo e com os outros. Mas, convivendo com os discursos que legitimam a dominação masculina, há outros que se constroem negando tal ideologia.

No caso dos homens entrevistados, este aspecto da negação de um discurso que legitima a dominação masculina ficou evidente. As práticas discursivas são uma das esferas que possibilitam visualizar, com sua especificidade, a vida cotidiana. Nesta pesquisa, não houve a preocupação de perceber como os homens atualizam seus discursos na prática social, embora tenha claro que possam ocorrer discrepâncias entre o discurso e a prática, importa destacar como os homens buscam dar sentido às suas vidas, a partir do discurso.

Se em toda sociedade os discursos são organizados, sistematizados, selecionados, visando controlar os acontecimentos aleatórios e que não se pode dizer tudo, ou sobre todas as coisas (FOUCAULT, 1996), nota-se que os entrevistados constroem uma narrativa que busca dar sistematicidade e coerência para as transformações ocorridas nas suas subjetividades. Uma vontade de verdade, a partir da negação e desconstrução dos modelos fechados, absolutos, definidores do que pode e o que não pode o homem fazer.

A análise dos discursos dos entrevistados mostrou a necessidade que eles têm de articulá-lo de forma a atribuir coerência e uma unidade marcada pela reflexão permanente daquilo que falavam.

O discurso para estes homens tem uma importância fundamental. Há um processo de reflexão constante sobre o mundo que os cerca, e seu lugar nas relações que o envolvem. Procurarei mostrar no Capítulo IV como este processo permanente de questionamento gera conflitos e reconstruções da identidade masculina.

Tabela 1 – Identificação dos entrevistados

NOME	IDADE	FORMAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO CONJUGAL	EXPERIÊNCIAS CONJUGAIS	FILHOS
Paulo	50	Sociologia	Mestrado	Professor universitário	Separado há 3 anos.	Não casou novamente.	Não
Fábio	47	Medicina	Especialização	Autônomo	Casado há 6 anos.	Segundo casamento. O primeiro durou 4 anos.	1 filho
Cícero	40	Educação Física	Doutorando	Professor universitário	Separado há 2 meses. Foi casado por 5 anos.	Nunca teve relações prolongadas.	1 filha
Carlos	44	Educação Física	xxxx	Professor da rede pública de ensino	Casado há 13 anos.	Este é seu segundo casamento, o primeiro durou 10 anos.	3 filhos
Pedro	49	Música	Pós-graduação	Professor universitário	Separado há 3 anos.	Há 3 anos, separou-se do terceiro casamento.	3 filhos
Antonio	41	Biologia	Mestrado	Funcionário público	Casado há 16 anos.	Único casamento.	2 filhos
Olavo	47	Medicina	Especialização	Funcionário público	Casado há 5 meses.	Segundo casamento. O primeiro durou 2 anos.	1 filha
Pablo	40	Música	Mestrado	Músico	Casado há 3 anos.	Terceiro casamento. O primeiro durou 4 anos. O segundo, 6 anos.	Não
Aluizio	48	Jornalismo	xxxx	Funcionário público	Casado há 8 anos.	Terceiro casamento. O primeiro durou 8 anos, o segundo 2 anos.	5 filhos
Ricardo	49	Cinema	xxxx	Autônomo	Casado há 3 anos.	Fora casado várias vezes.	1 filha
Rui	49	Engenharia	Pós-graduação	Funcionário público	Casado há 18 anos.	Único casamento.	2 filhos
Haroldo	42	Artes Plásticas	Pós-graduação	Professor universitário	Separado há 5 anos.	Não casou novamente.	2 filhos
Marcelo	46	Economia	Pós-graduação	Professor universitário	Separado há 3 anos.	Não casou novamente.	1 filho
Otávio	41	Biologia	Pós-graduação	Funcionário público	Casado há 4 anos.	Segundo casamento. O primeiro durou 10 anos.	2 filhos
João	50	Educação Física	Mestrado	Professor universitário	Separado há 5 anos.	Não casou novamente. Teve várias experiências amorosas prolongadas.	2 filhos

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora, no período de março a agosto de 1997.

Tabela 2 – Identificação das entrevistadas

NOME	IDADE	FORMAÇÃO	ESPECIALIZAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO CONJUGAL	EXPERIÊNCIAS CONJUGAIS	FILHOS
Maria	38	Biologia	Pós-graduação	Funcionária pública	Casada há 16 anos.	Único casamento.	2 filhos
Vilma	41	Educação Física	xxxx	Professora	Casada há 13 anos.	Este é seu segundo casamento, o primeiro durou 6 meses.	2 filhos
Cristina	33	Antropologia	xxxx	Desempregada	Casada há 3 anos.	Segundo casamento. O primeiro durou 2 anos.	Não
Paula	44	Matemática	xxxx	Professora	Casada há 8 anos.	Único casamento.	1 filha
Cleonice	28	Relações Públicas	xxxx	Desempregada	Casada há 5 meses.	Único casamento.	Não
Rita	35	Economia	Pós-graduação	Professora	Casada há 4 anos.	Único casamento.	1 filho
Stela	34	Jornalismo	Pós-graduação	Funcionária pública	Casada há 6 anos.	Único casamento.	Não

Fonte: Entrevistas realizadas pela autora, no período de abril a setembro de 1997.

Tabela 3 – Palavras utilizadas com maior frequência pelos entrevistados para se referir às crises de identidade

Paulo	Pressão, dureza
João	Rejeição, medo, processo
Cícero	Dependência, incompetência, programação, processo, desprogramação
Carlos	Dificuldade, rejeição
Antonio	Negação, processo, poder
Olavo	Insegurança, rejeição, solidão, angústia
Pablo	Rejeição, controle, razão, limite
Aluizio	Queda, ascendência, reconstrução
Ricardo	Performance, espetáculo, essência, ser humano
Rui	Negação, rejeição, cuidado
Haroldo	Medo, processo, descondicionamentos
Marcelo	Insegurança, controle
Otávio	Dor, solidão, medo
Fábio	Rejeição, insegurança, inconsciência
Pedro	Tristeza, negação
Maria	Inclusão, exclusão
Vilma	Negociação, afetividade
Cristina	Crise, solidão, equilíbrio
Paula	Independência, autonomia
Cleonice	Ego, medo, união
Rita	Processo, dúvidas, tristeza
Stela	Falta, paixão

2

Gênero: uma reflexão teórica

O objetivo deste capítulo é discutir o contexto de surgimento dos estudos de gênero, buscando apontar as dificuldades para constituição de um novo modo de estudar as relações de gênero, que havia se firmado como “estudo de mulheres”. Além disto, pretende-se comentar três textos que abordam as relações de gênero a partir de uma perspectiva universalista: *Estrutura familiar e personalidade feminina* (CHODOROW, 1979); *Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?* (ORTNER, 1979); *A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica* (ROSALDO, 1979).

O objetivo ao tratar desses três artigos é abordar uma forma de olhar as relações de gênero baseada em uma visão universalista. Não se pretende fazer um estudo sobre a obra das autoras, mesmo

porque muitas das posições assumidas nestes artigos foram repensadas em momentos posteriores¹⁹.

Por último, tratarei do texto *Gênero, uma categoria útil de análise histórica* (SCOTT, 1995), que será utilizado como contraponto da abordagem universalista, à medida que chama a atenção para o caráter múltiplo e diferenciado que permeiam as relações de gênero, ao mesmo tempo em que propõe uma definição para gênero que, a meu ver, vai além desse objetivo: afirma-se como uma proposta metodológica para o estudo das relações de gênero.

2.1 O surgimento dos estudos de gênero

O que ficou conhecido ao longo da década de 1970 e consolidado na década de 1980 como estudos sobre a “mulher” passou a ter uma nova nomeação no final dos anos oitenta: estudos de gênero. Alguns criticam que a mudança da terminologia (de “estudos da mulher” para “estudos de gênero”) não representou uma mudança de enfoque, visto que a perspectiva relacional, enquanto uma preocupação metodológica, ainda não foi incorporada plenamente. Mas, por que isto tem acontecido? Uma primeira explicação é dada por Scott (1995, p. 75).

Na sua utilização recente mais simples, “gênero” é sinônimo de “mulheres”. Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo “mulheres” por “gênero”. Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa,

19 Ortner, por exemplo, redimensiona sua posição sobre a equação mulher e natureza. Ver também: Heiborn, 1992b; Vale de Almeida, 1995; e Sandy, 1993.

de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas. Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois “gênero” tem uma conotação mais objetiva e neutra do que “mulheres”. “Gênero” parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo “gênero” não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres, sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas, nos anos 80.

Ainda segundo Scott (1995), enquanto os “estudos de mulheres” estabelecem uma relação imediata com a militância política, o campo de estudos nomeado “gênero” está vinculado, principalmente, à busca da compreensão epistemológica das relações entre os gêneros.

Uma segunda explicação é dada por Leal e Boff (1994). Para elas, a mudança do nome do campo de estudo ainda não conseguiu fazer uma separação entre mulher (objeto de estudo, pensada relacionamente) e mulher (militante feminista). A mudança da terminologia não representou uma mudança no olhar para o tema²⁰. O que de fato ocorreu, no campo da produção científica,

20 Sobre as várias leituras e interpretações da utilização da categoria “gênero” e das relações de gênero, ver Scott (1995), Heiborn (1992a, 1992b, 1993), Saffioti (1992), Vale de Almeida (1995), Costa; Bruschini (1992).

[...] foi uma mudança de nome (rótulo) para uma área de estudo, sem de fato ter dado tempo ainda (ou investimento, ou vontade) para que uma tradição já estabelecida se modificasse. Esta observação não tem o sentido de uma apreciação desfavorável, mas faz parte, sim, da constatação deste fato como um chamar atenção para como é difícil trabalhar com “homem”, inserir-se necessariamente no campo “gênero” e perceber este campo reificado no feminino, quer como objeto, quer como sujeito de investigação. Ambas as instâncias – objeto e sujeito de investigação – são quase exclusivamente femininas e teceram uma cumplicidade densa (LEAL; BOFF, 1994, p. 2).

A mudança na abordagem possivelmente se constituirá quando novos instrumentos analíticos de percepção das relações sociais de gênero forem estruturados. Para Scott (1995), a utilização do termo gênero só representará uma mudança no campo de estudo definido como de “mulheres” à medida que gênero desenvolva-se como uma categoria de análise, ou seja, não basta mudar o nome do campo de estudo, urge definir novas abordagens metodológicas.

Embora “gênero” seja amplamente utilizado, ainda paira uma falta de clareza e mesmo coerência em sua utilização. Para romper com estudos puramente descritivos sobre as relações entre os sexos, que não questionam os conceitos que estruturam a própria percepção do que está sendo descrito, talvez seja necessário que se encare o estudo de gênero, primeiramente, como um desafio teórico²¹.

21 Sobre a construção do gênero, enquanto objeto de estudo, ver Castro; Lavinas (1992). Elas fazem um levantamento dos artigos apresentados nas reuniões da ANPOCS, no GT “Mulher e Força de Trabalho”, ao longo da década de 1980. As autoras destacam que, “no esforço válido e bem sucedido de crítica às ciências sociais convencionais, o feminismo acadêmico no Brasil afastou-se dos debates epistemológicos do conhecimento geral e tendem à endogamia intelectual, referindo-se exclusivamente à sua própria produção” (CASTRO; LAVINAS, 1992, p. 217).

Colocar as questões: como o gênero funciona nas relações sociais? De que maneira o gênero dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? Quais as representações simbólicas em torno das diferenças percebidas entre os sexos? Como e por que estas diferenças contribuem para criação e manutenção de poderes? Tudo isso implica ter um modelo analítico claro, que funcione de certa forma como uma bússola, na nebulosa e emaranhada rede das relações de gênero. E é este modelo que está sendo gestado nos últimos anos.

Um exemplo da dificuldade em fazer a separação entre gênero como categoria analítica e gênero social pôde ser observado na Plenária de Mulheres Trabalhadoras Rurais²². No programa da Plenária, havia um ponto sobre “gêneros”. As palestrantes fizeram uma exposição destacando o processo social de construção dos gêneros. Tiveram de repetir as explicações diversas vezes, pois havia uma dificuldade clara da plenária em compreender (ou talvez aceitar) que ninguém nasce com os atributos comportamentais do gênero masculino e do gênero feminino, cada sociedade elabora formas para definir padrões comportamentais para cada gênero. Citei este exemplo apenas para chamar a atenção para a dificuldade em se trabalhar, para fins analíticos, com um termo tão polissêmico. Enquanto as palestrantes estavam falando em termos analíticos, a plenária filtrava tais informações por meio do seu próprio gênero, já construído socialmente. E, neste campo, o espaço para relativização é muito reduzido.

Além das dificuldades apontadas acima para dotar o campo de “estudos de gênero” de uma nova perspectiva metodológica, sugiro outra explicação: o fato de “gênero” está impregnado de tal

22 A Plenária Nacional das Trabalhadoras Rurais aconteceu em março de 1997, em Brasília. Foi organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG).

forma nas nossas estruturas mentais inconscientes, tal qual tempo e espaço, faz com que não se consiga facilmente obter uma leitura distanciada, até mesmo para o mais treinado cientista social. Daí a dificuldade em utilizar gênero como categoria analítica.

Gênero talvez seja uma das categorias primeiras que são interiorizadas. Ninguém sabe precisar quando aprendeu que o fato de ter um pênis ou uma vagina seria o definidor do seu comportamento. A forma como a sociedade constrói e define o que é do gênero feminino e do gênero masculino é uma das primeiras verdades construídas e reproduzidas pela sociedade. Tal como espaço e tempo (DURKHEIM, 1989), a forma como as sociedades elaboram as verdades (através de lendas, doutrinas, disciplinas e mitos) sobre as diferenças dos sexos pode ser vista como uma categoria do pensamento humano. Mas as categorias de percepção do mundo são históricas e culturais. Essa estrutura não é da ordem natural. E esta pesquisa insere-se nessa perspectiva: aponta mudanças substanciais que estão em curso nas relações e representação dos gêneros.

Conforme salientou Durkheim, as categorias vão desempenhar um papel preponderante no processo de compreensão e apreensão do mundo. Elas estão de tal forma naturalizadas nas sociedades, que seu caráter histórico pode ser confundido como sendo imanente à natureza humana, tal qual tempo e espaço.

As categorias têm por função dominar e envolver todos os outros conceitos: são os quadros permanentes da vida mental... São os conceitos mais gerais que existem porque se aplicam a todo o real e, da mesma maneira que não estão ligados a nenhum objeto em particular, são independentes de todo sujeito individual: elas são o lugar comum onde se encontram todos os espíritos (DURKHEIM, 1989, p. 515-517).

Durkheim refere-se especificamente as categorias tempo e espaço, aos quais incluiria a categoria gênero, como elemento permanente da vida mental, que estrutura nossas percepções do mundo que nos cerca. Quando nascemos, já encontramos a sociedade na qual estamos inseridos com as classificações do que seja pertencente ao gênero masculino e ao gênero feminino. O gênero, neste caso, deve ser entendido como uma categoria classificatória construída socialmente. O primeiro “carimbo social” que recebemos é aquele que identifica a qual gênero nós pertencemos. O gênero é uma das primeiras matrizes geradoras de sentido²³ para os atores sociais. Daí, talvez, a dificuldade em abordar “gênero” por um olhar distanciado, principalmente quando quem olha é a parte historicamente excluída. Refere-se aqui aos estudos sobre mulher que, como apontou Leal e Boff (1994), por serem realizados por cientistas mulheres, acabaram por tecer uma cumplicidade, que dificultava a separação entre objeto e sujeito.

Parto do pressuposto que o cientista social, ao estudar as relações de gênero, seja qual for o recorte empírico dado, terá de fazer um esforço para não projetar sua visão de mundo generificado na fala do “outro”. Se isto é válido para todos os campos de conhecimento científico, no estudo de gênero, há um complicador a mais. Desde o nascimento, o homem e a mulher são “treinados” socialmente para interpretar o mundo que os cerca com olhares do seu gênero. Por mais que os pesquisadores busquem desconstruir esse olhar, não se pode negar que os impedimentos são grandes. Talvez seja por isso que muitos textos, ao invés de desconstruir, reforçam as estruturas binárias e hierarquizadas que estabelecem homem e mulher como dois pólos incomunicáveis.

23 Utiliza-se “matriz geradora de sentido”, conforme Boudieu (1977,1989).

Suárez (1995, p. 2) chama a atenção para o fato dos estudiosos do parentesco e da organização social negarem o caráter natural de sua estrutura, “nunca enfrentarem a necessidade de também estranhar as ideias ocidentais a respeito da diferença homem/mulher e das relações entre eles”.

Os cientistas sociais também são portadores de um gênero e processam a leitura do mundo que os cerca por meio dessa matriz geradora de sentidos e definidora de comportamentos. Ao afirmar isto, não se quer dizer que o campo de estudos sobre “relações de gênero” não possa se desvincular dessa teia tecida entre militantes feministas e cientistas sociais, ou que não seja possível fazer uma abordagem analítica das relações de gênero. As possibilidades abertas por este campo de estudo são inesgotáveis, estamos apenas no início da sua história. Apenas é importante ressaltar as dificuldades em realizar um estudo relacional sem o viés do gênero do pesquisador. Novos instrumentos analíticos e metodológicos estão sendo gestados.

Bourdieu (1995, 1996), estudando as bases de sustentação da dominação masculina, chamou a atenção para a forma como classificamos o mundo a nossa volta. A classificação social dos gêneros masculino e feminino dá-se em diversas direções: na estrutura do espaço, nas divisões interiores da casa, na organização do tempo, nas práticas tanto técnicas como rituais do corpo, posturas, maneiras.

Ao estudar gramática aprende-se que substantivar é atribuir gênero, seja ele biforme, uniforme, sobrecomum, ou epiceno. Ordena-se o mundo a nossa volta inicialmente a partir da classificação em gênero. Trata-se de um sistema de categorias de percepção de pensamento e de ação que, devido à concordância entre as estruturas objetivas (externas) e cognitivas (internas), gera a “atitude natural”. Essa divisão do mundo, a partir do gênero, não é desprovida de

valor, sendo referidas ao homem todas as qualificações que denotam poder²⁴.

[...] para compreender a dominação masculina são, ao mesmo tempo, as estruturas inscritas na objetividade e aquelas que o são na subjetividade, quer dizer, nos corpos sob a forma de disposições corpóreas visíveis na maneira de usar o corpo (os joelhos fechados ou afastados etc.) e nos cérebros, sob a forma de princípios de percepção dos corpos dos outros. O que faz a circularidade terrível das relações de dominação simbólica, o que faz com que não seja fácil se livrar dela, é que elas existem objetivamente sob forma de divisões objetivas e sob a forma de estruturas mentais que organizam a percepção dessas divisões objetivas²⁵ (BOURDIEU, 1996, p. 31).

Mas o fato de perceber a profundidade que a identidade de gênero ocupa nas estruturas mentais dos homens e mulheres não significa dizer que não seja possível a ocorrência de mudanças. Apenas demonstra que as mudanças neste nível são mais lentas e, como pode

24 Na gramática portuguesa, o aumentativo, grau que estabelece superioridade em -ão, é masculino: a carta, o cartão; a porta, o portão.

25 A posição de Hérítier (*apud* VALE DE ALMEIDA, 1995; HEILBORN, 1992b) sobre o lugar que os gêneros ocupam nas estruturas mentais dos indivíduos é bastante próxima da de Bourdieu. Para ela, a ordem simbólica que se origina do gênero fala primeiro da descontinuidade do que de qualquer outra propriedade intrínseca do objeto. Tal qual Bourdieu, Hérítier percebe os gêneros como um par classificatório, que categoriza o universo circundante, devendo ser tomado como idioma, que impera sobre atividades e objetos que a eles são associados como se pertencentes aos domínios masculino e feminino, e detentores dessas qualidades. Hérítier adota uma perspectiva simbólica para explicar a constituição dos gêneros. Nesta abordagem, gênero é entendido como uma das categorias universais do pensamento humano, sendo a marca elementar da alteridade.

ser observado na presente pesquisa, proporcionam crises e conflitos na identidade do gênero²⁶.

Pode-se notar que a própria mudança terminológica, mesmo que ainda não tenha sido incorporada, significa a busca de repensar abordagens que falavam “da mulher” ou “das mulheres”, e que, ao fazê-lo, se estava naturalizando a mulher como portadora de um jeito de ser universal. Começa-se a prestar maior atenção às diferenças.

Uma vez entendido o caráter arrasadoramente mítico do “homem” universal e essencial que foi sujeito e objeto paradigmáticos das teorias não feministas, começamos a duvidar da utilidade de uma análise que toma como sujeito ou objeto uma mulher universal como agente ou como matéria do pensamento [...]. O feminismo tem tido um importante papel na demonstração de que não há e nunca houve ‘homens’ genéricos – existem apenas homens e mulheres classificados em gêneros [...]. Ao invés disso, temos uma infinidade de mulheres que vivem em intrincados complexos históricos de classe, raça e cultura (HARDING, 1993, p. 8-9).

Para Bourdieu, o maior impedimento de o dominado processar transformações é porque estes são seguidamente levados a participar dos movimentos contestatórios, com as mesmas categorias que produzem a sua dominação. Isto também transborda para questão epistemológica. Até recentemente, o estudo de gênero utilizava para suas investigações os quadros teóricos que propunham uma narrativa globalizante, que tentavam mapear as igualdades. É

26 O crescimento dos movimentos trans (transexuais, travestis, transeñeros) em diversos países do mundo, que se organizam para lutar pelo pleno reconhecimento da identidade de gênero, seria uma das expressões históricas mais consistentes para se analisar a fragilidade e força das normas de gênero (BENTO, 2006).

na dominação simbólica, imbricada nas estruturas mentais, que a dominação encontra porto seguro para manter-se.

Se é verdade que a dominação simbólica é uma dominação que se exerce com a cumplicidade do dominado, ou, mais precisamente, com a cumplicidade das estruturas que o dominado adquiriu na confrontação prolongada com as estruturas de dominação e pela incorporação dessas estruturas, é evidente que não é suficiente tomar consciência dessas estruturas (BOURDIEU, 1996, p. 37).

Embora o movimento feminista tenha tomado consciência da exploração das mulheres, processou tal análise a partir da ótica dominante, de paradigmas que buscam encontrar o que há de comum entre todas as mulheres, construindo uma representação universalizante do “gênero feminino”. Mas, ao sinalizar com uma nova proposta metodológica, os estudos sobre os gêneros começam a romper com os paradigmas que analisam a construção das relações sociais, utilizando como referência metanarrativas²⁷.

2.2 A diferença como princípio metodológico

Guedes (1995) nota três fases do movimento de mulheres no Brasil:

- 1) 1980 a 1985: momento em que o movimento estruturou-se organicamente. Por meio dessa organização, buscou-se dar

27 Rorty problematiza o alcance pragmático dos novos paradigmas, entre eles o desconstrutivismo. Para ele, “o machismo é a defesa das pessoas que têm estado por cima, desde os primórdios da história, contra as tentativas de derrubá-las; esse tipo de monstro é muito adaptável, e desconfio que seja capaz de sobreviver quase tão bem num meio filosófico antilogocêntrico quanto num meio logocêntrico” (RORTY, 1996, p. 232).

visibilidade ao feminino, como elemento qualitativo e constitutivo da população e das instituições. Para se ter uma ideia da efervescência do movimento de mulheres nesta época, vale dizer que no ano de 1982 atuavam em todo o Brasil 48 grupos (JORNAL DO BRASIL, 1982);

- 2) 1985 a 1988: busca do entendimento do sujeito mulher e da identidade feminina vinculando-a as relações do cotidiano;
- 3) A partir de 1989: quando as relações dos gêneros no âmbito do privado passam a ser enfocado. Levanta-se a bandeira de luta que o privado também é político.

Da mesma forma que houve mudanças nos eixos de atuação social das mulheres, na academia também ocorreram reelabora-ções. Na primeira e segunda fase do movimento, época dos estudos sobre mulher, havia uma preocupação em localizar as “igualdades” e as dimensões identitárias. Com as abordagens de gênero mais fortemente assumidas na terceira fase, há uma tentativa de mudar de perspectiva teórica: a ênfase recai na busca do entendimento da(s) diferença (s). Como salientou Bárbara Johnson,

[...] as diferenças entre as entidades (prosa e poesia, homem e mulher, literatura e teoria, culpa e inocência) mostram basear-se numa repressão das diferenças dentro das entidades, dos modos pelos quais uma entidade difere dela mesma (*apud* RORTY, 1996, p. 231).

A diferença estabelece-se ou é construída em relação a alguma coisa. Para que haja a percepção da diferença, é necessário que haja relação. E é a busca da compreensão da estruturação da relação de gênero pela e na diferença que tem possibilitado que estes estudos sobre os gêneros não se fechem em torno de um único gênero, se não impossibilitando, ao menos dificultando uma abordagem analítica.

Na nova abordagem, percebeu-se que não é possível entender as ações dos agentes sociais a partir dos dados biológicos. “Ser homem” ou “ser mulher” é fruto de construções sociais. A forma como se processa a leitura da estrutura corpórea varia de acordo com as culturas e, mesmo dentro de uma mesma cultura, podem-se ter múltiplas identidades do gênero masculino e do gênero feminino, daí a pouca importância que a dimensão natural tem para explicar as múltiplas configurações de gênero. O corpo já nasce imerso em determinadas relações de gênero. A leitura que fazemos da relação entre natureza e cultura já é efeito das verdades construídas socialmente para os gêneros²⁸.

[...] os traços naturais do gênero, bem como os processos naturais do sexo e da reprodução, são apenas um pano de fundo sugestivo e ambíguo para a organização cultural do gênero e da sexualidade. O que o gênero é, o que homens e mulheres são, e o tipo de relações que acontecem entre eles. Todas estas noções não são simples reflexos ou elaborações de “dados” biológicos, mas sim (em grande medida) produtos de processos sociais e culturais (ORTNER; WHITEHEAD *apud* VALE DE ALMEIDA, 1995, p. 128).

Como falar “da mulher” e/ou “do homem” genérico a partir do sexo? Será que os homens nova-iorquinos são portadores dos mesmos dispositivos duráveis, do mesmo *habitus social* (BOURDIEU, 1989), dos moradores de uma pequena colônia de pescadores do litoral do Rio de Janeiro? Será que poderíamos colocar lado a lado

28 No final dos anos 1990, houve uma forte crítica à concepção que define gênero como os atributos culturais que as sociedades definem para as diferenças biológicas, como se o pressuposto da binaridade dos corpos fosse anterior às marcas culturais. A crítica mais radical foi organizada pelos estudos *queer* (BENTO, 2006).

(com falso sinal de =) a mulher branca, de classe média, integrada no mercado de trabalho, com o curso superior, e uma mulher negra, moradora de uma favela, analfabeta, desempregada? Caso a abordagem parta fundamentalmente do biológico como dado primeiro, ou mesmo se estabeleça alguns elementos universais, é possível proceder a tal comparação, pois tanto o nova-iorquino como o pescador são do sexo masculino, podendo ser feito a mesma relação com as mulheres.

Michael Kimmel reproduz um diálogo que assistira entre uma mulher negra e uma mulher branca. A branca afirmava que o fato de serem mulheres tornava-as solidárias, acima da diferença de cor.

– Quando você se olha pela manhã no espelho, o que vê?

– Vejo uma mulher – respondeu a branca.

– É exatamente este problema – replicou a mulher negra. Eu vejo uma negra. Para mim a raça é visível a cada dia, porque ela é a causa do meu *handicap* nesta sociedade. A raça é invisível para você, motivo pelo qual a nossa aliança sempre me parecerá um pouco artificial (KIMMEL *apud* BADINTER, 1992, p. 10).

Outras variáveis sociais são consideradas além do gênero: classe, orientação sexual, geração, raça/etnia. Elas vão se cruzar para constituir a multiplicidade dos gêneros.

Esta nova fase dos estudos sobre gênero está inserida em uma mudança de paradigmas mais gerais da sociedade. Vive-se um momento em que se privilegia a ideia de mistura, que se valoriza a ambiguidade, a fragmentação, as zonas cinzentas do comportamento (VALE DE ALMEIDA, 1995).

O biológico é o dado primeiro, aquele que serve para classificar os seres humanos como sendo machos ou fêmeas, mas este processo já está imerso nas malhas culturais. As construções dos gêneros são moldes vazios nos quais podem ser transformados em múltiplos tipos de noção e de valores. O molde nos dá unicamente a estrutura de contraste e de relação (STRATHERN, 1979), variável e sem uma determinação universal.

Como ocorrerá a construção da identidade do gênero masculino e do gênero feminino (seja a subjetividade, a orientação sexual, a sexualidade ou os papéis sexuais), dependerá de cada cultura. Nas interações sociais, “ser homem” ou “ser mulher” não se reduz aos caracteres sexuais, mas sim a um conjunto de atributos morais, comportamentais socialmente produzidos e compartilhados. O corpo deve ser observado como um texto, construído nas narrativas simbólicas que estruturam as percepções primeiras dos indivíduos (SEGATO, 1993). Essas narrativas, que acontecem de múltiplas formas (mitos, lendas, doutrinas, disciplinas escolares, olhares reprovadores, olhares incentivadores, castigos), vão construir verdades, num processo de “inculcação”, nas estruturas mentais dos indivíduos (conscientes e inconscientes), que aprendem o que é próprio de menino e o que é específico de menina.

2.3 Condições metodológicas no estudo das relações de gênero

Três dimensões devem ser observadas quando se estuda a construção dos gêneros²⁹.

29 Estas dimensões têm como base o texto de Medrado (1996).

- 1) Relacional: não existe “o masculino” e “o feminino” em si, como entidades substantivadas. Por meio da perspectiva relacional, pode-se perceber como determinadas conjunturas históricas são estruturadas a partir da interação dos gêneros e como os gêneros estruturam-se a partir de determinadas relações sociais.
- 2) Histórico: para se entender as relações de gênero, é necessário uma contextualização histórica, caso contrário, corre-se o risco de percebê-las como algo fixo.
- 3) Contextual-situacional: vincular o estudo de gênero a contextos culturais específicos. Nesta dimensão, as variáveis tempo e espaço têm um papel central.

Estas três dimensões serviram de base para estruturar as hipóteses que orientaram esta pesquisa. O aspecto relacional foi fundamental para construir parte da primeira hipótese, ou seja, perceber como as conquistas femininas interferiram na subjetividade do grupo de homens pesquisado. A dimensão histórica esteve presente quando estabeleci uma vertente geracional (homens de 40 a 50 anos) para selecionar os entrevistados, o que implicou fazer um recorte diacrônico. Tentei relacionar as biografias com a conjuntura histórica, ou seja, a esfera micro com a macro. Esse resgate da história de vida dos entrevistados teve como objetivo possibilitar uma compreensão mais aprofundada da dimensão contextual-situacional, o que foi feito a partir de uma abordagem mais sincrônica.

Por meio destas três dimensões, pode-se perceber que as relações de gênero são constitutivas das relações sociais, mas que, também, são constituídas nas relações sociais marcadas pelas divisões de classe social, de raça/etnia, de valores e códigos simbólicos, de religião. Assim, o estudo das relações de gênero evoca outras dimensões como a relação entre indivíduo e sociedade, a diacronia e a sincronia.

Os gêneros constroem-se relacionalmente e de acordo com os contextos culturais e históricos em que estão inseridos. Quando se

pensa em estudar a construção da categoria social “gênero”, devem-se abandonar paradigmas que estabelecem posições fixas, universalizantes. Significa reverter a oposição binária, deslocando as construções hierárquicas, buscando compreender a construção e reprodução das relações de gênero nos contextos que os geram. A forma como se processará tal desconstrução dependerá do modelo analítico que o pesquisador adotará. Essas três dimensões estão presentes na articulação conceitual que Scott (1995) propôs para “gênero”.

2.4 A busca de explicações universais para a constituição dos gêneros

2.4.1 Chodorow e a construção da identidade de gênero

A perspectiva de Chodorow para explicar as diferenças de personalidade e de papéis sexuais é fundamentalmente psicanalítica. Para ela,

[...] as explicações baseadas em padrões de socialização ponderados (a espécie mais preponderante de explicação antropológica, sociológica e sociopsicológica) são em si mesmas insuficientes para considerar a extensão na qual desempenhos psicológicos e de valores para diferenças sexuais [...] (CHODOROW, 1979, p. 65).

Chodorow buscará as diferenças nas estruturas mentais inconscientes da personalidade³⁰, que devem estar associadas à rela-

30 Chodorow utiliza “personalidade” para significar a construção dos padrões identificatórios para cada gênero, com destaque especial para os comportamentos. Parece-me que tal terminologia pode ser considerada como um sinônimo de identidade de gênero.

ção mãe-filho, mãe-filha. A ênfase recai na mãe como termo constante da relação da primeira infância. O papel materno é considerado por ela como universalmente o mais importante para a mulher.

A primeira identificação da criança, no processo de construção da personalidade, dá-se com a mãe. Se em um primeiro momento da vida (até os três anos, fase pré-edipiana) essa identificação é igual para o filho e para a filha, pois, eles têm contato direto com a mãe, e o pai está sempre ausente, todo referencial da criança é a mãe. A partir dos três anos, segundo Chodorow, tem início o período edipiano, e é a partir daí que ocorrerá a identificação de gênero estável. Para a filha, a construção da identidade de gênero é marcada por uma continuidade, pois

[...] desde a primeira infância de seus filhos, mães e mulheres tendem a se identificar mais com as filhas e ajudá-las a se diferenciar menos, e aqueles processos de separação e individuação são mais difíceis para meninas (CHODOROW, 1979, p. 70).

Se com a filha o desenvolvimento da identidade de gênero é marcado pela não diferenciação, com o filho isto ocorre de forma diferente: “a identificação de gênero masculino de um menino precisa surgir para substituir sua identificação primária com a mãe” (CHODOROW, 1979, p. 71).

Falta a referência do que seja ser homem, visto que o pai encontra-se na maior parte do tempo fora da esfera doméstica, por isso ele é relativamente inacessível ao seu filho. Consequentemente, a identificação de gênero masculino do menino torna-se uma identificação “posicional”, com os aspectos do papel masculino de seu pai. A identificação da filha com a mãe é “pessoal”, ou seja, com os aspectos gerais dos caracteres e valores da mãe, devido ao envolvimento direto e permanente de mãe-filha.

São quatro os componentes da identificação da identidade do gênero masculino: 1) A masculinidade torna-se e permanece uma questão problemática para o menino; 2) Negação de vínculos de dependência; 3) Desvalorização e repressão da feminilidade; 4) A identificação com o pai é norteadora por um processo de interiorização dos papéis masculinos que não são imediatamente compreensíveis.

O rompimento da identificação primária põe um ponto final da fase pré-edipiana. A partir daí, seu relacionamento com mãe será distante, o que não ocorre na relação mãe-filha.

O cuidado e a socialização das meninas pelas mulheres asseguram a produção de personalidades femininas baseadas na relação e conexão com limites flexíveis do ego, ao invés de rígidos e, paralelamente, com um sentido seguro de identidade sexual. Esta é uma explicação de como a dependência feminina é propagada de geração a geração e porque existe em quase toda a sociedade (CHODOROW, 1979, p. 80).

A forte unidade psicológica entre mãe-filha faz com que não ocorra uma diferenciação entre elas. Para Chodorow, esta “situação se reforça de modo circular” (1979, p. 82), por meio principalmente da reprodução. O que torna mais tranquila a construção da identidade de gênero para mulher.

Quando se trata de narrar os ritos de passagem que constituem a masculinidade, há uma comparação com o processo vivenciado pelo menino como doloroso, traumático, e o da menina é marcado por uma passagem mais tranquila da infância para a fase adulta. “Prove que você é homem”, é o desafio que o gênero masculino enfrenta permanentemente³¹.

31 Segundo Badinter (1992), para o menino tornar-se homem tem de passar por ritos de iniciação, marcados pelas provações que a mulher não chega a conhecer.

Chodorow parte do pressuposto que há uma unidade psíquica na humanidade. Não há a preocupação em localizar ou apontar de que sociedade se está falando. Isto lhe possibilita estruturar sua concepção a partir de uma visão totalista da sociedade e alocar características comportamentais fixas a todos os homens e mulheres, independente da sociedade sob exame. Há uma “essencialização” dessas características. De um lado, os homens, que norteiam suas ações pela objetividade, atuação, individuação, isolamento, solidão, por um modelo cognitivo analítico. Do outro, a mulher, caracterizada pelo comportamento comunal, pela cooperação, pela subjetividade, pelo modelo comportamental relacional. Cada um ocupa uma posição dentro de uma estrutura hierarquizada e binária.

O processador da diferença está no fato das mulheres terem a capacidade reprodutiva e os homens não. Há, portanto, uma naturalização da diferença, uma vez que é interpretada como inscrição corporal anterior aos registros da cultura. E é a partir da identificação dos corpos que a mãe tem uma preferência pela filha, em detrimento do filho. É como se houvesse um instinto materno, marcado pelo carinho, afetividade, direcionado para a filha.

Na sociedade Mundugumor, estudada por Margaret Mead (1988), o ideal de homens e mulheres é contrário a este imaginado por Chodorow. Tanto homens como mulheres devem ser violentos, competitivos, ciumentos, vingativos. É uma sociedade que tem na violência um dos elementos balizadores da personalidade, tanto

Para ela, “o dia da primeira menstruação acontece naturalmente, sem esforço e até sem dor, e a menininha é declarada mulher para sempre. Nada de semelhante ocorre hoje com o garotinho da civilização ocidental” (BADINTER, 1992, p. 4). Acredito que o processo de formação das identidades de gênero, seja masculino ou feminino, dá-se por meio de complexos e refinados processos de “inculcação” das verdades produzidas socialmente sobre cada gênero. O que dificulta, a meu ver, qualificar uma como mais ou menos difícil ou traumática.

feminina quanto masculina. A família Mundugumor é marcada pela divisão. Os pais preferem as filhas, e as mães os filhos.

A organização social Mundugumor se baseia na teoria de que existe uma hostilidade natural entre os membros do mesmo sexo, e na suposição de que os únicos laços possíveis entre os membros do mesmo sexo passam através do sexo oposto (MEAD, 1988, p. 178).

A maternidade é quase sempre indesejada. Há inúmeros tabus que devem ser obedecidos quando a mulher está grávida e quando a criança nasce. O transtorno é ainda maior para a mulher quando nasce uma filha, que será do marido e não dela³². A relação mãe-filha é marcada pela desconfiança, inveja, ciúme, rivalidade.

Na sociedade Mundugumor, conforme descrita por Margaret Mead, não há nenhuma relação de afetividade entre mãe-filha. Antes de a criança nascer, discute-se se ela deve ser poupada. Quando nasce um menino, a mãe argumenta pela sua preservação, quando nasce menina, é o pai que defende que a criança deve viver.

Os pressupostos universalistas de Chodorow sobre a relação mãe-filha, baseada no amor, não encontrariam respaldo na sociedade Mundugumor. Quando isto ocorre, o homem ou mulher é considerado como desviante do ideal Mundugumor. A criança é preparada desde muito cedo para uma vida social que tem na agressividade e violência os elementos estruturantes. O ato da amamentação, por exemplo, é marcado pela pressa, devido ao medo que a criança tem da mãe lhes tirar o peito antes de saciada a fome.

32 Os Mundugumor estruturam a família em *cordas*: “uma corda é composta de um homem, suas filhas, os filhos de suas filhas, as filhas dos filhos de suas filhas; ou se a contagem começar pela mulher, a corda é composta de uma mulher, seus filhos, as filhas de seus filhos, os filhos das filhas de seus filhos, e assim por diante” (MEAD, 1988, p. 178).

Muitas vezes se engasgam por engolir muito depressa; o engasgo aborrece a mãe e enfurece a criança, convertendo a situação do aleitamento mais caracterizado pelo ódio do que pela afeição e segurança (MEAD, 1988, p. 195).

Outra coisa que aborrece a mãe é cuidar de uma criança enferma. Embora haja uma preferência pelo filho, não significa que ela tenha vocação instintiva pela maternidade. De modo geral, a mãe de Mundugumor não gosta do contato com os filhos.

Outro aspecto que merece ser questionado na análise de Chodorow é quando afirma que a construção da identidade feminina é “mais fácil” do que a masculina, devido à proximidade dela com a mãe. O menino, por não ter contato com o mundo masculino na primeira infância, sofre para interiorizar os papéis masculinos. É como se a identidade feminina fosse mais natural, e a do homem fosse mais social. Na identidade feminina, temos continuidade (do quê? Do natural?) e na masculina temos rupturas. Enquanto o homem precisa aprender a ser homem, a mulher já nasce feita. Ela traz inscrita no corpo o principal elemento balizador da personalidade: a capacidade reprodutiva. No final das contas, localiza a diferença da estruturação da personalidade em uma característica biológica.

Chodorow parte do pressuposto de que não há nenhum contato entre o “mundo da rua” e o “mundo da casa”, que são esferas totalmente estanques. É como se apenas a identidade masculina fosse relacional (negar características femininas, para se firmar como homem), e a da mulher fosse substantivada.

Mead mostra que tanto na sociedade Mundugumor quanto na Arapesh e mesmo entre os Tchambuli, as mulheres desenvolvem tarefas consideradas por nós como masculinas (plantar, cuidar da roça, cuidar dos porcos) por exigirem maior esforço físico. Principalmente entre os Arapesh, há grande trânsito de homens no “mundo doméstico” e das mulheres no “mundo da rua”. Isto para não

falar das metrópoles. Há alguns anos, as mulheres participam ativamente do “mundo da rua”, e os homens começam, de forma mais intensa, a participar do “mundo da casa”, fazendo com que estejam ocorrendo uma crescente interseção entre estas duas esferas.

Assim, embora Chodorow fale de um processo de construção social de identidade de gênero, parece que ainda fica uma gradação, sendo a identidade masculina mais social do que a feminina. Tanto assim, que ela utiliza o termo “surgir” quando se refere à construção da identidade de gênero masculino. É como se o homem precisasse interiorizar uma segunda natureza, visto que a primeira, identificada com o feminino, deve ser negada como condição *sine qua non* para o surgimento da identidade masculina.

2.4.2 O papel materno feminino e a oposição universal entre os papéis doméstico e público

Rosaldo (1979) propõe-se a explicar o porquê e como nas diversas sociedades os homens estão no polo que concentra a autoridade, ou como as relações de gênero produzem estruturas hierárquicas de poder, baseadas em uma desigualdade universal, como oposição universal e estrutural entre esferas domésticas e públicas. Para ela, todas as sociedades reconhecem e elaboram algumas diferenças entre os sexos.

Diferenciações entre os sexos e desigualdades de papel sexual parecem estar presentes em todas as sociedades até agora conhecidas (ROSALDO, 1979, p. 27).

[...] aspectos característicos dos papéis femininos e masculinos nos sistemas sociais, culturais e econômicos podem ser relacionados a uma posição universal e

estrutural entre os domínios das atividades domésticas e públicas (ROSALDO, 1979, p. 52).

O poder, nesta concepção, está localizado apenas na esfera do público. Partindo da concepção de poder conforme elabora Foucault, constataremos que o poder não está em um lugar específico, ao contrário, encontra-se presente em todos os lugares. Como negar que a mãe exerce cotidianamente seu *quantum* maior de poder sobre o filho? Ela é, em parte, responsável pela constituição moral da criança, sendo que este processo de “inculcação” das verdades é feito às vezes de forma branda, tranquila, outras vezes, com ameaças, gritos e muitas vezes com violência³³. Com uma mão afaga o filho, com a outra ela também pode puni-lo, e isto é aceito socialmente. O poder não é algo centralizado, é difuso e estende sua rede capilar por toda a sociedade.

Sandy (1993), no estudo sobre o poder feminino em várias culturas, principalmente entre os Minangkabau, documentou que as mulheres em seu papel de mães têm uma importância central nos assuntos sociais. As mulheres desempenham atividades sociais que superam a importância das atividades masculinas e correspondem à unidade sociopolítica maior³⁴. Para a autora, antes de partir de uma hipótese universalizante sobre a dominação masculina, deve-se buscar compreender as condições em que esta se desenvolve.

33 Vale lembrar a pesquisa de Edith Modesto (2010) sobre a violência das mães contra os filhos homossexuais.

34 Sandy observou, no seu trabalho de campo na cultura Minangkabau, que as mulheres “não são periféricas em relação à estrutura de direitos e obrigações e nem simbolicamente desvalorizadas. Ao contrário, são fundamentais na hierarquia de prestígio da linhagem materna e da aldeia. As atividades que são realizadas na grande casa da linhagem materna, de propriedade das mulheres, englobam as vidas dos homens mais que as atividades dos homens englobam as das mulheres” (SANDY, 1993, p. 77).

Talvez fosse possível afirmar que a esfera pública é onde se tem símbolos de *status* mais visíveis socialmente, mas na esfera do doméstico, também há a construção de símbolos de *status* relacionados às mulheres. Não há como se cristalizar diferenças e relacioná-las ao mundo doméstico ou ao mundo público, ou seja: público = homem = poder = *status* = prestígio; doméstico = mulher = submissão = desvalorização. Deve-se, portanto, dizer sobre qual sociedade se está falando.

Wolf (1979), estudando a sociedade chinesa, observou que as mulheres foram muito mais treinadas do que seus irmãos na formação de opiniões, na percepção das mudanças de atitudes, valorizando as vantagens pessoais e desvantagens nos conjuntos de circunstâncias. Além da influência decisiva que tiveram no processo da revolução comunista, Wolf destaca que em Taiwan as mulheres foram muito hábeis em formar e dirigir opiniões em relação a assuntos como conflitos domésticos, ou organização de templos. Estas mulheres agiam por meio de comunidades femininas.

Para Rosaldo, muitas mulheres, como esposas, mães ou irmãs, obtêm respeito, poder e *status* por meio de suas relações pessoais com os homens. A aquisição de *status* por intermédio do homem, realmente, pode acontecer, mas o inverso também ocorre. Ou será que o homem que casa ou tem como namorada uma mulher muito bonita, ou rica, ou intelectualizada, não sabe que isto pode significar (ao menos em alguns contextos na nossa sociedade) um símbolo de *status*, algo que o diferencia de outros homens? Assim, acredito que também ocorre aquisição de *status* por intermédio da mulher.

Rosaldo tenta ser descritiva, sem dizer de que sociedade está falando. Este é o problema, de uma forma geral, das concepções universalistas: estão dizendo que as sociedades “são”, mas não dizem para onde estão olhando.

2.4.3 A mulher, a natureza e a cultura

Ortner (1979) tenta entender como a subordinação do gênero feminino ao gênero masculino é construída. Tal qual Chodorow e Rosaldo, Ortner não se detém a um estudo de uma sociedade específica, mas constrói uma explicação para esta subordinação, que acredita ser válida para todas as sociedades.

Se não desejarmos nos apoiar no determinismo genético, me parece que teremos somente um caminho a seguir: devemos tentar interpretar a subordinação feminina sob a luz de outros fatores universais, elaborados na estrutura da situação mais generalizada, na qual todo ser humano se encontra em qualquer cultura (ORTNER, 1979, p. 100).

Para ela, quatro aspectos podem ser considerados como sendo pertencentes a todo ser humano: ter um corpo, fazer parte de uma sociedade, ser herdeiro de uma tradição cultural e ter a certeza de que nasceu e de que um dia vai morrer. A partir dessa estrutura generalizada, ela coloca a seguinte questão: por que as mulheres têm um valor inferior em relação aos homens, em todas as sociedades?

Minha tese é que a mulher está sendo identificada – ou se desejar, parece ser um símbolo de – alguma coisa que cada cultura desvaloriza, alguma coisa que cada cultura determina como sendo uma ordem de existência inferior a si próprio. Cada cultura, ou, genericamente “cultura” está engajada no processo de gerar e sustentar sistemas de formas de significados (símbolos, artefatos etc.) por meio dos quais a humanidade transcende os atributos da existência natural, ligando-as a seus propósitos, controlando-os de acordo com os interesses. Podemos assim amplamente equacionar a cultura com a noção de consciência humana (isto é, sistemas de pensamento e tecnologia), por meio

das quais a humanidade procura garantir o controle sobre a natureza (ORTNER, 1979, p. 100).

Segundo Ortner, todas as sociedades tentam dominar a natureza, nenhuma se curva aos atributos da existência natural. A universalidade do ritual exprime em toda cultura, uma habilidade especificamente humana de agir sobre a natureza e regulá-la. Pode-se concluir que Ortner parte de um paradigma tecnicista e, sob esta lente, faz a leitura das outras culturas. Essa concepção, com conotações etnocêntricas, faz com que ela acredite que todas as culturas estejam ontologicamente buscando dominar a natureza. Resta uma dúvida: será que todos os povos têm uma relação com a natureza pautada no controle, na subjugação? Acredita-se que só a pesquisa histórica e etnográfica possa responder a esta questão.

A explicação da constante e invariável dominação da mulher, para Ortner, estaria no fato delas, por atributos biológicos, como a reprodução, estarem mais próximas da natureza.

[...] desejo demonstrar como as funções fisiológicas femininas tendem universalmente a limitar seu movimento social e a confiná-las universalmente a certos contextos sociais, que por sua vez, são vistos como mais próximos da natureza. Isto é, não somente seu processo corporal, mas a situação social na qual seu processo físico a coloca pode assinalar este significado (ORTNER, 1979, p. 106).

A ligação íntima entre filhos e mãe faz com que ela, tal qual a criança, seja considerada mais próxima da natureza. Conforme observe anteriormente, na sociedade Mundugumor, esta ligação só ocorre com o estritamente necessário, devido ao desgosto da mulher com a maternidade e desde cedo as meninas terem contato com o pai, ou seja, pela lógica de Ortner, com o lado da cultura.

E, atualmente, quando as mulheres já “dominaram” a natureza, com a descoberta de métodos anticonceptivos, elas deixariam de estar ao lado da natureza para ascenderem à cultura?

Se, até um determinado ponto, Ortner afirma que esta distinção e relação homem \leftrightarrow cultura, mulher \leftrightarrow natureza, é como a sociedade a percebe, logo ela irá reforçar esta concepção quando fala de “aspectos dominantes e universais da psique feminina”. A partir daí, citando Chodorow, ela constrói uma tipologia comportamental na qual o homem é identificado com o racional, com a capacidade para abstrair, com a objetividade, e a mulher com a praticidade, a concretude e a subjetividade. Embora tenha alertado (em uma linha apenas) que estas diferenças não são inatas ou geneticamente programadas. Mas, como não são, se ela mesma fala de “estrutura psíquica feminina”. Então afirma:

Elas (as diferenças entre a identidade masculina e feminina) surgem quase de traços universais da estrutura familiar, isto é, “universalmente as mulheres são as únicas responsáveis pelos cuidados da primeira infância e pela (pelo menos) socialização posterior feminina” (ORTNER, 1979, p. 111).

A mulher é tomada como sinônimo de família, sendo que neste ponto não existe qualquer menção ao pai. Outra questão: já há alguns anos, a escola (ou mesmo a creche-escola) já era uma instituição presente desde os primeiros anos de vida e tem aumentado de forma vertiginosa nas últimas décadas. Se Chodorow falou de “pai invisível”, podemos afirmar que a mãe também está perdendo sua visibilidade.

Assim, somos levados a crer que Ortner realmente acha que a mulher está mais próxima da natureza.

As relações da mulher tendem a ser semelhantes à natureza relativamente imediatas, mais diretas; enquanto os homens tendem a se relacionar não somente de um modo mais mediato, como de fato, muitas vezes se relacionam mais consistente e solidamente com categorias e formas mediatas do que com pessoas ou os próprios objetos [...]. As mães tendem a se comprometer com os filhos como indivíduos, indiferentes ao sexo, idade, beleza e filiação a partidos ou outras categorias às quais as crianças possam pertencer (ORTNER, 1979, p. 113).

Um dos problemas dessa abordagem “essencialista” é que há uma construção lógica retilínea, que não problematiza a realidade ou as realidades.

Chodorow torna absoluto o papel de uma determinada forma de maternidade na definição das personalidades de gênero. Rosaldo faz um corte profundo na sociedade, dividido-a em dois campos incomunicáveis: o público e o doméstico, para explicar como são estruturados os papéis sociais do gênero masculino e feminino, tendo como eixo para processar tal divisão o sexo. Ortner explica a subordinação universal do gênero feminino ao masculino, devido o fato da mulher está mais próxima da natureza.

É relevante levantar uma última questão: uma das maiores dificuldades que existe quando se estudam os teóricos que tratam de gênero é saber se estão fazendo análises puramente descritivas, ou seja, dizendo como os homens e mulheres comportam-se, e quais as explicações que eles dão para suas ações, isto é, como os próprios “nativos” explicam suas categorias sociais, ou se estão tentando desvendar o que realmente está por trás das ações dos indivíduos, tratando “gênero” como categoria analítica. Em alguns momentos, há uma forte impressão que Chodorow, Rosaldo e Ortner estão

tratando da categoria social gênero, em outros, parece que elas estão propondo um modelo analítico.

Chodorow não faz uma distinção de gênero como categoria social e categoria analítica. Ela não diz: “os indivíduos acreditam que...” ou “os indivíduos agem movidos por tais e quais concepções”. Ao contrário, tenta demonstrar como efetivamente é o processo de construção das identidades de gênero em outras culturas.

A dificuldade é perceber até onde vai a descrição: “as sociedades se organizam assim...” para começar o subtexto³⁵ do próprio observador, que atribui ao “outro”, achatando-o no seu próprio mundo, valores e concepções que são próprias de uma dada cultura. Quando isto ocorre, não é mais o “outro” que fala, mas o “eu” projetado por meio da voz do “outro”. No estudo de gênero, isto ocorre com certa frequência. Concepções de poder, afetividade, racionalidade, personalidade são utilizadas para explicar a gênese das identidades de gênero.

2.5 Scott e a construção da categoria analítica “gênero”

Joan Scott (1995) propõe pensar “gênero” como uma categoria analítica, como um instrumento metodológico de entendimento

35 A ideia de subtexto é de Suárez. Segundo ela, “a leitura do subtexto, que é a leitura dos valores veiculados pelo texto por desígnio dos ordenamentos culturais do autor e não das culturas que descreve” (1995, p. 3). Strathern adota posição semelhante a de Suárez quando afirma que “podría pronosticarse con bastante certeza, dada la dirección de las ideas populares y de cómo están representadas en la literatura de la liberación de la mujer, que um antropólogo podría demostrar que muchas etnografías están escritas desde un punto de vista androcéntrico (es decir, machista). Esto no sólo cierto porque muchos antropólogos han sido hombres, sino porque esta disciplina... tiene um sesgo machista [...]. Los que escriben sobre las relaciones hombre-mujer han subrayado la frecuente ambigüedad sobre el lugar ocupado por las mujeres como ‘personas sociales’ em comparación con los hombres” (STRATHERN, 1979, p. 139, 141).

das relações de gênero, da construção, reprodução e mudanças das identidades de gênero. Assim, Scott constrói um conceito que visa abordar gênero a partir de uma ótica mais sistêmica, ao mesmo tempo em que chama a atenção para a necessidade dos cientistas tornarem-se mais autoconscientes da distinção entre o vocabulário analítico do cientista e o material que se quer estudar.

Para entender a realidade, que é por demais difusa, multifacetada, escorregadia, se o cientista social não tiver um esquema mental explicativo claro, não conseguirá se aproximar desta realidade, pois, conforme salientou Weber (1991), por mais claro que seja um conceito, ele não consegue englobar a realidade nos seus marcos.

A definição de gênero para Scott é composta de duas partes e diversos subconjuntos.

- (1) o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e
- (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder (SCOTT, 1995, p. 86).

A primeira parte do conceito é composta por quatro subconjuntos: o simbólico, o normativo, os papéis sexuais nas organizações sociais e instituições, e a identidade de gênero. Estes subconjuntos vão explicitar como o social justifica, dando sentido e coerência, as diferenças entre os sexos.

- 1) Os **símbolos**, culturalmente construídos, têm como função representar as diferenças contraditórias entre os gêneros. As lendas, os mitos da criação, as fábulas, narrarão uma história em que se busca explicar como o social organiza as diferenças percebidas entre os sexos no nível imaginário. Para interpretar o subconjunto simbólico, Scott propõe que o cientista coloque as seguintes questões: como as sociedades criam suas representações simbólicas para dar sentido às diferenças percebidas entre

os sexos? Que representações simbólicas são evocadas? Como são evocadas? Em quais contextos são evocadas?

- 2) Os **conceitos normativos** que expressam interpretações dos símbolos, conferindo-lhes um significado que organizam as condutas. Normatizar, no sentido de proibir interpretações em torno dos símbolos, de criar verdade. Algumas questões que podem ser levantadas pelos pesquisadores: quando estes conceitos são estruturados? Em quais circunstâncias eles se impõem como posição dominante? Esses conceitos são produzidos e reproduzidos pela escola, pelas leis, pela religião, pelas instituições que estabelecem “lugares” rígidos para cada gênero. Assim, por exemplo, quando o mito cristão da criação confere ao homem (Adão) a função de parte (homem como gênero) ao mesmo tempo de todo (homem, como espécie humana), estabelece também que a mulher é englobada, é parte, sendo este o nível simbólico. Na ordem jurídica, como no Código Civil Brasileiro, pode-se notar que há uma “tradução” desse mito, quando institui o *pater-poder*, cabendo à mulher a função de mera colaboradora do marido. Ou seja, o subconjunto “símbolos”, ao mesmo tempo em que tem certa autonomia nas suas narrações, encontra correspondência no subconjunto “normativo”, e vice-versa. Para Scott, a principal tarefa analítica, ao estudar os conceitos normativos, é tentar descobrir o que leva à aparência de uma permanência intemporal na representação binária e hierarquizada entre os gêneros.
- 3) A apreensão da construção de gênero deve atentar para as múltiplas **organizações sociais e instituições**, como o mercado de trabalho, a educação, o sistema político. A designação das funções e posições na esfera pública, de acordo com as diferenças entre os sexos.
- 4) A construção da identidade de gênero, levando em conta que as **identidades subjetivas** são construídas a partir de uma série de organizações e representações sociais historicamente específicas. O fato de definir que o homem não chora, a mulher é frágil, e que o homem não deve demonstrar dúvidas ou medo são

algumas verdades estruturantes das identidades dos gêneros e é mais especificamente (mas não exclusivamente) deste nível de que trata esta pesquisa.

A organização social dos gêneros e da relação entre eles é construída por representações simbólicas, pela normatização desse mundo simbólico no mercado de trabalho e nas organizações políticas e também pelas identidades subjetivas. Esses diversos subconjuntos estruturam as diferenças entre gêneros de diversas formas. Embora nenhum desses níveis permita, isoladamente, entender a construção dos gêneros (o que significa dizer, as diferenças entre os sexos), Scott alerta que só por meio da pesquisa histórica é possível saber quais as relações entre estes níveis.

Na segunda parte do conceito de gênero, a ênfase recai sobre as relações de gênero e as relações de poder derivadas dessa relação, visto que o gênero constrói o poder a partir de uma distribuição diferencial de poder, acarretando um acesso diferencial para os gêneros, aos recursos materiais e simbólicos.

Scott cita alguns exemplos de políticas e de revoluções (jacobinos, política nazista, Aiatolá Komehini, Stalin) em que os governos instaurados legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e poder dominante como masculinos. Assim, o gênero é um dos elementos balizadores do próprio poder³⁶.

36 Em setembro de 1997, quando o Congresso Nacional discutia um projeto de lei que estabelecia que todos os partidos precisariam ter uma percentagem de mulheres concorrendo às eleições, alguns deputados federais (Delfim Neto, Wigberto Tartuce, entre outros) argumentaram que 1) as mulheres não estão preparadas para participarem da política; 2) as funções fundamentais da mulher, como o cuidado da casa e dos filhos, serão relegadas; 3) que a contribuição das mulheres na Câmara do Deputados limita-se a ensinar boas maneiras aos deputados federais, que, aliás, passaram a se vestir melhor e mais perfumados desde que as mulheres passaram a ser presença mais constante na Casa Legislativa. Esse conjunto de argumentos serviu para alguns votarem contra o Projeto de Quotas.

A política de Estado é uma das dimensões do poder, talvez a mais visível, pois se materializa em políticas concretas, como o voto, o aborto, políticas de natalidade. Mas a relação poder \leftrightarrow gênero extrapola essa esfera. Ela pode ser observada na esfera do privado, nas relações de mercado, entre outros. Scott propõe a utilização da concepção foucaultiana de poder, tentando pensar as maneiras que a política constrói o gênero, e como gênero constrói a política.

O termo “gênero”, segundo concepção de Scott, sugere que as relações entre os sexos são aspectos primários da organização social, que os termos da identidade masculina e feminina são determinados culturalmente e, ainda, que as diferenças entre os sexos constituem e são constituídas pelas relações sociais, atravessando-as transversalmente, colocando em mútua relação, em todos os níveis sociais, as diferenças entre os sexos.

3

Masculinidade hegemônica e outras masculinidades

Neste capítulo, pretende-se discutir a construção da masculinidade, e salientar como os estudos sobre homens estão preocupados em definir os processos sociais de construção da masculinidade relacionando-os a contextos sociais determinados. Mesmo quando a ênfase ocorra em uma abordagem mais abstrata (CONNELL, 1987), procura-se definir tipos de masculinidade que podem conviver em um mesmo espaço, fazendo com que não se confunda abstração com universalização.

Embora os primeiros estudos sobre masculinidade datem da década de 1970, só na segunda metade da década de 80 estes começam a se constituir de forma mais sistemática e consistente. Coincidentemente, é o momento em que há uma “revisão” na abordagem dos estudos sobre mulher, consubstanciado na mudança do nome do campo de estudos de “estudos sobre a mulher” para “estudos das relações de gênero”. Possivelmente o fato das mulheres, sejam cientistas e/ou militantes feministas, passarem a adotar de forma analítica uma perspectiva relacional possibilitou aos homens, cientistas e/ou militantes masculinistas sentirem-se mais “livres” da pecha de dominadores naturais e a produzirem textos que apontam a não existência do homem universalmente dominador e nem da mulher universalmente dominada, mas que diferenças também existem entre os homens de uma mesma cultura.

Pode-se notar, nestas abordagens, uma influência da visão que privilegia a desconstrução das relações polarizadas entre feminino e masculino. Os estudos sobre masculinidades múltiplas estão possibilitando a escuta de outras vozes que se encontravam ocultas por uma voz hegemônica. Para Vale de Almeida,

O androcentrismo de que a Antropologia foi acusada pelo feminismo não só impediu que se ouvisse a voz das mulheres; impediu também que se ouvisse a diversidade das vozes masculinas, a sua visão, por vezes dissidentes, da homologia masculino/público/político – em suma, da masculinidade hegemônica. Ao tornar o masculino em equivalente implícito do social, retirou-se a autonomia e possibilidade de desconstrução (1995, p. 129).

Hoje, apontar o caráter androcêntrico das Ciências Sociais não significa culpar os homens pela dominação, mas interpretar como as diferenças entre os sexos são construídas, valorizadas e hierarquizadas em contextos históricos e sociais específicos.

Os estudos sobre os homens tentam compreender os mecanismos sociais por meio dos quais estes estruturam suas práticas, pensando-as relacionalmente. Mas o “relacional” aqui transcende os limites entre homem e mulher. Há uma preocupação em pensar como os próprios homens relacionam-se entre si, contribuindo para a construção de sua identidade de gênero.

Connell (1987, 1995) define “masculinidade” como uma configuração de prática em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Pode-se desmembrar tal definição e relacioná-la à posição de Scott. A “configuração de prática” remete para uma análise histórica, pois não basta afirmar que os homens agem de uma determinada forma³⁷. O estudo das práticas remete à dimensão histórica, que deve ser observada por meio de uma perspectiva relacional. Ou seja, entender a construção da masculinidade como uma prática, que se estrutura histórica e relacionalmente.

Scott, ao estabelecer os dois conjuntos que compõe a definição de gênero, remeteu-os para a observância da dinâmica histórica, chamando nossa atenção para a necessidade de se formular perguntas que busquem compreender como as sociedades constroem as relações de gênero e como estas constroem as relações sociais. Assim, pensar a masculinidade nos marcos da definição de gênero proposta por Scott significa pensar as práticas dos homens inseridas nas relações de gênero e também nas relações sociais. Mas falar que a masculinidade é a forma como o gênero masculino configura suas práticas não significa dizer que exista apenas uma masculinidade, ou seja, uma única prática. Existe, normalmente, mais de uma configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade.

37 Para a presente pesquisa, utilizou-se a definição de Connell como a de práticas discursivas. Ou seja, não se fez uma observação participante das práticas cotidianas dos entrevistados. Esta pesquisa limitou-se a perceber como os homens estruturam as narrativas que dão sentido às suas práticas, conforme buscou-se explicitar no Capítulo I.

Simultaneously a place in gender relations, the practices through which men and women engage that place in gender relations, and the effects of these practices in bodily experience, personality and culture³⁸ (CONNELL, 1987, p. 71).

Connell (1987) elenca quatro concepções teóricas que definem masculinidade, mas que, a seu ver, são incompletas: 1) A “essencialista”: define masculinidade a partir dos atributos biológicos, ou seja, o fato de ter pênis; 2) A normativa³⁹: define masculinidade tomando como referência um padrão comportamental, um conjunto de atitudes e expectativas. Nessa concepção, é homem quem estrutura sua prática de acordo com este modelo; 3) Positivista: busca determinar a forma como os homens são, fazendo com que haja uma ênfase no fato observado. Trata homens e mulheres como blocos; 4) Semiótica: define masculinidade a partir de um sistema simbólico diferente nos quais masculinidade e feminilidade estão em contraste (passiva x ativo, subjetivo x objetivo).

The idea that one symbol can only be understood within a connected system of symbols applies equally well in

38 “Simultaneamente um lugar nas relações de gênero, as práticas através das quais homens e mulheres se empenham, aquele lugar nas relações de gênero, e os efeitos dessas práticas na experiência corporal, na personalidade e na cultura” (Tradução livre).

39 Corneau, sobre os tipos normativos de masculinidade, afirma: “tempos atrás, era necessário ser como John Wayne. Hoje, deve-se ser um homem gentil e polido, um homem doce. Esse homem balança de um lado para o outro, não tem individualidade. Ao mesmo tempo em que é sociável, que se identifica com os valores sociais vigentes, funde-se com seu inconsciente, não há separação entre o *eu* e o inconsciente. Muitos homens, quando abandonados, se suicidam porque não são capazes de controlar a confusão interior. Isso não justifica a violência, mas a explica em sua gênese interior” (1995, p. 51).

other spheres. No masculinity arises except in a system of gender relations⁴⁰ (CONNELL, 1987, p. 71).

Ao definir masculinidade como “uma configuração de prática”, Connell deseja resgatar o aspecto dinâmico e histórico das relações de gênero, da possibilidade de contar a história de como uma dada configuração surge, interagindo com outras, possibilitando notar quais os critérios definidos socialmente para a construção da masculinidade, preocupação e posição muito próxima à esboçada por Scott.

A afirmação de Simone de Beauvoir, que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, é apropriada pelos estudos sobre os homens que, ao tentar mostrar que “ninguém nasce homem, torna-se homem”, busca desconstruir uma definição assentada nos aspectos fixos, biológicos, de uma natureza masculina, seguindo uma tendência epistemológica no campo dos estudos de gênero.

Na Europa, homens muito duros e angustiados por sua virilidade, reagindo ao menor desacordo com as mulheres. Na África, homens ternos e suaves, que parecem femininos segundo critérios europeus tradicionais, vivendo pacificamente a mesclagem dos sexos. Que acontece com o mito da agressividade natural dos homens quando nos debruçamos sobre a pequena sociedade Semai da Malásia central, uma das populações mais pacíficas do mundo? (BADINTER, 1992, p. 28).

O modelo de masculinidade baseado na virilidade, agressividade e determinação é específico de uma sociedade. Segundo Gilmore, os Semai acreditam que a agressividade é o pior dos males.

40 “A ideia de que um símbolo só pode ser compreendido dentro de um sistema conectado de símbolos se aplica igualmente bem em outras esferas. A masculinidade surge de em um sistema de relações de gênero” (Tradução livre).

Eles não cultivam a competição, não se mostram ciumentos, nem autoritários, tendem a ser passivos e tímidos. A diferença entre os sexos não lhes preocupa, não exercendo, assim, qualquer pressão sobre os meninos para se distinguirem das meninas (GILMORE *apud* BADINTER, 1992). Temperamento semelhante observou Mead (1988) entre os Arapesh, e Sandy (1993) entre os Minangkabau.

As etnografias⁴¹ possibilitam concluir que a masculinidade, sua definição e o processo de constituição variam de sociedade para sociedade. O que é incentivado em determinadas sociedades pode ser repudiado em outras. Os estudos sobre homens tentam demonstrar que a multiplicidade de masculinidade também pode ser observada no mesmo contexto social. Pode-se chegar a tal conclusão ao se fazer um exame mais aproximado, com o foco de análise mais fechado, e a partir do cruzamento da variável gênero com classes sociais, raça/etnia e geração.

Para Connell (1987), a fissura entre as categorias de “homem” e “mulher” é um dos fatos centrais do poder patriarcal e sua dinâmica. No caso dos homens, a divisão crucial é entre masculinidade hegemônica e várias masculinidades subordinadas. Daí segue-se que as masculinidades são construídas não só pelas relações de poder, mas também pela sua inter-relação com a divisão do trabalho e com padrões de ligação emocional⁴². Por isso, pode-se verificar nas relações sociais que a forma culturalmente exaltada de masculinidade só corresponde às características de um pequeno número de homens.

41 Alguns dos antropólogos que discutem a construção da masculinidade, a partir de etnografias, são: Campbell (1964); Gilmore, D. e Gilmore, M (1978); Herdt (1981); Mead (1988); Denich (1979); Wolf (1979), Vale de Almeida (1995), Sandy (1993).

42 Para Connell (1987), três estruturas devem ser levadas em conta ao se estudar as relações de gênero: relações de poder, relações de produção, relações de *cathexis*.

This does not reveal the failure of the scientist so much as the impossibility of the task. “Masculinity” is not a coherent object about which a generalizing science can be produced. Yet we can have coherent knowledge about the issues raised in these attempts. If we broaden the angle of vision, we can see masculinity, not as an isolated object, but as an aspect of a larger structure⁴³ (CONNELL, 1987, p. 67).

Masculinidade hegemônica⁴⁴ é a capacidade de impor uma definição específica sobre outros tipos de masculinidade.

Hegemonic masculinity can be defined as the configuration of gender practice which embodies the currently accepted answer to the problem of the legitimacy of patriarchy, which guarantees (or is taken to guarantee) the dominant position of men and the subordination of women [...]. I stress that hegemonic masculinity embodies a “currently accepted strategy”. When conditions for the defense of patriarchy change, the bases for the dominance of a particular masculinity are eroded. New groups may challenge old solutions and construct a new hegemony. The dominance of any group

43 “Isso não revela o fracasso do cientista nem a impossibilidade da tarefa. ‘Masculinidade’ não é um objeto coerente sobre o qual a ciência generalizadora pode ser produzida. No entanto, podemos ter conhecimento coerente sobre as questões levantadas nessas tentativas. Se ampliarmos o ângulo de visão, podemos ver a masculinidade, não como um objeto isolado, mas como um aspecto de mais amplo” (Tradução livre).

44 O conceito “hegemonia” é de inspiração gramsciana. Para Gramsci, hegemonia é a capacidade de um grupo exercer o poder sobre o conjunto da sociedade de forma legítima, sem resistência. Mas a hegemonia é sempre provisória, à medida que um grupo que se encontra hegemônico pode reverter a correlação de forças.

of men may be challenged by women. Hegemony, then, is a historically mobile relation⁴⁵ (CONNELL, 1987, p. 77).

A masculinidade hegemônica está enraizada na esfera da produção, na arena política, nas práticas esportivas, no mercado de trabalho. E, em todas estas esferas, o discurso impulsionador das práticas dos homens tem como fundamento a competição, a busca insaciável pelo sucesso, pelo poder. E é neste ponto que a masculinidade deve ser provada, e, tão logo isso ocorre, é questionada, tornando necessário que seja novamente provada: sua construção é constante, implacável e inatingível.

Isso sugere que devemos pensar na construção da masculinidade como um *projeto* (no sentido de Sartre), perseguido ao longo de um período de muitos anos e através de muitas voltas e reviravoltas. Esses projetos envolvem encontros complexos com instituições (tais como escolas e mercados de trabalho) e com forças culturais (tais como a comunicação de massa, a religião e o feminismo) (CONNELL, 1995, p. 190).

Para ilustrar essa eterna busca pela provação e construção da masculinidade, Kimmel cita um exemplo aparentemente banal. Na cerimônia de entrega do Oscar de 1992, o ator durão Jack Palance, ao receber o prêmio de melhor ator coadjuvante pela comédia *City*

45 “Masculinidade hegemônica pode ser definida como a configuração de prática-de gênero que envolve respostas atualmente aceitas para o problema da legitimidade do patriarcado, que garante (ou é levado a garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres [...]. Insisto que a masculinidade hegemônica encarna uma ‘estratégia atualmente aceita’. Quando as condições para a defesa do patriarcado mudam, as bases para o domínio de uma masculinidade particular são corroídas. Novos grupos podem desafiar velhas soluções e construir uma hegemonia nova. O domínio de qualquer grupo de homens pode ser desafiado por mulheres. Hegemonia, então, é uma relação historicamente móvel” (Tradução livre).

Slickers, comentou que as pessoas, principalmente os produtores de filmes, acharam que, por causa de seus 71 anos de idade, ele já não aguentava mais nada, não era mais competente. Segundo Palance, eles diziam: “será que dá para arriscar com ele?” Ao dizer isso, Palance jogou-se ao chão e fez algumas flexões apoiando-se em um único braço.

It was pathetic to see such an accomplished actor still having to prove that he is virile enough to work and, as he also commented at the podium, to have sex. When does it end? Never. To admit weakness, to admit frailty or fragility, is to be seen as a wimp, a sissy, not a real man. But seen by whom?⁴⁶ (KIMMEL, 1994, p. 128).

Uma definição de masculinidade permanece como o referencial de acordo com a qual outras formas de masculinidade são julgadas e avaliadas. Dentro da cultura dominante, a masculinidade que define o homem branco, de classe média, de meia-idade, heterossexual, é a masculinidade que estabelece os padrões para os outros homens pelos quais são julgados e, na maioria das vezes, considerados incompletos.

A masculinidade hegemônica constrói a imagem de masculinidade dos homens que detêm o poder, e que se tornou o modelo em avaliações psicológicas, pesquisas sociológicas, e literatura de autoajuda que aconselha os jovens a se tornarem “homens de verdade”. A definição hegemônica apresenta o homem no poder, com o poder e de poder. A masculinidade torna-se sinônimo de força, sucesso, capacidade, confiança, domínio, controle. As definições de

46 “Foi patético ver um ator tão talentoso ainda ter que provar que é viril o suficiente para trabalhar e, como ele também comentou no pódio, fazer sexo. Quando isso vai acabar? Nunca. Admitir a fraqueza e admitir a fragilidade deve ser visto como um fraco, um covarde, não um homem real. Mas visto por quem?” (Tradução livre).

masculinidade que a sociedade brasileira desenvolveu conservam o poder de alguns homens sobre os outros e sobre as mulheres.

Assim, a definição de masculinidade em nossa cultura constituiu-se em diversas histórias simultâneas: da busca individual do homem pela acumulação daqueles símbolos culturais que denotam masculinidade, que indicam que ele a alcançou efetivamente; daqueles padrões usados para se evitar que as mulheres incluam-se na vida pública e que sejam remetidas para uma esfera privada desvalorizada; do acesso diferenciado que os diferentes tipos de homens têm aos recursos culturais que conferem masculinidade e de como cada um desses grupos passa a desenvolver modificações próprias para preservar e reivindicar sua masculinidade. Trata-se do poder que estas definições por si só têm para a preservação do poder efetivo que o homem exerce sobre a mulher e que alguns homens exercem sobre outros homens.

O modelo hegemônico exalta a virilidade, a posse, o poder, a violência, a competitividade, mas apenas uma pequena parcela da população masculina preenche as condições desse modelo. Para Nolasco (1995), o masculino, como categoria que serve a um conjunto de identificações e comportamentos, configura para o indivíduo como um campo de representação comprometido com a visibilidade do empírico. A ação, o fazer, o realizar e o desempenho colocam os homens continuamente diante da questão do uso e da legitimidade de seus comportamentos.

A masculinidade hegemônica constrói uma ideologia que lhe dá sustentação, podendo ser caracterizada por um conjunto coerente de ideias que busca justificar, por meio de construções cognoscíveis e discursivas as práticas dos homens. Na nossa sociedade, a ideologia da masculinidade hegemônica define padrões de comportamento que devem ser seguidos pelos homens e se estrutura com base em relações assimétricas entre os gêneros. Embora tal ideologia construa

discursos com a intenção de subordinar a mulher e desvalorizar tudo que se refere ao feminino, não são necessariamente, ou em seu todo, dirigidos à mulher, mas também ao outro, ao homem, ao opositor real e potencial.

Uma determinada forma hegemônica de masculinidade convive com outras masculinidades agrupadas ao seu redor. Connell (1987) define três outros tipos⁴⁷: 1) A masculinidade subordinada: os homens heterossexuais estabelecem uma relação de subordinação e opressão com homens *gays*; 2) A masculinidade cúmplice: homens que, embora não façam parte do tipo hegemônico, aproveitam-se dos dividendos do patriarcalismo. Em geral, este tipo de masculinidade ignora as questões sociais, como as desigualdades econômicas, para se concentrar nos problemas psicológicos, além de aceitarem a estrutura hierárquica das relações de gênero; 3) A masculinidade marginalizada: são homens negros, que pela sua raça são excluídos e tidos como inferiores.

Because gender is a way of structuring social practice in general, not a special type of practice, it is unavoidably involved with other social structures. It is now common to say that gender “intersects” – better, interacts – with race and class. We might add that it constantly interacts with nationality or position in the word order. This fact also has strong implications for the analysis of masculinity. White men’s masculinities, for instance, are constructed not only in relation to white women but also in relation to black men⁴⁸ (CONNELL, 1987, p. 75).

47 Esta tipologia se refere à sociedade norte-americana.

48 “Porque gênero é uma maneira de estruturar a prática social em geral, e não um tipo especial de prática está inevitavelmente envolvido com outras estruturas sociais. Agora, é comum dizer que o gênero ‘cruza’ – melhor, interage – com raça e classe. Poderíamos acrescentar que interage constantemente com a nacionalidade ou posição na ordem das palavras. Esse fato também tem fortes implicações

Os homens entrevistados para esta pesquisa discordam da ideologia da masculinidade hegemônica, que preza pela virilidade, competição e performance. Mas também não seria correto defini-los como subordinados, cúmplices ou marginalizadas, visto que: 1) definem-se como heterossexuais; 2) têm uma postura altamente crítica em relação aos modelos comportamentais masculinos, baseados no modelo hegemônico; 3) não são negros.

A tipologia apresentada por Connell é interessante à medida que chama a atenção para a multiplicidade de masculinidade que pode coexistir no mesmo espaço social, no momento em que se processa o cruzamento com outras variáveis sociais. É um processo de desconstrução da representação de homem apoiada na expressão de um desempenho viril, dominador, violento e possessivo, deixando de ser legítima quando se refere a todo e qualquer homem. Neste processo analítico de desconstrução, *o masculino*, como único conceito orientador e gerador de referências para o comportamento dos homens (NOLASCO, 1995), volatiliza-se.

Para contemplar o universo pesquisado, talvez seja adequado defini-lo como *masculinidade crítica*. Crítica no sentido de que há uma reflexividade tanto do modelo inculcado na socialização primária, identificado como tradicional ou hierárquica, como uma negação ou até uma repulsa, por parte dos entrevistados, dos homens que atualmente performatizam esse modelo. Para citar apenas um exemplo:

Eu vejo que o pessoal do meu trabalho é muito machista, um machismo exacerbado. Os homens, quase todos, têm suas amantes dentro do hospital, transam com as enfermeiras ou então com pacientes. Os homens na roda ficam o tempo

para a análise da masculinidade. Masculinidades homens brancos, por exemplo, são construídas, não só em relação ao homem branco, mas também em relação aos homens negros” (Tradução livre).

inteiro falando “eu transei com fulana”, ou “eu comi ‘não sei quem’”, que fulana é feia, que fulana ‘não sei o quê’... Falando de vulgaridades, coisas assim que eu acho que não têm nada a ver falar, não [...]. Um quer contar mais vantagem que o outro. Lembra naquela época antiga que todo mundo era caçador: “eu matei uma onça”, “eu matei um leão”. O outro: “olha, eu matei um elefante”. O tempo inteiro jogando aquelas vantagens, aquelas coisas que fez, para mostrar desafio. “Pô cara, fui num motel, transei meia hora com a mulher, três horas com aquela mulher, conquistei mais outra e ‘não sei o quê’”. Tudo nesse sentido assim. São uns babacas [...]. Eles não mudaram, só envelheceram de idade, mas são imaturos emocionalmente. São imaturos, superimaturos. Não têm sensibilidade (Olavo).

Os próprios homens percebem a diferença entre os tipos de masculinidade. Rui, outro entrevistado, comparou sua relação com os filhos e com a esposa, com a relação que seus cunhados têm.

Eu encontro muita reação dos colegas quando falo o meu jeito de agir. Os meus colegas dizem: “é o seguinte, a minha mulher é quem vai buscar o menino no colégio”. E eu quando pergunto: “por que você não faz isso?” “Ah, não. Isso aí a minha mulher é que tem que fazer”. Levar menino no médico, por exemplo, é a mãe sempre. Eu questiono isso. E eu noto uma irritação muito grande quando falo sobre isso. Eles não querem escutar nem discutir isso. A maioria não quer escutar. Inclusive meus concunhados lá do Nordeste, que são assim o protótipo perfeito e acabado desse espírito machista que acha que cabe às mulheres fazer o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos etc. Eles chegam a me considerar um mau exemplo quando eu chego lá. São daquele tipo que ficam sentados na mesa, esperando tudo na mão. Eu já vi e presenciei na hora eu não consegui

me controlar. Acabo provocando uma discussão. Como é que pode? “Oh, vai preparar um suco ali para mim”. Eu já vi isso. Ela com criança, lidando com a criança e tendo que parar e ele ali sentado, nem para pegar o filho no colo. Eu acho aquilo um absurdo (Rui).

A masculinidade hegemônica caracteriza-se pela agressividade, competitividade, e a arena onde estas se desenvolvem é a esfera pública, onde deve ser testada e aprovada. Trata-se de uma arena de cunho sexual, como salientou Scott, onde as tensões entre homens e mulheres e entre diferentes grupos de homens possuem um grau de significado diferente. Estas tensões sugerem que as definições culturais do masculino e feminino ocorrem em um campo competitivo e que são relações de poder por si só.

Para Kimmel (1994), alguns enunciados sintetizam a ideologia masculina hegemônica:

- 1) “Não seja mariquinha!”: o indivíduo em hipótese alguma pode fazer algo que mesmo remotamente sugira feminilidade. A masculinidade é a implacável repulsa ao que é feminino.
- 2) “Esteja sempre por cima”: a masculinidade é julgada por meio do poder, sucesso, riqueza e posição social.
- 3) “Seja durão”: a masculinidade depende da preservação da calma e firmeza em momentos de crise, e de se conter as emoções quando necessário. Para provar que é homem, nunca se deve demonstrar emoção alguma.
- 4) “Menino não chora”.
- 5) “Não amoleça para ninguém”: seja atrevido e agressivo. Vá com tudo. Arrisque-se.

O fracasso na aplicação destas regras, na ratificação do seu poder e da sua conquista constitui-se como fonte de perturbação

e sofrimento. Tal modelo é, obviamente, imperceptível para todo homem. Mas o homem não pode parar de tentar provar seu próprio valor. A masculinidade é um teste implacável e permanente. Para muitos teóricos (BADINTER, 1992; RUTH HARTLEY *apud* BADINTER, 1992; CHODOROW, 1979; KIMMEL, 1995; CONNELL, 1987), o teste principal encontra-se na primeira regra. Ser homem significa “não ser como as mulheres”. Esta noção de anti-feminilidade reside no centro das concepções de masculinidades, de modo que a masculinidade é definida pela negativa: ser homem é não ser mulher⁴⁹.

Segundo estes teóricos, a fuga da feminilidade dá-se de modo raivoso e desesperado, pois a mãe pode facilmente emascular o garoto com o seu poder de torná-lo dependente, ou ao menos de lembrá-lo de sua dependência. Trata-se de algo inflexível: a masculinidade torna-se uma eterna busca para se demonstrar sua conquista, para provar aos outros o impossível de se provar. O homem tem medo de assumir inseguranças e dúvidas porque, se o fizer, pode ser julgado como sendo um fraco. Como enfatizou um dos meus entrevistados: *“é claro que todo homem tem medo, sente solidão, angústia, mas não fala. Não é que ele não queira falar, mas se falar ele tá colocando a própria cabeça para ser cortada”*.

Para Kimmel (1994), uma leitura mais psicanalítica da construção da identidade masculina sugere que tal esforço (no sentido de repudiar a mãe) como indicação de aquisição da identidade masculina, tem três consequências para o garoto. Primeiro, ele afasta de si a verdadeira mãe, e com ela os traços de sustento, compreensão e ternura que ela possa ter personificado. Segundo, ele reprime em

49 É necessário ressaltar que tal abordagem deve ser relacionada a contextos sociais específicos. Não se está afirmando que em todas as sociedades a construção da masculinidade passe pela negação do feminino. Na nossa sociedade, qualquer vinculação do homem a características comportamentais do gênero feminino é suficiente para identificá-lo como *gay* e ser desvalorizado socialmente.

si próprio tais traços, pois eles revelam a separação incompleta da mãe. Terceiro, sua vida torna-se um eterno projeto para demonstrar que não possui nenhum dos traços da mãe. A identidade masculina nasce do não reconhecimento do feminino, não da afirmação direta do masculino, o que deixa a identidade masculina delicada e frágil.

Aragão (1983) observa que “mãe” é tida como uma categoria central nas culturas mediterrâneas, tendo o Brasil absorvido muito dessa cultura. A virtude sexual da mãe simboliza a honra da família e da solidariedade moral. A noção da mãe dedicada, que se “sacrifica” pela família, engloba o feminino. O homem ao casar-se vê a mulher como esposa-mãe. No momento em que as mulheres rompem com este modelo de continuidade, afirmando-se como indivíduos, aquilo que conferia honra a família (a esposa-mãe santificada, idolatrada) não existe mais, o que desencadeia um processo de violência dos homens sobre as mulheres.

Para Aragão, o fato de não haver um processo de iniciação para a construção da masculinidade nas sociedades modernas, principalmente nas classes médias, gera uma dependência permanente dos homens em relação à mãe. A figura da “mãe” ocupa posição central e é investida de um valor sagrado. O desejo dos homens ao se casarem é transformar a categoria “esposa” em “mãe”.

Para serem considerados masculinos, os homens aprendem em geral o que não devem ser antes de aprenderem o que podem ser, fazendo com que sua identidade seja construída negativamente, e com que a aprovação e reconhecimento do homem como membro do gênero masculino ocorra a partir da relação com outros homens e da aprovação social masculina.

Os ritos de iniciação têm como objetivo preparar os homens para uma nova fase de suas vidas e, de forma geral, são realizados sem a presença da mulher. Várias etnografias descrevem ritos de passagem, nos quais a criança é afastada do convívio da mãe ou de

qualquer outra mulher. Nesta pedagogia da virilidade, pode-se verificar alguns pontos em comum, entre os mais diversos ritos descritos pelas etnografias: a ideia de um limiar crítico a transpor, necessidade da prova (conquista, superação), ausência dos pais. São principalmente rapazes mais velhos ou homens adultos que se ocupam da “masculinização” dos mais jovens (BADINTER, 1992).

Com referência em estudos de vários ritos de iniciação aos assuntos e ao mundo masculino, Badinter sugere três etapas: 1) separação da mãe; 2) transferência para um mundo desconhecido; 3) passagem por provas dramáticas e públicas.

Os processos rituais, que têm como objetivo fazer “nascer” o homem dentro dos meninos, mudam de cultura para cultura. O prenúncio do começo da iniciação dos meninos na Sambia é feito por meio do som das flautas. Eles vão para floresta e, durante vários dias, são chicoteados até sangrar, para a pele se abrir e estimular o crescimento. Folhas de urtiga são batidas por todo corpo e devem sangrar pelo nariz para se livrarem dos líquidos femininos que os impedem de se desenvolver. Para eles, o corpo dos jovens não produz naturalmente o esperma, como a menstruação nas meninas. Somente a felação dos homens jovens pode ativar a produção espermática nos meninos. No terceiro dia, é revelado o segredo das flautas, que eles jamais deverão revelar às mulheres, sob pena de morte. Entre os Baruya, para os meninos separarem-se das mães e do mundo feminino, são necessários dez anos de segregação sexual e quatro grandes cerimônias.

São os homens os responsáveis pelo ensinamento desta pedagogia da virilidade aos outros homens, ou seja, “é o homem que engendra o homem” (ARISTÓTELES *apud* BADINTER, 1992, p. 80).

Dos gregos aos Sambia, dos romanos aos escandinavos na Idade Média, dos samurais japoneses aos Baruya, todos

pensavam que a verdadeira virilidade passava pela relação entre dois homens (BADINTER, 1992, p. 80).

Se os ritos de iniciação têm como função a construção da identidade masculina a partir da negação do feminino, a vigilância das práticas dos homens já iniciados também é realizada por outros homens. Eles observam, avaliam, concedem permissão para entrar no universo da masculinidade, que tem que ser demonstrado para a aprovação dos outros homens. Neste sentido, a masculinidade pode ser tida como um projeto sempre inacabado, que está sempre sendo colocado à prova para ser avaliado por outros homens.

Literary critic David Leverenz argues that “ideologies of manhood have functioned primarily in relation to the gaze of male peers and male authority”. Think of how men boast to one another of their accomplishments – from their latest sexual conquest to the size of the fish they caught – and how we constantly parade the markers of manhood – wealth, power, status, sexy women – in front of other men, desperate for their approval⁵⁰ (KIMMEL, 1994, p. 129).

50 “O crítico literário David Leverenz argumenta que ‘ideologias masculinas têm funcionado principalmente em relação ao olhar de pares masculinos e autoridade masculina’. Pense em como os homens se vangloriam de outras de suas realizações - a partir de sua última conquista sexual, como o tamanho do peixe que pegou - e como desfila constantemente os marcadores de masculinidade - riqueza, poder, status, as mulheres sensuais - na frente de outros homens, desesperado para a sua aprovação” (Tradução livre).

3.1 Masculinidade e homofobia

Para Kimmel, o fato dos homens provarem sua masculinidade perante outros homens é tanto uma consequência do machismo como um de seus principais sustentáculos. No entender do homem, é tão baixa a posição que a mulher ocupa na sociedade, que é inútil a tentativa de definir a si próprio em relação à mulher. A mulher torna-se uma espécie de moeda que o homem usa para melhorar sua colocação na escala social masculina. A masculinidade é um processo de aprovação social masculina: “we test ourselves, perform heroic feats, take enormous risks, all because we want other men to grand us our manhood”⁵¹ (KIMMEL, 1994, p. 129). Admitindo-se que a masculinidade é uma aprovação social, sua emoção dominante é o medo. Medo em ser confundido com mulher, medo que os outros homens percebam a sensação de insuficiência.

A homofobia é um princípio lógico fundamental em nossa definição cultural de masculinidade. A homofobia é mais do que o medo irracional de *gays*, mais do que o medo de ser considerado *gay*. A homofobia é o medo de que outros homens desmascarem, emascularem, revelem aos próprios homens como ao mundo, que aqueles que se dizem homens não são dignos, não são homens de verdade. Medo de deixar outros homens verem este medo. O medo provoca também uma sensação de vergonha, pois o reconhecimento do medo é uma prova para os próprios homens de que não são tão másculos quanto simulam ser.

Kimmel cita uma “armadilha” que os adolescentes fazem para saber se o colega é homem ou *gay*: pedem ao garoto que olhe para as unhas dos dedos das mãos. Se ele virar a palma da mão para o rosto

51 “Nós nos testamos, falamos dos feitos heróicos, de assumir riscos enormes, tudo porque queremos que outros homens engraeza nossa humanidade” (Tradução livre).

e dobrar os dedos para olhar, passa no teste: ele é homem. Mas, se esticar o braço e deixar a mão espalmada para mirar as unhas são imediatamente ridicularizados. É como se houvesse uma polícia sexual entre os próprios homens, que controla a forma como os colegas estão andando, que deve ser com passadas largas e pernas separadas; como seguram os livros, se os levarem muito apertados contra o peito pode levantar suspeitas; nas cores das roupas; no modo de conversar. Todo jeito, todo movimento transmite um código sexual⁵².

A maior parte dos rapazes internaliza essa norma social e adota maneiras e interesses masculinos, tendo como custo, frequentemente, a repressão dos seus sentimentos. Esforçar-se de forma demasiadamente árdua para corresponder à norma masculina pode levar à violência ou à crise pessoal e a dificuldades nas relações com as mulheres (CONNELL, 1995, p. 190).

Nesse sentido, a homofobia, o medo de se ser considerado *gay*⁵³, faz com que os homens exagerem em todas as regras tradicionais de masculinidade, inclusive na prática de se procurar ter relações

52 Nas páginas anteriores (Capítulo I), referindo-me à experiência de geração dos entrevistados, citei Winick (1972, p. 32), segundo o qual estava sendo gestada uma “despolarização comportamental entre os sexos”. Ao fazer tal afirmação, não estava propondo uma generalização para toda sociedade brasileira. Na verdade, acredito que, ao mesmo tempo em que há uma despolarização em alguns setores da sociedade, há diversas reações às mudanças. Entre elas destaco o resgate, às vezes de forma violenta, da homofobia.

53 Um caso de homofobia marcante aconteceu no povoado de Santo Antonio dos Barreiras, no estado do Rio Grande do Norte, no dia 23 de maio de 1997. O comerciante e ex-soldado Genildo Ferreira matou 15 pessoas a tiros ao longo de 22 horas consecutivas. Ao ser capturado, disparou um tiro no próprio peito. A ira do comerciante foi provocada pelos boatos espalhados na cidade, que colocavam dúvidas sobre sua virilidade. Para provar que não era *gay*, Genildo utilizou um dos principais qualificadores do “ser homem” na sociedade brasileira: a violência.

sexuais com quantas mulheres for possível. Homofobia e machismo caminham de mãos dadas.

Os homens ficam deprimidos devido à perda de prestígio e poder no universo masculino. Não se trata da perda de dinheiro ou dos bens materiais que o dinheiro poderia comprar. Estes não geram o desespero e, potencialmente, a autodestruição. Trata-se da “vergonha”, da “humilhação”, da sensação de “fracasso” pessoal. O homem entra em desespero quando deixa de ser homem entre os homens, quando outros homens riem dele.

A homofobia está intimamente ligada tanto ao machismo quanto ao racismo. O medo, que pode ser consciente ou não, de que outras pessoas possam considerá-los homossexuais obriga-os a aceitar todo o exagero de algumas formas de comportamentos e pontos de vista masculinos, para ter a garantia de que não haja a possibilidade de alguém fazer uma ideia equivocada ao seu respeito.

One of the centerpieces of that exaggerated masculinity is putting women down, both by excluding them from the public sphere and by the quotidian put-downs in speech and behaviors that organize the daily life of the American men. Women and gay men become the “other” against which heterosexual men project their identities, against whom they stack the decks so as to compete in a situation in which they will always win, so that by suppressing them men, can stake a claim for their own manhood⁵⁴ (KIMMEL, 1994, p. 134).

54 “Uma das peças fundamentais da masculinidade é colocar as mulheres para baixo, tanto por excluí-las da esfera pública, e pelo cotidiano coloca-lás para baixo nas falas e comportamentos que organizam a vida diária dos homens americanos. Mulheres e homens gays se tornaram o “outro” contra o qual os homens heterossexuais projetam suas identidades, contra quem empilham seus baralhos para competir na situação em que eles vão ganhar sempre, de modo que, suprimindo-os, podem apostar na reivindicação de sua própria masculinidade” (Tradução livre).

A homofobia é uma das forças motrizes da definição de masculinidade hegemônica; a definição de masculinidade prevalecente é um esforço defensivo para se evitar ser emasculado. Com os esforços dos homens para reprimir ou superar medos, a cultura dominante cobra um preço alto daqueles considerados não plenamente másculos: os *gays*, os homens negros, os homens sensíveis, os homens bissexuais, os homens pobres. Esta perspectiva poderá ajudar a esclarecer um paradoxo na vida dos homens, um paradoxo no qual os homens têm praticamente todo o poder e ainda assim não se sentem poderosos.

A dimensão de poder é agora reinserida na experiência do homem não apenas como o produto da experiência individual, mas também como o produto das relações com outros homens. Neste sentido, a experiência de impotência do homem é real – o homem a sente de fato e nela certamente age – mas ela não é legítima, isto é, ela não é exata ao descrever sua condição. Em contraste com a vida da mulher, a do homem é estruturada com base em relações de poder e no acesso diferenciado que o homem tem ao poder, bem como o acesso diferenciado ao poder do homem visto coletivamente.

4

A emergência de uma nova subjetividade?

Ao longo dos últimos anos, inúmeros estudos foram realizados com o objetivo de compreender como as transformações macro, pelas quais passaram o Brasil, foram “traduzidas” no campo da subjetividade⁵⁵ e geração (VELHO, 1985, 1986), na família (VAITSMAN, 1994, 1995; NICOLACI-DA-COSTA, 1985; FIGUEIRA, 1985a, 1985b, 1987), na infidelidade masculina (GOLDENBERG, 1995), no casamento e relações de gênero

55 Quando se fala em subjetividade refere-se ao nível imaginário, às emoções, às fantasias, aos desejos, aos medos pertencentes a cada sujeito. Figueira (1987) denominou o estudo da subjetividade como o campo “sociologicamente invisível”.

(SALEM, 1986; HEILBORN, 1992a, 1992b, 1993), e na maternidade (MENDES DE ALMEIDA, 1987).

De uma forma geral, estes estudos têm como recorte empírico homens e mulheres pertencentes à camada média urbana e se inserem em um corpo de estudo mais amplo, que poderia ser chamado de estudos sobre a relação entre subjetividade e sociedade em contextos contemporâneos. Estes estudos buscam compreender como as mudanças de caráter macro vão interferir nas múltiplas relações sociais.

No governo JK, o Brasil passa a ter um parque industrial de bens de consumo duráveis, que necessitou de uma mão de obra com especialização. Foi um período em que se abriram as portas às empresas multinacionais. Tal processo de inclusão no Brasil no rol de países industrializados esteve assentado no ideário desenvolvimentista. Nesse período, o crescimento urbano, comercial e industrial propiciou a emergência de uma classe média urbana constituída de profissionais liberais, pequenos comerciantes, industriais e funcionários públicos.

No Brasil, urbanização e industrialização andaram de mãos dadas e propiciaram o aumento de oferta de emprego em ocupações mais especializadas. A possibilidade do sucesso profissional e/ou ascensão social passou a estar vinculada ao acesso às universidades ou à mudança para a cidade grande.

O crescimento industrial, a urbanização, o florescimento da indústria cultural, a intensificação da organização dos operários e trabalhadores rurais, a proliferação de partidos e organizações de esquerda, o aumento da produção e consumo de bens de consumo não duráveis e o crescimento das cidades davam provas de que o Brasil passava por mudanças macros que certamente iriam repercutir em outros níveis das relações sociais, para além das econômicas.

Este processo de aceleração da composição orgânica do capital no Brasil afetará as práticas da vida cotidiana, assim como a forma de articulação das relações de gênero (VAITSMAN, 1994), sendo a universidade um *locus* de gestação de novos códigos e modelos comportamentais.

Os jovens que ingressaram nas universidades em meados da década de 1960 ajudaram a construir novos códigos comportamentais que questionaram um leque muito amplo do sistema simbólico de seus pais, entre outros podemos citar: a forma de funcionamento das famílias; a virgindade como símbolo do maior “patrimônio” feminino; a vinculação do sexo com a reprodução; o código moral assimétrico dos gêneros, que legitimava as condutas masculinas e femininas como opostas e excludentes.

Alguns dos questionamentos e rupturas arrimaram-se na ideia de que homens e mulheres devem escolher e decidir os seus destinos, de forma livre e autônoma, sem serem constrangidos pelas normas e interdições sociais. Articulam-se discursos que valorizam o indivíduo como unidade psíquica única. Nas décadas de 1960/70, a ideologia individualista funciona como substrato dos movimentos políticos e sociais que propunha novas linguagens e códigos comportamentais.

No entanto, o rápido processo de modernização industrial pelo qual o Brasil passou não teve o mesmo ritmo no campo das subjetividades, principalmente quando se pensa em subjetividade masculina. Para Nolasco (1993), os homens começam a discutir o significado de ser homem na década de 1960, fornecendo as bases para o que hoje está sendo discutido. Para ele, uma nova subjetividade masculina começou a ser construída no final da década de 1960, sendo a Tropicália, por meio das letras de Gilberto Gil e Caetano Veloso, um dos seus suportes.

No entanto, tão importante como tentar precisar o momento histórico em que começou a se constituir uma nova forma de definição de ser homem, é buscar destacar que tal processo não ocorreu de uma forma tranquila e sem embates com os padrões socialmente aceitos. Talvez hoje pareça banal ver um homem de cabelos grandes, usando brincos, cuidando dos filhos, declarando que se emociona e chora sem vergonha. Esta banalidade esconde uma história de disputa entre valores tradicionais e modernos.

Mesmo que se concorde que há uma “tolerância” social em se conviver com este tipo de masculinidade, também é necessário que se note que o tipo hegemônico está muito mais para homens portadores de uma subjetividade como a do personagem Paulo Honório, do romance neorrealista de Graciliano Ramos, São Bernardo. O autor construiu um personagem portador de uma masculinidade que exalta a astúcia, não hesita em amedrontar ou corromper para conseguir o que deseja, vê tudo e todos ou como inimigos ou como objetos, cujo único valor é o lucro que possam lhe dar.

A relação que Paulo Honório estabelece com sua esposa, Madalena, é marcada pela pressão, ciúme e controle, a tal ponto que ela não suporta tanto sofrimento e se suicida. Na velhice, Paulo Honório está só e revê sua vida.

Cinquenta anos! Quantas horas inúteis! Consumir-se uma pessoa a vida inteira sem saber para quê! Comer e dormir como um porco! Como um porco! Levantar-se cedo todas as manhãs e sair correndo, procurando comida! E depois guardar comida para os filhos, para os netos, para muitas gerações. Que estupidez! Que porcaria! Não é bom vir o diabo e levar tudo?... A culpa foi minha, ou antes, a culpa foi desta vida agreste, que me deu uma alma agreste (RAMOS, 2003, p. 248).

A alma agreste de Paulo Honório significa um tipo de subjetividade masculina deserta, seca, inóspita. É esta forma de organizar as emoções, o imaginário, o desejo, as relações que passam a ser questionadas pelos entrevistados, através de conflitos, angústias, pois, o modelo de homem com qual eles foram socializados estava muito próximo do encarnado por Paulo Honório. Construir novas formas de se relacionar com suas emoções, com as mulheres, com os filhos e com outros homens exige deles um nível de elaboração e reflexão sobre o mundo à sua volta e sobre seu lugar nesse mundo.

Para entender como os entrevistados organizam suas subjetividades, foram particularmente importantes os trabalhos de Velho, Figueira e Nicolaci-da-Costa. Esses autores, cada um ao seu modo, buscam entender como a coexistência de códigos simbólicos diferentes nas subjetividades dos indivíduos gera conflitos existenciais (VELHO, 1986), desmapeamentos (FIGUEIRA, 1987) e descon continuidades (NICOLACI-DA-COSTA, 1985), fazendo com que a identidade social e de gênero sejam elaboradas a partir de questões como: eu sou o que os outros acham que sou? Sou o que faço? Sou uma somatória dos diversos papéis que desempenho e, portanto, de minhas diferentes performances? Tenho uma marca anterior ao que faço e aos papéis que desempenho? Tenho um *self* independente da visão que os outros têm de mim?

Quando os indivíduos começam a se colocar estas questões, a duvidar da própria identidade, é porque houve um encontro conflitante entre visões de mundo nas suas subjetividades. Estes processos materializam-se nas ações do cotidiano por meio do efeito de desmapeamento. O desmapeamento caracteriza-se pela

[...] coexistência de mapas, ideais, identidades e normas contraditórias nos sujeitos. O desmapeamento não é a perda ou simples ausência de “mapas” para orientação, mas sim a existência de mapas diferentes e contraditórios

inscritos em níveis diferentes e relativamente dissociados dentro do sujeito (FIGUEIRA, 1987, p. 23).

No caso desta pesquisa, notou-se que há mapas que se cruzam nas subjetividades dos homens, um identificado com a ideologia hierárquica, outro com a ideologia individualista.

Sob o prisma da relação “tradicional-moderno”, as transformações na identidade masculina consistem na dissociação entre os valores com que os homens foram socializados primariamente (identificados como tradicionais, que estabelecem posições fixas, assimétricas e hierarquizadas para os gêneros dentro da estrutura social) e os valores que foram sendo incorporados ao longo de suas vidas (identificados com a igualdade, simetria, liberdade entre os gêneros). Isso gera uma descontinuidade socializatória à medida que foram socializados para estruturarem suas ações de acordo com uma identidade masculina baseada na competição, na agressividade, na violência, na repressão dos sentimentos.

Mas até que ponto orientações ou visões de mundo diferentes, coexistindo na subjetividade, geram conflitos ou crises? Para alguns autores (VELHO, 1986; HEILBORN, 1984; FIGUEIRA, 1987; NICOLACI-DA-COSTA, 1985), esse processo é sentido pelos atores sociais por meio de crises de identidade, visto que a busca da coerência nas ações faz com que optem entre um código de conduta identificado com o moderno ou com o tradicional, por meio de um processo de equacionamento interior, marcado por conflitos existenciais.

Esse processo de questionamento e rompimento, com as definições sociais do que seja ser um “homem com ‘H’ maiúsculo” tem sido um grande desafio para os entrevistados. Para Paulo,

Essa coisa do macho imperdêmico, duro, é uma coisa que a gente suporta. A gente aprende que homem não tece a dor,

aguenta tudo no osso do peito. Não é uma coisa construída de dentro para fora. É imposta, e para mim, eu reconheço que aquela imagem, aqueles papéis foram muito bravos, que foi difícil depois abrandá-los [...]. Eu posso dizer que me tornei mais sensível à base de terapia, à base de muito sofrimento até hoje (Paulo).

Paulo ilustra a dificuldade de romper com estes modelos, contando que, mesmo depois de anos de terapia, de se considerar uma pessoa mais sensível, viu-se reproduzindo a mesma fala dos seus pais para um sobrinho.

Eu me lembro que eu me peguei dizendo para um meu sobrinho assim: “porra, tu não é homem?” E aí tinha um amigo da época do movimento estudantil que falou: “o que é que você tá dizendo para esse menino?”. Meu sobrinho tinha 18 anos, estava morando com minha irmã casada. Ele tinha tido um desentendimento com ela e foi na minha casa e disse que queria morar lá: “não, não te aceito para morar aqui, acho que você tem que resolver esse problema com a minha irmã”. “Ah, mas eu não quero falar com ela, estou com medo...”, e eu espontaneamente falei: “você não é homem cara, vai lá e assume”. Esse é um argumento meio forte, mas era assim que se dizia (Paulo).

Nos momentos em que os homens têm de dizer ao filho o que é “certo” e o que é “errado”, ou seja, quando atuam como agentes responsáveis pela socialização, dois mapas interpõem-se na sua ação: um identificado com o modelo no qual ele foi socializado e qualificado como tradicional, outro, incorporado ao longo dos anos, por intermédio do encontro com outras visões de mundo e das terapias.

A busca da coerência, a partir do cruzamento dos vários mapas internalizados, pode ser estudada sob vários aspectos. No caso desta pesquisa, o interesse é observar como os entrevistados

refletem sobre sua condição de homem, que convive com uma definição tradicional das obrigаторiedades de ser homem e com a insatisfação diante deles. Nesta faixa etária, o conflito é mais latente porque o aspecto da reprodução da ordem social impõe-lhe a busca da coerência de uma forma mais aguda.

Para Carlos, exercer a sensibilidade tem sido um grande desafio, principalmente com seus filhos. Para ele, fazer carinho, colocar os filhos no colo, beijá-los, abraçá-los, tem sido barreiras muito difíceis a transpor.

Na realidade, eu estou num processo de crescimento. Então, às vezes, a situação anterior na qual eu fui criado vem muito à tona, me puxa muito. Ainda falo para o meu filho – você é muito fraco, rapaz. Nestes momentos, é como se o outro lado me puxasse. Colocar para meu filho que, se ele agir assim, está demonstrando fragilidade é desqualificar aquilo que você está fazendo. “Você fazendo uma coisa dessa, rapaz!” Então quando eu passava isso para o meu filho, em determinados momentos, me vi fazendo exatamente como o meu pai fez comigo. Mas, eu já consigo fazer este distanciamento. Às vezes, não consigo naquele momento de reação a uma situação. De repente, é como se fosse uma coisa automática – pá! Já saiu. E depois eu penso comigo mesmo – pô, por que que você fez isso? Aí é como se eu visse meu pai fazendo. [...] Outra coisa extremamente difícil é fazer carinho nos meus filhos. É interessante isso, porque com meus filhos está sendo muito difícil, acho que pelo que eu recebi [...]. É coisa nova para eles também. Porque em momentos de formação deles em que eu talvez não tivesse feito isso. Isso talvez tenha marcado. Apesar de que ultimamente até que eu sinto dele... Assim ele já tem aceitado mais isso de fazer o contato comigo. Uma vez, eu estava sentado ali (apontou para um banco), ele sentou no

meu colo. Eu procuro abraçar, responder a isso. Ficar em contato com ele, dar a mão para ele ficar segurando, brincar, passar a mão no cabelo dele (Carlos).

O homem aprende, desde os primeiros momentos de sua vida, a estruturar seu comportamento de tal forma que não demonstre qualquer sinal de sensibilidade, afetividade, inclusive com os filhos, pois pode ser rotulado como um fraco.

Aprender a não chorar é um dos primeiros ensinamentos sociais para o gênero masculino. Na escola, na igreja, na rua, na família, sempre a mesma verdade: homem não chora. Aquilo que estrutura o comportamento dos gêneros é produzido desde a mais tenra idade. São verdades sociais, impossíveis de relativização, que estruturam as disposições duráveis dos homens e mulheres, o *habitus*⁵⁶. Por isso que a subjetividade é mais reticente às mudanças. Negar racionalmente um determinado padrão de comportamento não significa que se passará a agir de outra forma imediatamente, fazendo com que haja um convívio na subjetividade de mapas. Isto pode gerar um processo de descontinuidade socializatória.

A descontinuidade significa que “áreas” da vida de uma pessoa não são mais compostas por padrões e hábitos preexistentes. As escolhas de estilo de vida constituem uma narrativa reflexiva do eu, que tem que ser continuamente reelaborada. Esta investigação tentou perceber como este processo de reelaboração se dá na esfera da subjetividade dos homens. Explicitando mais: procurou-se

56 Segundo o livro organizado por Ortiz, Bourdieu define *habitus* como “sistema de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente ‘reguladas’ e ‘regulares’ sem ser o produto da obediência a regras, objetivamente adaptadas a seu fim sem supor a intenção consciente dos fins e o domínio expresso das operações necessárias para atingi-los e coletivamente orquestradas, sem ser o produto da ação organizadora de um regente” (ORTIZ, 1983, p. 60).

entender como as disposições duráveis, ou o “*habitus* masculino”⁵⁷ (BOURDIEU, 1996), que dizem respeito à estruturação da subjetividade masculina (a identidade masculina), assimiladas na socialização primária, são questionadas e vivenciadas.

O processo de formação da subjetividade masculina ocorre a partir de algumas interdições que estarão presentes ao longo da vida dos homens. Assim, falar sobre o significado do “choro” é remeter-se para o processo de formação da própria subjetividade e, neste processo, a família aparece como o primeiro núcleo formador do *habitus*.

4.1 A construção do *habitus*

Esta pesquisa parte do pressuposto de que todo agente social é portador de um determinado sistema de disposições duráveis, um *habitus*. Por meio da “manipulação” teórica desse conceito, pode-se entender como os indivíduos, ao nascerem, já encontram uma complexa rede de funções estruturadas, bem definidas e como, com o convívio social, passam a interiorizar maneiras de ser comuns ao seu gênero. É na socialização primária (BERGER; LUCKMANN, 1987) que o indivíduo entra em contato com o mundo social, assumindo como seu o mundo de outro. A socialização é o processo por meio do qual o indivíduo é introduzido no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela.

Na socialização primária os papéis sociais começam a se definir, passando progressivamente de uma esfera mais concreta para outra mais abstrata. Por exemplo: quando a criança afirma “papai

57 Bourdieu utilizou a expressão “*habitus* masculino” (1996, p. 36) para se referir ao processo formador da identidade masculina entre os Kabiles.

não quer que eu chore”, ocorre um nível de concretude diferenciado de quando se afirma: “homem não chora”. No primeiro caso, as ações desta criança são pautadas numa identidade reflexiva, no segundo, o indivíduo

[...] identifica-se agora não somente com os outros concretos, mas com uma generalidade de outros, isto é, com a sociedade. Somente em virtude desta identificação generalizada, sua identificação consigo mesmo alcança estabilidade e continuidade (BERGER; LUCKMANN, 1987, p. 178).

Identificar-se é encontrar um lugar no mundo, um sentido para as ações, é ver-se e ser reconhecido como homem a partir das atribuições definidas socialmente ao homem. Um das marcas distintivas da masculinidade é a ausência de choro, ou qualquer manifestação do corpo que demonstre sensibilidade. Tornar-se homem é um empreendimento social de longa duração. Para os entrevistados, fazer o movimento de “desidentificação” com os valores assimilados na socialização primária só foi possível por meio de, como disse Olavo, “*muito investimento em terapia*”.

Todos os homens falaram que na sua infância o choro era proibido, fosse a casa ou na rua, e do rompimento posterior que tiveram que processar com este padrão de masculinidade incorporado na infância.

Para mim, extrair o choro é extremamente difícil. Hoje, eu já choro com mais naturalidade e até com mais frequência. Sou mais predisposto a me expor, porque chorar é expor fraquezas. Principalmente para mim, eu trouxe muito isso do choro ser fraco, sinônimo de fraqueza, homem que é homem não chora. Então, quando você se expõe e começa a chorar é um ato de dificuldade (Carlos).

A construção dessa imagem do homem é muito forte, muito difícil porque a gente não tinha dimensão da carga que era, do peso. Mas eu acho, até agora, que ser homem é muito difícil; esse estereótipo, essa coisa de ter que ser assim, a dureza que a gente tinha que desenvolver, a agressividade. Não podia ser nem sensível e nem delicado. Para gente, isso não pintava. Era muito forte (Paulo).

Eu choro, eu choro. Agora, eu fui criado pela máxima de que homem não chora, mas eu aprendi o quanto que é bom chorar: “vou chorar”. Aliás, você já vê por aí algumas coisas, até mesmo públicas, o homem chorando, artistas de televisão e tal. A geração dos meus pais e a comunidade onde eu fui criado é muito machista. Eu fui criado na periferia do Rio de Janeiro, num bairro chamado Cordovil, na Baixada Fluminense, perto de Caxias, e a lei ali é a lei do mais forte. Todos esses preconceitos machistas fizeram parte da minha educação [...]. Hoje eu choro com um pouco mais de facilidade, sem bloqueio e sem vergonha, até porque muitas vezes a gente não solta a emoção exatamente pelos condicionamentos de que homem não chora, é macho. Meu pai falava muito isso. Eu hoje não tenho mais isso, se tiver que chorar vou chorar mesmo, não tô preocupado (João).

O homem tem que chorar como qualquer pessoa, quer dizer, como uma mulher. Eu acho que é um peso a mais para a gente... Eu não vejo diferença. Mas existe isso. Eu choro com dificuldade. Mas eu tenho vontade de chorar muito mais. É muito difícil. Para você ter uma ideia, fazia anos que eu não chorava. Outro dia eu chorei, mas fazia muito tempo que eu não chorava. Acho que se eu chorasse com mais facilidade seria melhor para mim (Cícero).

Por considerar a importância do mundo simbólico interiorizado na infância, Bourdieu afirma que o indivíduo não reconstrói diariamente sua visão do mundo, nem mesmo sua forma de agir sobre ele. Ao contrário, ele traz em si por um processo de inculcação (ou “interiorização da exteriorização”), um “sistema de disposição durável” (porque não foi produzido pelo indivíduo, é anterior a este), um *habitus*, que funciona praticamente como uma bússola, determinando as “condutas ‘razoáveis’ ou ‘absurdas’ para qualquer agente” (BOURDIEU, 1983, p. 63) inserido em uma estrutura. Este é o princípio norteador da percepção e da apreciação de toda experiência posterior.

O *habitus* permite ao ator adaptar-se a situações concretas. A prática do agente social é o produto da relação dialética entre uma situação e um *habitus*. Neste momento (do agir), o agente social exterioriza uma “leitura” própria (fruto da interiorização da exteriorização) da situação vivida, tornando-o ao mesmo tempo um indivíduo portador de uma personalidade singular e de um *habitus* social, contribuindo para construir uma situação. Os sistemas de disposições individuais são, portanto, variantes estruturais do *habitus* social. Embora o indivíduo reestruture-o no confronto com outros *habitus*, o seu *habitus* funciona em cada situação concreta como “uma matriz de percepções e de ações” (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Por ser portador dessa matriz geradora de sentido, ao mesmo tempo em que interage com tantas outras matrizes, o agente social pode desempenhar tarefas múltiplas, seguindo o princípio de improvisações regradas, no sentido de que a sua consciência não nasce a cada momento: o *modus operandi* não está totalmente sob o controle dos indivíduos; o *habitus* social faz parte das suas estruturas mentais.

Por esta afirmação, podemos concluir que os indivíduos portadores de *habitus* iguais agiriam igualmente, o que não é verdade. Na noção de *desvio*, conforme formulado por Bourdieu, encontra-se

a resposta: o *habitus* social é a matriz, mas há também os sistemas de disposições individuais (desvios) adquiridos por constantes reestruturações ou ajustamentos, variando de acordo com as situações. O grau de desvio que o indivíduo porta em relação à matriz geradora varia. Eis o motivo de Bourdieu considerar que as ações dos indivíduos podem assumir um caráter de ações coordenadas, mas não totalmente, pois é o resultado do encontro de diferentes *habitus*, sendo este o princípio da socialização.

As disposições duráveis que o agente interiorizou, confrontadas com uma situação concreta, unem-se na sincronia para constituir uma conjuntura determinada. Esse é o princípio fundamental da teoria da ação em Bourdieu. Isto é o que garante a regularidade da vida social: os sistemas de disposições duráveis renovam-se por meio das ações dos agentes sociais, atualizando-se nas práticas estruturadas.

Tanto Berger e Luckmann quanto Bourdieu atribuem um peso definidor das ações dos agentes à socialização primária, principalmente à família. Mesmo que os valores interiorizados neste período da vida fossem questionados pelas transformações sociais, permaneceriam presentes nas subjetividades dos sujeitos, pelo fato de terem sido interiorizados durante a socialização primária.

Embora a noção de desvio, de Bourdieu, e de socialização malsucedida⁵⁸, de Berger e Luckmann, tentem dar conta de uma dimensão conflituosa que possa ocorrer nas práticas sociais, deve-se ressaltar outras concepções que problematizam, de forma mais radical, a dimensão do conflito. Nestas abordagens, o peso da família como núcleo transmissor de determinados sistemas de valores é relativizado. Outros sistemas de valores, interiorizados na socialização

58 "A possibilidade do 'individualismo' (isto é, da escolha individual entre realidades e identidades discrepantes) está diretamente ligada à possibilidade da socialização incompleta... A socialização mal sucedida abre a questão 'quem sou eu?'" (BERGER; LUCKMANN, 1987, p. 225).

secundária⁵⁹, jogam no sentido de formar um mapa mental marcado pela justaposição com o primeiro, não sendo nenhum aglutinador do outro.

Ao observar as falas dos entrevistados, pode-se perceber que há uma discordância e insatisfação muito grande com o modelo hegemônico de masculinidade, sendo que a família é identificada como a instituição social que mais contribuiu para a produção desse modelo. Sentem que foram usurpados em alguns direitos, como a possibilidade do choro, a verbalização de problemas, dúvidas e queixas, a afetividade com os filhos, a sensibilização.

Sem esquecer a importância da socialização primária, principalmente da instituição família, pode-se supor que, em contextos sociais marcados pela complexidade e multiplicidade, quebra-se a continuidade que poderia garantir ao homem uma unidade psíquica para toda a vida. Concorro com Velho (1985) quando percebe a coexistência de códigos diferentes, tanto na esfera pública como na privada, daí os homens experimentarem o sentimento de uma descontinuidade entre as duas esferas.

Não se pode negar que os valores herdados da família compõem uma variável explicativa das ações dos indivíduos, mas há um cruzamento multidirecional de valores que são apreendidos na socialização secundária, fazendo com que a dimensão do conflito, devido à interiorização desses diversos mapas, esteja colocada.

O contato com outros grupos e círculos pode afetar a visão de mundo dos indivíduos. Os estudos que Velho tem desenvolvido inserem-se na perspectiva de demonstrar que

59 Berger e Luckmann definem socialização secundária como “qualquer processo subsequente (à socialização primária) que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (1987, p. 175).

[...] quanto mais exposto estiver o ator a experiências diversificadas, quando mais tiver de dar conta de *ethos* e visões de mundo contrastantes, quanto menos fechado for sua rede de relação ao nível do seu cotidiano, mais marcada será a sua autopercepção de *individualismo singular* (VELHO, 1981, p. 32, grifos do autor).

Em uma sociedade complexa moderna⁶⁰, os mapas de orientação para a vida social são ambíguos, tortuosos e contraditórios. A construção da identidade e a elaboração de projetos individuais são realizadas dentro de um contexto em que diferentes “mundos” ou esferas da vida social entrecruzam-se, misturam-se e, muitas vezes, entram em conflito.

Os entrevistados pertencem a uma geração de crianças na qual a hierarquia era um dado presente nos seus cotidianos, e a definição dos papéis sociais vinculados ao homem primava por essa ideia da hierarquia, sendo os homens o polo positivado (forte, viril) e as mulheres o negativado (frágil, sem iniciativa, sem criatividade).

A incorporação da ideologia individualista nas subjetividades dos agentes sociais, que tinham sido socializados com outra concepção de mundo, vinculada aos valores tradicionais, faz com que estes, embora defensores de valores identificados com o individualismo (liberdade, autonomia, igualdade), busquem um nível de coerência que é obtido por meio de equacionamentos interiores, marcados por crise⁶¹.

60 Utiliza-se “sociedades complexas contemporâneas” conforme Velho (1979).

61 Zanotta (1982) chamou atenção para este aspecto na formulação de Velho, ou seja, a preocupação em não se utilizar o esquema dicotômico (holismo x individualismo; hierarquia x igualitarismo), pois, na realidade social, o que temos são individualidades, que devem ser observadas concretamente.

Constata-se, diante dos constrangimentos e fragmentações, uma liberdade relativa que existe basicamente em função dos papéis sociais que são desempenhados, com deslocamentos de um domínio para outro. Um bem-sucedido e disciplinado profissional liberal pode, observado num fim de semana, ser um hedonista frenético. Uma suave mãe da família, aparentemente dedicada ao lar, pode, em outra situação, ser uma rigorosa militante política, ou em festas tornar-se uma sedutora dançarina dos sete véus. Quais os custos destas mudanças de papel? (VELHO, 1985, p. 176).

Esse sentimento de descontinuidade é muito marcante para Antonio. No trabalho, na esfera pública, sente que tem de desempenhar papéis muito rígidos. A cobrança pelo acerto é permanente. Sente cansaço em ter de está sempre disponível. Em casa, pode tirar a “armadura” e ser mais solto, “ser mais ele mesmo”. Essa descontinuidade o faz sofrer muito. Para ele, são dois “Antonios” que habitam o mesmo corpo. Foi na busca de uma coerência para sua vida que procurou a terapia.

Olha, acho que, depois desse tempo de terapia, eu posso dizer uma coisa: eu consigo fugir de uns ciclos viciados que eu alimentava, que eu mantinha anteriormente. Quer dizer, muitas das coisas, subterfúgios, explicações que no momento não são muito consistentes. Então, o que eu acho que eu aprendi foi a pensar nos problemas e não cair em ciclos viciados, entendeu? Lógico que eu acabei sendo um pouco mais crítico com as minhas coisas. E é bem melhor, viu?

Tem uma preparação pro mundo, pela educação que você recebe, tanto em casa como na escola, né? Então, o homem é o provedor, é aquele que luta que vence. Não pode fracassar,

né? Tem uma preparação muito grande. Ao mesmo tempo em que tem isso, no fundo quando você começa a ver a tua forma de vida, o que você faz, os seus valores, os desafios na forma que eles são colocados, você descobre uma grande fragilidade. Neguinho é uma coisa contraditória. Eu pessoalmente tenho pensado muito. Não muito. Tenho pensado muito mais agora, de que essa coisa do homem ser forte, é muito complicada e é muito... É um papel que às vezes cansa. Tem que ser viril. Viril no sentido de corajoso, enfrentar todos os problemas, lutar. E no fundo, no fundo, você tem fragilidades bastante grandes que você tem que ficar o tempo todo reprimindo. Não, eu tenho que ser forte, tem que ser isso, tem que ser aquilo. Eu acho que essas imposições de valores e de formação complicam bastante a vida da gente – a vida masculina. Você perde naturalidade, você tem que dar a resposta daquele arquétipo já preestabelecido.

Acho que é uma coisa que aconteceu de você falar: “ah, eu estou com dificuldade, com problemas, dificuldade de relacionamento”. As crises vivem se repetindo e eu preciso encontrar um caminho para sair disso. E depois você começa a falar: “pô, e você nessa história?” Como é que é a sua vida do ponto de vista de realização? Porque às vezes você tem uma intensidade de trabalho enorme, né? E que tempo você divide e reparte com quem você gosta? E uma coisa que eu fiquei pensando muito foi nas relações de amizade. Quais são as minhas relações de amizade? Quem são os meus amigos? Como é que eu estou de amigos? Tem um negócio complicado que quando você está no poder vem um bando de puxa-sacos [...]. De fato, o que você quer, o que você deseja? [...]. Se tinha problemas, praticava o desvio, né. Só que essas coisas não se resolvem. Elas vão ficando e lá um dia dá problema, entulha, gera um entulho.

Se começa a acontecer, fica malcheiroso. As dificuldades de relação das pessoas não são resolvidas [...]. Agora, essa coisa do homem, né, como é que entra aí... Fica uma expectativa sempre que você tem que ganhar, lutar. Então piora as coisas, né, a coisa masculina. Daí você começa a questionar: “e daí? Para quê? Para onde vai?” (Antonio).

Eu sinto às vezes mais facilidade de não desempenhar esse papel do homem durão em casa. Mais dificuldades fora talvez de fazer, porque são pessoas diferentes, estranhos. Dentro de casa é como se fosse mais familiarizado, então eu teria essa possibilidade. O erro eventual ao me expor, talvez, fosse mais tranquilo para eu fazer isso – estar me expondo diante de meus familiares, esposa e filhos. Talvez eu esteja mais predisposto a fazer isso em casa. E com muito mais dificuldades fora. Fora, assim, profissionalmente. Porque, por exemplo, em biodança, eu já tenho mais facilidade do que aqui. Então no trabalho eu realmente tenho mais dificuldade por esses fatores, de pessoas diferentes. Mas eu tenho passado algumas coisas sim. Eu sinto porque eu tenho retorno disso, de pessoas me falando e tal, que acham legal algumas coisas que eu faço, por exemplo, de abraçar as pessoas (Carlos).

O homem sente insegurança, frustração, dor. Talvez alguns não percebam isso, né? Mas todo mundo é muito sensível. Eu acho que o homem não fala. Ele sente, mas não fala. Não fala de medo, medo de demonstrar fraqueza, de parecer um fraco. Você está assim sempre em alerta, você está sempre atento. O homem não chora, não pode chorar. O homem não pode demonstrar fraqueza nenhuma, nem insegurança. Tem que estar sempre fingindo. Às vezes você é inseguro, mas tem que fingir que não é, senão você dança [...]. Durante todo o tempo que fiz terapia, eu chorei:

chorei três anos e meio. Nossa, eu chorava demais na terapia. Nossa Senhora! Pauleira! Eu fiz terapia de grupo, individual e depois de grupo (Olavo).

Às vezes, o fato do homem não se demonstrar sensível em todas as esferas sociais das quais ele participa é fruto de um sentimento de autopreservação. Cícero, quando foi entrevistado, tinha se separado há poucos meses e passava por um momento de grande reflexão sobre sua vida, os condicionamentos sociais inculcados, os valores que queria abandonar, mas também disse sentir medo das interpretações sociais que suas atitudes podiam denotar. Para ele, muitas vezes o homem se cala diante do sofrimento e das dúvidas com medo de ser considerado gay.

No meu caso, acabou sendo uma busca em função desse momento que aconteceu, mas eu acho que as pessoas não têm trabalhado muito esse lado. O problema é que o homem tem essa dificuldade de sensibilidade, exatamente pelos condicionamentos sociais. O fato de tá lidando com essas coisas, dá uma conotação para sociedade de que o cara é viado, tem algum desvio. Os condicionamentos sociais são muito fortes e impedem muito essa busca da própria autoajuda que o homem tem. Essa busca, no meu caso, ela agora vai ter que ser uma coisa permanente. Ao mesmo tempo em que eu não quero parar, tenho receio, porque você fica muito exposto. Nesse tempo que eu estou aqui, já faz um mês, eu não estou me sentindo só, porque o sentir só dá uma conotação de que a solidão é uma coisa pejorativa e nesse momento eu diria a você que estou vivendo um silêncio rico por estar nessa situação. Você começa a ser mais introspectivo, a pensar mais na vida, nas coisas. Ao mesmo tempo em que me faz sentir que estou melhorando, me libertando de muitas amarras, de muitos condicionamentos, por outro lado eu tenho medo de me trair, porque

o ego é muito enganador, então eu tenho medo de, nessa plenitude toda, me trair. Agora é o momento de reflexão e da retomada da vida. Eu estou refletindo muito em cima de determinadas coisas. Na medida em que o homem vai se voltando para o trato psicológico, voltando-se para si mesmo, seja com terapia, seja com leitura, à medida que o homem começa a se aproximar mais dessa esfera, de buscar seu eu, de se descobrir, se autoajudar, ele começa a compreender mais as pessoas e entender que as pessoas são o que são e que tem que ter muita compreensão nos relacionamentos. Nós estamos vivendo uma época de grande oferta de livros de informática por um lado, e por outro lado, de livros de autoajuda. A gente vive num mundo muito racionalizado, muito doido (Cícero).

A fala de Cícero marca uma característica dos homens que foram entrevistados. Todos falaram do processo disciplinar (FOUCAULT, 1993) que foram e são obrigados a passar, “os condicionamentos sociais”, para que pudessem desempenhar suas funções com sucesso e virilidade, ou seja, para se tornarem homens, para silenciar-se diante da dor, calar-se consigo mesmo. Dizem-se em processo de aprendizado, estão aprendendo a falar sobre eles mesmos e a refletir sozinhos, num “silêncio assustador”, num “silêncio rico”, num “silêncio crítico”, sobre suas vidas, suas atitudes, seus passados, tentando redefinir o significado do que seja ser homem. As queixas⁶² dos homens entrevistados aproximaram-se muito das que Nolasco notou na pesquisa que fez com homens do Rio de Janeiro. Ele percebeu nos depoimentos dos homens uma “solidão, sofrimento e uma

62 Gregori (1989, p. 167-168) define *queixa* como a “a narrativa em que a pessoa que é objeto de algum infortúnio constrói discursivamente a sua posição enquanto vítima [...]. Na queixa, o narrador expõe um contexto – através de fatos descritos – para mostrar que ele é isento de culpa”. As queixas masculinas ficarão mais claras no Capítulo V.

tensão premente, difícil de ser identificada e assumida no cotidiano” (NOLASCO, 1995, p. 56).

Ultimamente, eu tenho feito uma reflexão não só do que é ser homem, mas como ser humano, o que eu tenho a contribuir, o que eu tenho a fazer. E, por consequência, o homem está aí incluído, né. Antes, eu não pensava muito nessas coisas. É questão de certo tempo para cá, de uns três anos, quatro anos, comecei a voltar mais para mim, de pensar sobre eu mesmo, me conhecer melhor. Quando eu fiz o processo de Fish e Hoffman, um processo de auto-conhecimento, que mexeu muito comigo, aí eu comecei a procurar mais, me conhecer melhor. Comecei a fazer uma terapia, que também interrompi até por questão financeira. Atualmente, faço biodança. Então tudo isso tem canalizado para essa reflexão de mim mesmo. Tenho percebido as dificuldades. A coisa tem clareado muito para mim. E o quanto está sendo difícil superá-las, extremamente difícil por sinal. Mas o que eu sinto é que é por esse caminho que eu tenho que trilhar. É difícil, extremamente difícil falar sobre mim mesmo, porque implica em você perceber suas limitações, suas dificuldades, sua sombra, né, como é que você é diante de determinadas situações, determinadas circunstâncias. Como é que você age, porque que você age desse jeito. E às vezes é extremamente penoso, difícil, porque você reconhece sua fragilidade. É você expor isso tudo diante de você e você é acostumado a ser forte. Fui educado para ser forte. O homem, né, tem esse papel de ser o machão. Eu percebo que eu sou uma pessoa que tem uma sensibilidade e estou descobrindo isso. Então, de certa forma eu tenho esse contraste, esse choque de ter sido educado no sentido de ser durão, macho, às vezes, não chorar. Eu sou de família nordestina. A figura do pai é muito presente, forte. Aí é muito o espelho. Eu me vi diante de determinadas situações que não

sabia ser daquele jeito. Percebi que eu tinha algo dentro de mim que me levava para outro caminho e a ser de outro jeito. Viver de outro jeito, querer chorar.

Hoje eu estou descobrindo que é melhor ser mais eu, ser mais autêntico. Um outro Carlos com certeza. Construindo essa outra pessoa, descobrindo eu mesmo, que não é crime, não é nenhum problema ser desse jeito. Apesar das dificuldades que eu encontro na família. Porque a família ainda age muito dentro do outro jeito. Mas então, está sedimentando na minha frente que esse caminho é o melhor. O que eu tinha antes não era eu mesmo. Eu fazia aquilo, mas que não me satisfazia, não me dava satisfação (Carlos).

Os entrevistados acreditam que é na “conversa consigo” que pode ocorrer uma reprogramação, uma desestruturação dos *habitus* sociais incorporados, uma maneira de considerar até que ponto as rotinas dos padrões de comportamento estabelecidos poderiam ser modificadas ou até descartadas. É neste processo de reestruturação que uma nova subjetividade está sendo gestada. Uma subjetividade marcada pelo desmapeamento. A emergência dessa nova subjetividade é identificada como a liberação do lado feminino reprimido.

A mulher é mais sensível. Ela é mais aberta. Eu tenho aprendido demais com a mulher. Dessa sensibilidade que é mais aguçada. Busco isso – talvez despertar esse lado feminino meu. Com certa dificuldade, mas cada vez com mais certeza de que eu tenho que experimentar e descobrir a potencialidade que tem esse lado. Até porque meu outro lado não me mostrou muita coisa não (Carlos).

As características femininas transferidas para o homem é uma coisa muito boa. É tanto assim que quando você encontra um homem que tem essas características, nego

costuma dizer: “oh, o fulano é uma moça. É bom demais” etc. Eu acho que isso é marcante sim. Mas os homens também, principalmente nessa geração mais nova, são mais femininos (Aluizio).

É como se eu tivesse na minha frente várias opções de como agir. O que eu sinto é que esse caminho que eu estou trilhando, ele vai me dar uma qualidade, um crescimento maior. O que eu sinto é isso. É um sentimento que eu tenho tido e tenho observado. O outro caminho não está me dando muito essa coisa. Eu sinto que eu me realizo mais, eu me sinto mais satisfeito. Apesar de que sinto também a coisa travar aqui dentro, por esse caminho também. Até porque você se expõe mais. Implica muito em você abrir sua guarda, mostrar suas dificuldades, sua fragilidade. Então, eu sinto que as opções são por esse caminho. Apesar de que, às vezes, eu busco também outros recursos. Eu às vezes chego à conclusão de que também tem que ser durão na educação dos meus filhos. Então, é como se eu selecionasse aquilo que eu aprendi e desse mais qualidade naquilo. Ou seja, não uso de qualquer jeito. Eu – não, isso aqui eu acho que dá para usar. Exatamente, é como se eu selecionasse. Então, isso aqui eu faço, eu uso, falo, brigo (Cícero).

Como nomear esta nova subjetividade masculina, que destoa do modelo socialmente definido e aceito de forma hegemônica? Até agora, tem-se nomeado os homens que buscam reestruturar suas subjetividades como “homem-feminino”, “homem-sensível”. Nolasco discorda dessas nomeações. Para ele, é como se houvesse

[...] uma “autorização” para que o indivíduo possa distanciar-se de certo determinismo naturalista, utilizado pelas ciências humanas e sociais, que definem o que são comportamentos de homem e mulher, tomando

para si o que socialmente está atribuído ao outro sexo. “Homem-feminino” e “mulher-masculina” são virtualidades que apontam mais para uma transição do que propriamente para uma “nova representação” dos indivíduos (NOLASCO, 1995, p. 16).

Badinter (1992) diz que os escandinavos usam uma terminologia metafórica para definir dois tipos de masculinidade: homem-nó e homem-mole. O homem-nó é obcecado pela concorrência, prisioneiro do desempenho sexual e intelectual, agressivo; o homem-mole é partidário da igualdade entre homens e mulheres, renunciou aos privilégios masculinos, da preeminência do macho que a ordem patriarcal lhe confere.

O homem-mole sucede ao homem duro como seu contrário absoluto. Para agradar às mulheres, que colocavam o macho sob acusação nos anos 1970, alguns homens imaginaram que deviam desprezar toda a virilidade e adotar os valores e comportamentos femininos mais tradicionais (BADINTER, 1992, p. 147).

A difusão das psicologias do homem (baseadas em uma subjetividade agressiva, racional, objetiva, forte, segura e ativa) e as da mulher (baseadas na afetividade, ingenuidade, passividade) serve para cristalizar oposições. Nesta perspectiva, quando o homem experimenta a sensação corporal da ternura, do toque, sente-se confuso com este lado “feminino” obscuro e desestabilizador. Ao homem é interdito sentir ternura e tocar a pele do seu igual. Qualquer impulso carinhoso poderá ser o desencadeador de “tendências homossexuais”.

Alguns dos entrevistados aproximaram-se da definição do homem-mole, principalmente Ricardo. Para ele, a categoria gênero não tem o menor sentido. As desigualdades e incongruências entre

homens e mulheres são mais uma no “mar de desigualdades” que estão à nossa volta.

Eu tive uma formação muito rígida, dos anos 1950, né, uma formação realmente... Mas eu abandonei isso tudo. Eu acho que para chegar a um equilíbrio nesse sentido assim de externo e interno, do homem ter um contato com a sua interioridade maior, de fato ele tinha que desmobilizar o seu ego macho, machista, vamos dizer assim, que é esse que está identificado com a sociedade agressiva. Tudo isso é produto do homem macho. O mundo como está hoje, para mim, ele é uma representação dessa polarização, do macho, do homem que comanda mesmo, que tem poder, que subjuga o seu lado feminino. No momento que isso desidentificar desse processo, desse lado masculino e que exerce seu poder, eu acho que vai haver esse momento que eu digo de percepção maior, de consciência maior, e dar força para esse lado feminino. Eu acho que é por aí também (Ricardo).

Contudo, a nomeação “homem-mole” ainda não corresponde à organização da subjetividade desses homens. As metáforas “mole” e “duro” não traduzem a dimensão conflituosa que, de uma forma geral, permeia os depoimentos dos homens.

Para João, por exemplo, é difícil falar de homem-feminino. Muitas mudanças ocorreram também na subjetividade feminina, ao longo dos últimos anos. Muito da “afetividade do feminino” perdeu-se no momento em que ela entrou no mercado de trabalho para conquistar e disputar espaços.

O fim da minha última relação, eu senti muito. Havia muita sexualidade naquela relação, mas pouca afetividade. Quem trazia o afeto era eu. Eu é quem estava apaixonado, e ela vinha com a racionalização, com os problemas que

ela tinha. Havia muita emoção da minha parte e razão da parte dela, tá? Estava bem claro. Acho que esta questão da sensibilidade feminina mudou. O exemplo típico dessa minha última companheira. Ela saiu da vida acadêmica para a profissional, se doutorou na França, sai para a luta, ganha seu dinheiro, bom salário, viaja muito. Perdeu essas coisas, ficou igual. Agora, o homem que está nesse processo de adaptação (João).

Para Mendes de Almeida (1996), existe uma diferença insólvel entre as subjetividades masculina e feminina, fazendo com que seja impossível se pensar um encontro dos dois.

Refiro-me ao caráter irrelativizável da diferença entre os sexos e, mais do que isto, da própria materialidade e da concretude máxima dos sinais dessa diferença. O significado do que é ser homem parece estar vinculado a um conjunto de variáveis, símbolos e sentimentos flagrantemente distintos e intrínsecos ao campo do masculino de funcionamento e organização da subjetividade (MENDES DE ALMEIDA, 1996, p. 137).

Os entrevistados demonstraram que passaram ou ainda passam por um processo de desestruturação e reorganização da subjetividade. Esse processo tem outros desdobramentos (além destes apontados até agora) relacionados com o campo do sociologicamente visível. Conforme será analisada no Capítulo V, esta subjetividade masculina será potencialmente problematizada quando ocorre a intersubjetividade, ou seja, o encontro com a subjetividade feminina. Nesse encontro, a dimensão do poder é realçada.

Mulheres assumem “posturas masculinas”, identificadas com a racionalidade, a objetividade, a firmeza; homens carinhosos, afetuosos, buscam cuidar dos assuntos da subjetividade com o mesmo cuidado e atenção que antes davam às suas vidas profissionais. No

primeiro caso (as mulheres), há um movimento centrífugo, de saída, de encontro e incorporação com uma racionalidade instrumental (HABERMAS, 1980); no segundo (os homens), um movimento centrípeto, de valorização da intimidade, a partir da reestruturação da subjetividade. Ou seja, há uma movimentação na reorganização das identidades de gênero.

Num poema publicado na *Revista de Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais*, nota-se a tendência à despolarição das identidades de gênero.

Para cada mulher que está cansada de atuar
de maneira tímida mesmo sabendo de sua força,
existe um homem que está cansado
de parecer forte, quando se sente vulnerável.

Para cada mulher que está cansada de atuar
como se fosse uma ignorante,
há um homem deprimido pela exigência constante
de saber tudo.

Para cada mulher rotulada de pouco feminina
quando compete,
existe um homem para quem a competência
é a única forma de demonstrar que é masculino.

Para cada mulher que está cansada de ser
um objeto sexual,
existe um homem preocupado com sua
potência sexual.

Para cada mulher que se sente
atada a seus filhos,
há um homem a quem se nega
prazer da paternidade.

Para cada mulher que não tem acesso a um trabalho
satisfatório e a um salário justo,
existe um homem que deve assumir toda a
responsabilidade econômica de outro ser humano.

Para cada mulher que desconhece os mecanismos
de um automóvel,
há um homem que não aprendeu os prazeres
da arte de cozinhar.

Para cada mulher que caminha
em direção à sua libertação,
há um homem que descobre que o caminho para a
liberdade, tem sido para ele, um pouco mais fácil

(BURIM, 1997, s/n).

O resultado dessa movimentação é que o campo de interseção entre as identidades masculina e feminina tem se ampliado. Para esta nova subjetividade dos gêneros, toma-se emprestado um conceito da gramática: identidade comum de dois gêneros⁶³. Este conceito diz respeito aos homens e mulheres que incorporaram no seu agir padrões de comportamento identificados como sendo pertencentes ao outro gênero.

Para Mendes de Almeida (1996), na pesquisa que realizou com um grupo de homens no Rio com um perfil semelhante ao que tratei, o gênero masculino é despossuído de qualquer subjetividade. O padrão de comportamento dos homens é norteador pelo modelo patriarcal que, para a autora, é sinônimo de ausência de subjetividade. A meu ver, este modelo representa um tipo de subjetividade

63 O substantivo comum de dois gêneros é aquele que apresenta uma só forma para os dois gêneros; para se fazer a distinção entre o masculino e o feminino é necessário atentar para o artigo, para o pronome, ou para alguma outra palavra que modifique o substantivo. Por exemplo: o dentista / a dentista.

que pode ser relacionado ao exemplo do já citado personagem Paulo Honório, de Graciliano Ramos.

A dimensão do conflito, do desmapeamento, da descontinuidade, da coexistência de códigos simbólicos diferentes atuando na mesma subjetividade, não foi encontrada em suas entrevistas.

Figura nuclear do grande patriarca ou do senhor de engenho, que até hoje funciona, ao que tudo indica, como uma espécie de arquétipo central, caracterizador e formador de modelos de conduta, orientação e organização do imaginário brasileiro. Trata-se, portanto, em outras palavras, de uma espécie de selo invisível, que, de forma extremamente sutil e matizada continua a inspirar comportamentos e a demarcar estilos de conduta para além de sua existência histórica específica. Uma das maneiras de perceber o funcionamento desta lógica é acompanhar as identificações e analogias ainda hoje traçadas entre as noções associadas de virilidade /macho /senhor /dono / força /violência – e os pilares formadores da identidade masculina legítima no Brasil (MENDES DE ALMEIDA, 1996, p. 49).

Para Mendes de Almeida (1996), há uma incongruência insuperável entre o feminino e masculino. Para provar tal tese, utiliza como referências Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. Estes autores detiveram-se no estudo de épocas e conjunturas históricas de relações de gênero e sociais mais amplas, marcadas pela hierarquia, e não tiveram uma análise focalizada, específica, sobre a constituição das relações de gênero no Brasil.

Para estudar a constituição das subjetividades em contextos contemporâneos, é necessário também se valer de reflexões que tratam das relações de gênero à luz das novas e complexas mudanças pelas quais passaram o Brasil nas últimas décadas. Por certo que as

relações de gênero podem ser analisadas como hegemonicamente hierárquicas, mas, ao longo das últimas décadas, as mudanças sociais propiciaram transformações também nas relações de gênero e nas identidades do gênero masculino e feminino. O aspecto dinâmico, histórico das relações de gênero e a própria organização das subjetividades, seja masculina ou feminina, devem ser analisados tomando tal aspecto como premissa metodológica. Como, aonde, em que direção ocorre a mudança, só pesquisas empíricas para revelar.

A Mendes de Almeida afirma que seus entrevistados falaram da dificuldade de externalização dos sentimentos, o que contradizia a fluidez verbal que demonstravam ao longo das entrevistas por ela realizadas. Para ela, isto se relevou uma contradição que necessitava ser esclarecida.

Esta foi mais uma investida que acabou por se mostrar frustrante, à medida que grande parte das justificativas para esta dificuldade não passavam de reiteraões sistêmicas da ideia matriz do medo e de derivações de um *vago sentimento de insegurança que impediam esta externalização*. Mas tanto o medo quanto este sentimento de insegurança não chegavam a constituir justificativas que apontassem para a existência de um núcleo privado e íntimo que devesse ser preservado, antes pareciam apenas reproduzir uma espécie de convenção ligada a um universo de ideias-chave sobre o funcionamento masculino e suas tradicionais “dificuldades” frente ao mundo dos sentimentos e dos afetos (MENDES DE ALMEIDA, 1996, p. 110, grifos meus).

Ao ler as entrevistas publicadas pela autora, o *vago sentimento de insegurança* que ela se refere, tomou outras cores para mim. O adjetivo *vago* qualifica o substantivo *sentimento*, significando que a insegurança não é algo tão importante que deva ser considerada.

Então por que os homens se colocaram desta forma? Será que as dificuldades em falar, ou os medos não existem, e eles falaram por falar?

O que ficou das entrevistas que realizei, entre inúmeras outras coisas, é que a interdição do choro, da fala e da afetividade é algo extremamente opressor para os homens. Existe um núcleo privado e íntimo que deve ser preservado, escondido, esquecido, sob pena dele se expor a rotulações e ser tratado como um fraco, ou como *gay*. Em uma sociedade profundamente homofóbica como a nossa, como fora tratado no Capítulo III, o homem admitir que tem vontade de chorar, sofre, tem inseguranças emotivas, profissionais e sexuais é o mesmo que dizer: “olha o meu lado feminino aflorando”.

O fato dos homens precisarem da aprovação de outros homens faz com que tenham medo de que outros homens percebam as sensações de insuficiência que sentem. Para Kimmel (1994), o que chamamos de masculinidade é, muitas vezes, uma barreira para impedir que a insinceridade seja descoberta, um excessivo número de atividades que impedem os outros de verem os homens como realmente são e um ensandecido esforço para controlar os medos interiores. O verdadeiro medo “não é o medo de mulheres, e sim o de se sentir envergonhado ou humilhado diante de outros homens, ou de ser dominado por homens mais fortes” (KIMMEL, 1994, p. 129). Não seriam estes motivos sociologicamente fortes para explicar o porquê dos homens terem medo de falar de suas dificuldades?

O silêncio é decorrente da vergonha. Os medos são as fontes dos silêncios. Isto talvez ajude a explicar porque as mulheres tantas vezes reclamam que seus parceiros ou colegas homens são tão compreensivos quando elas se sentem solitárias, mas riem de piadas machistas ou até mesmo contam as piadas quando estão com os amigos.

Para Mendes de Almeida (1996), a subjetividade masculina organiza-se a partir de dois traços centrais: a alta expressividade e

a recusa sistemática de profundidade. Segundo ela, a subjetividade masculina constrói-se a partir de *exo-referências*.

A impressão marcante de que todos os conteúdos, aspectos e elementos da intimidade e da privacidade dos entrevistados encontram-se na “periferia” dos mesmos e não em um suposto núcleo interior, protegido e reservado. Daí por que tantas vezes impunha-se a impressão de uma privacidade que parecia ser tão rotineira, trivial e “publicizável” [...]. Essa referência tão forte de externalidade e, consequentemente, da impressão de uma privacidade (ou um núcleo íntimo) que parece estar fixada na superfície do sujeito acabou revelando-se uma peça chave para a reflexão sobre esse modelo de subjetividade (MENDES DE ALMEIDA, 1996, p. 138).

Contrapondo-me ao modelo de subjetividade *exo-referência* que a autora propõe, sugiro outro modelo: o *endo-referência*. A subjetividade masculina estrutura-se em um movimento que ocorre para dentro, como me referi anteriormente, em um movimento centrípeto.

De uma forma geral, os entrevistados negam o modelo de “homem superficial”, qualificação dada por um dos entrevistados.

Eu vejo que o pessoal é muito machista, um machismo exacerbado. Então, o pessoal lá onde eu trabalho, os homens quase todos têm suas amantes dentro do hospital, transam com as enfermeiras. Ninguém fala nas crises de cada um, ninguém fala. O cara fala é da mulher que brigou com ele, que alugou. Mas ninguém fala da sua crise pessoal. Eu como fiz análise e terapia, fico analisando mais ou menos a cabeça dos meus colegas. Mas se conta nos dedos quem é que trata da cabeça. O pessoal não trata da cabeça. Não fala no assunto. A gente vê que, de vez em quando se ouve

falar: “pô, a mulher daquele cara lá, a mulher dele, a primeira mulher dele se matou, se suicidou em função dele, não sei de quê”. Mas ele nunca falou disso, é um segredo. Não falam nada dele na roda que possa parecer insegurança (Olavo).

Esse senso crítico de Olavo em relação aos outros homens que, na sua expressão, não têm preocupação com os assuntos que digam respeito à subjetividade, foi colocado por outros entrevistados, a exemplo do Antonio, Cícero, André, Haroldo, Rui e Carlos.

Ao comparar os resultados da pesquisa de Mendes de Almeida (1996) aos que obtive, pude concluir que há múltiplos modelos de subjetividade. Mesmo dentro da camada médias urbana, ou seja, dentro de um segmento da classe média, pode-se perceber isto. Mas a subjetividade que corresponde ao tipo de masculinidade de que trata minha pesquisa ainda está em gestação e em processo de construção em conflitos e mediações com outros tipos de masculinidades, que, por sua vez, correspondem a tipos específicos de organização da subjetividade.

5

Negociação e negação em relações contraditórias

No filme *Poderosa Afrodite* (1995), o filho pergunta ao pai: “pai, quem manda aqui em casa?”. O pai, meio constrangido com a pergunta, responde: “sou eu, claro. Sua mãe dá as ordens, mas quem manda sou eu”. O filho, parecendo que não entendeu muito bem a explicação do pai, continua arrumando a bagunça que a mãe mandou organizar.

Ao analisar como se efetivam as relações de poder nas relações de gênero, tendo como pressuposto de funcionamento interno a concepção igualitária de relacionamento, senti-me, como este garoto no filme de Woody Allen: confusa. Pois, se por um lado há um esforço

muito grande dos homens em construir um relacionamento no qual não exista a precedência de um dos dois na efetivação da relação, seja nas questões que dizem respeito à educação dos filhos, na administração da casa e na sexualidade, por outro lado também notei que, em muitos pontos da intimidade, a igualdade coloca-se mais como um projeto, tanto para os homens quanto para as mulheres. O roteiro explorou questões como: 1) a existência de diálogo na relação; 2) se a sexualidade do casal é discutida, buscando perceber como reagem os homens diante das iniciativas e negativas femininas; 3) como são administradas as tarefas da casa; e 4) como os homens veem as mulheres que ocupam posições de chefia.

Embora a concepção de relação definida como a “certa” seja a igualitária, em que nenhuma das partes envolvidas seja englobada por outra, os homens reconhecem as próprias limitações em efetivar na prática tal concepção em situações concretas. Mas, a dificuldade em qualificar as relações de igualdade não se deve única e exclusivamente aos padrões comportamentais masculinos. Alguns dos entrevistados queixaram-se largamente da postura de suas companheiras e ex-companheiras, que tomam decisões que os envolvem sem consultá-los, que impõem muitas tarefas, que são autoritárias. Nestes casos, há uma inversão hierárquica.

Alguns homens “ainda” estão mais próximos da ideologia hierárquica que outros. Digo “ainda” porque eles reconhecem que estão se “tratando” por meio de terapia, para mudar essa “visão deturpada” de relação. Tal fato me colocou diante de uma situação de grande heterogeneidade e da impossibilidade de proceder a uma classificação, pois isto significaria estabelecer uma homogeneidade fictícia. A única conclusão é que, embora exista uma bússola de orientação que os possibilita navegar nas relações de gênero, identificada com os princípios igualitários, sua implementação é dificultada pela existência de outra bússola, a hierárquica. São relações contraditórias, no

sentido de provisoriedade, negação e confusão que o termo “contradição” enseja.

5.1 Foucault: uma concepção relacional do poder

No estudo das relações de gênero, o conceito de poder adotado define a lente por meio da qual se percebe o movimento de homens e mulheres na constituição de suas práticas, além de estabelecer a articulação entre os níveis macro e micro nesta sincronia.

A noção de poder conforme formulada por Foucault (1985) possibilita compreender que o poder se constrói relacionalmente. Ele não é algo que paira sobre a cabeça dos indivíduos, mas deve ser apreendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força que se movimenta a partir das correlações de força interna.

Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de força imanentes do domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização: jogo que através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam, entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 1985, p. 89).

Por tal abordagem, o poder movimenta-se de acordo com as disputas e resistências que se instauram dentro de determinados campos. Ninguém tem o poder definitivamente. As correlações de

força induzem a “estados de poder”, que para ser compreendido deve ser observado como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social. Não existe uma única direção para a atuação do poder, ele é descontínuo porque está em todos os lugares.

Para Foucault, a análise que parte do Estado como polo produtor e irradiador de poder hierarquiza-o em pares dicotômicos: explorados x exploradores, dominados x dominadores. Assim, pela abordagem descendente, há um nível de fixidez difícil de ser rompido. É como se o poder fosse algum que pudesse ser possuído, seja por um grupo ou classe. Mas o poder é antes de tudo um exercício prático que ocorre nas relações sociais, que vai desde as esferas macros do social até, e principalmente, as esferas infinitesimais e capilares da vida social.

O poder do Estado não consegue abarcar, controlar tudo o que está à sua volta. A periferia do poder tem autonomia, o que significa dizer que há formas de exercício de poder diferentes do Estado a ele articuladas de maneiras múltiplas e que são indispensáveis para a sustentação e atuação eficaz do próprio poder do Estado.

Nos estudos das relações de gênero, a genealogia dos saberes e dos poderes têm possibilitado análises que privilegiam a diferença, o fragmento. Os blocos monolíticos, homem/mulher, são quebrados. Emerge uma gama de possibilidades de análises por meio do cruzamento de múltiplas variáveis, como raça/etnia, classe social, marcas de distinção, geração.

Trata-se (o projeto genealógico) de ativar saberes locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, contra a instância teórica unitária que pretenderia depurá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência detida por alguns (FOUCAULT, 1993).

Para Foucault (1993), a genealogia é um empreendimento que liberta o sujeito dos saberes históricos, retilíneos, tornando-os

capazes de lutar contra a coerção de um discurso teórico unitário, formal e científico. A dimensão da luta, resistência, contra os saberes produzidos como verdade, que se institui como um conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso é o grande resgate da genealogia.

Foucault propõe uma metodologia para o estudo do poder que: 1) confere autonomia da periferia em relação ao centro (Estado), deslocando assim o foco de análise do Estado para contextos micros, ou no nível sociologicamente invisível; 2) ver que o poder dá-se em uma relação construída a partir de disputas internas à própria relação; 3) privilegia a dimensão do heterogêneo, da descontinuidade.

A concepção de poder aplicada ao estudo das relações de gênero possibilitou um rompimento com uma visão determinista, que percebia as relações entre homens e mulheres como um reflexo da estrutura macro. As relações de gênero seriam um reflexo das relações que ocorrem nos aspectos macros: se o homem tem ou está no poder central, logo estará e terá o poder em todas as demais esferas sociais. Fazendo um corte transversal na sociedade a partir das relações de gênero, poderíamos estabelecer dois blocos classificatórios que fixariam a posição que cada um ocuparia nas relações sociais: o homem, o dominador, e a mulher, a dominada.

Os estudos sobre homens (*men's studies*), conforme tratado no Capítulo II, têm feito um esforço de desconstrução da categoria “masculino” como um todo homogêneo, ahistórico, e em consequência desta relativização epistemológica, afirmam que apenas uma parcela dos homens está e tem este poder visível.

Para Saffioti (1987), analisando a dominação masculina com recortes de classe social e raça, por mais que o homem sinta-se explorado por outros homens e por mulheres no mundo do trabalho, ele sempre poderá impor seu poder a uma mulher, porque no final sempre terá um “capital de gênero”⁶⁴, atribuído socialmente, que lhe assegura a condição de dominador por ser considerado superior à mulher.

O poder do macho, embora apresente várias nuances, está presente nas classes dominantes e nas subalternas, nos contingentes populacionais brancos e não brancos. Uma mulher que, em decorrência de sua riqueza, domina muitos homens e mulheres, se sujeita ao jugo de um homem, seja seu pai ou seu companheiro. Assim, via de regra, a mulher é subordinada ao homem. Homens subjugados no reino do trabalho por uma ou mais mulheres detêm poder junto a outras mulheres na relação amorosa (SAFFIOTI, 1987).

A posição de Kimmel (1994) é diferente desta. Para ele, as feministas já elaboraram teorias segundo as quais a masculinidade consiste no mecanismo da dominação, do poder, da conquista, muitas vezes utilizando “masculinidade”, “patriarcalismo” e “dominação” como sinônimos. Mas será que a condição do gênero masculino é tão englobante que, independente da raça, da classe, da idade, terá sempre o poder?

This is why the feminist critique of masculinity often falls on deaf ears with men. When confronted with the analysis that men have all the power, many men react incredulously. “What do you men, men have all the power?” They ask: “what are you talking about? My wife bosses me around. My kids boss me around. My boss bosses me around. I have no power at all! I’m completely

64 Utiliza-se “capital” conforme formulado por Bourdieu (1989).

powerless!” [...]. Men’s feelings are not the feelings of the powerful, but of those who see themselves as powerless. These are the feeling that come inevitably from the discontinuity between the social and the psychological, between the aggregate analysis that reveals how men are in power as a group an the psychological fact that they do not feel powerful as individuals. They are the feelings of men who were raised to believe themselves entitled to feel that power, but do not feel it. No wonder many men are frustrated⁶⁵ and angry⁶⁶ (KIMMEL, 1994, p. 136).

Ainda segundo Kimmel (1994), essa definição feminista de masculinidade como um mecanismo de poder, é elaborada do ponto de vista da mulher. Trata-se do modo como a mulher vivencia

65 Para Kimmel, o sentimento de frustração e indignação explica a popularidade nos EUA de oficinas e retiros, planejados para ajudar o homem a reivindicar seu poder “interior”, sua “masculinidade oculta”. Uma das orientações dadas aos homens que frequentam tais retiros é engolirem a dor e o sofrimento. Connell (1995) diz que estes retiros ou grupos de homens têm mais um caráter terapêutico, o que implica o não envolvimento em questões sociais, como as desigualdades sociais em geral e as de gênero, em particular. Trata-se de um movimento de recuperação psicológica, dirigido ao desconforto sentido pelos homens heterossexuais e às suas incertezas sobre gênero. O efeito prático da terapia da masculinidade é fazer com que os homens voltem-se para dentro de seus próprios problemas e deixem de colocar energia na mudança social.

66 “É por isso que a crítica feminista de masculinidade muitas vezes cai em ouvidos surdos com os homens. Quando confrontado com a análise de que os homens têm todo o poder, muitos homens reagem com incredulidade. ‘Os homens têm todo o poder?’ Eles perguntam: ‘o que você está falando? Minha esposa-chefe manda em mim. Minhas crianças-chefe mandam em mim. Meus chefes-chefe mandam em mim. Eu não tenho poder nenhum! Eu sou completamente impotente!’ [...]. Os sentimentos dos homens não são os sentimentos dos poderosos, mas daqueles que se veem como impotentes. Estes são os sentimentos que vêm inevitavelmente da descontinuidade entre o social e o psicológico, entre a análise agregada que revela como os homens estão no poder como um grupo e o fato de psicologicamente eles não se sentem poderosos como indivíduos. São sentimentos de homens que foram criados para acreditar e sentir esse poder, mas não sentem. Nenhum homem admite, mas muitos estão frustrados e irritados” (Tradução livre).

a masculinidade. Mas a definição pressupõe uma simetria entre o público e o particular que não se conformam com as experiências dos homens. As feministas apontam que as mulheres, quando consideradas coletivamente, não detêm poder em nossa sociedade. Também apontam que as mulheres, como indivíduos, não se sentem poderosas. Elas se sentem amedrontadas, vulneráveis. Esta observação da realidade social e de suas experiências individuais é, portanto, simétricas. O feminismo também assinala que os homens, quando encarados coletivamente, estão no poder. Desse modo, com a mesma simetria, o feminismo tende a pressupor que os homens, individualmente, são poderosos.

5.2 Relacionamento igualitário

A geografia do relacionamento igualitário pode ser expressa a partir de três dimensões sugeridas por Giddens (1992): amor confluyente, sexualidade plástica e relacionamento⁶⁷ puro. Essas dimensões em estado puro, ou seja, no âmbito da definição conceitual, podem ser vistas como um tipo ideal: algumas relações aproximam-se mais que outras das definições que se seguem.

Na relação igualitária, a identidade é marcadamente idiossincrática. A singularidade de cada um deve ser preservada na relação. Cada um traz para a relação uma história de vida anterior. Ao mesmo tempo em que se busca não anular a singularidade, tenta-se construir uma história e projetos compartilhados. Para que isto ocorra,

67 A própria utilização do termo “relacionamento” significa ao mesmo tempo um vínculo emocional próximo e continuado, mas, ao mesmo tempo, só deve ser mantido à medida que as partes estejam tendo “ganhos” com o relacionamento. Por esta concepção de associação entre os gêneros, homens e mulheres estabelecem uma associação amorosa a partir da livre opção e não por constrangimentos sociais.

é necessário que os dois estejam dispostos a investir na construção dessa esfera de interseção, que será maior ou menor dependendo da homogeneidade desta concepção de relação.

Os sinais da diferença entre homem/mulher tendem a desaparecer e se confundir ou se multiplicar, visto que os marcadores visíveis da diferença passam a ser expressão do gosto pessoal. As noções bem delineadas de “certo” e “errado” perdem suas fronteiras, da mesma forma a noção de desvio de comportamento, pensamento ou desejo perde clareza, e instaura-se, aparentemente, o reino da pluralidade de escolhas, que só são limitadas pelo respeito à individualidade do outro.

A continuidade da relação só se justifica quando cada um dos parceiros obtenha da relação benefícios que garantam tal continuidade. A exclusividade sexual tem um papel no relacionamento até o ponto em que os parceiros a considerem desejável ou essencial. É uma versão do amor em que a sexualidade tem de ser negociada como parte do relacionamento, assim como todos os aspectos da relação. A ideia é de “negociação” permanente, por meio do diálogo.

O relacionamento puro é construído apenas pela própria relação, pelo que pode ser derivado por cada pessoa da manutenção de uma associação com outra e que só continua enquanto ambas as partes considerarem que extraem dela satisfações suficientes, para cada uma individualmente.

A relação amorosa costumava vincular sexualidade a casamento e reprodução. A emergência da sexualidade plástica, ou seja, uma sexualidade descentralizada (liberta das necessidades de reprodução) promove uma dissociação entre amor e casamento, sexualidade e reprodução. A reivindicação das mulheres ao prazer sexual foi um dos propiciadores desse novo tipo de vivência da sexualidade. As mulheres querem o prazer sexual como um componente fundamental de suas vidas e de seus relacionamentos.

Não faz muito tempo que mulheres que almejavam prazer sexual eram consideradas como anormais (FOUCAULT, 1985). Muitas mulheres casavam sem qualquer conhecimento sobre o sexo, exceto o de que ele estava relacionado aos impulsos indesejáveis dos homens e que deveria ser suportado. A concepção de relacionamento puro rompe com a ideia de que os homens querem sexo, e a mulher amor. No relacionamento igualitário, os dois querem prazer e amor.

Contrapondo-se à ideia de “eternidade” que o casamento tradicional vinculava, o amor é confluyente e caracteriza-se por ser um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” da ideia do amor romântico.

O caráter intrinsecamente subversivo da ideia do amor romântico foi durante muito tempo mantido sob controle pela associação do amor com o casamento e com a maternidade; e pela ideia de que o amor verdadeiro, uma vez encontrado, é para sempre. Mas o casamento eficaz, ainda que não particularmente compensador, podia ser sustentado por uma divisão de trabalho entre os sexos, com o marido dominando o trabalho remunerado e a mulher, o trabalho doméstico. Podemos ver neste aspecto como o confinamento da sexualidade feminina ao casamento era importante como um símbolo da mulher “respeitável”. Isto ao mesmo tempo permitia aos homens conservar distância do reino florescente da intimidade e mantinha a situação do casamento como um objetivo primário das mulheres (GIDDENS, 1992, p. 58).

A realização do prazer sexual recíproco é um elemento-chave na manutenção ou dissolução do relacionamento. O cultivo de habilidades sexuais e a capacidade de proporcionar e experimentar satisfação sexual tornam-se organizados reflexivamente, via uma

multiplicidade de fontes de informação, da escuta atenta aos desejos e fantasias do parceiro.

Conforme salientado anteriormente, a combinação da sexualidade plástica, do relacionamento puro e do amor confluyente, quando observado na empiria, combina-se de formas variadas. O relacionamento igualitário pode ser visto como a expressão da ideologia individualista no âmbito das relações amorosas. A interseção da ideologia individualista com a ideologia hierárquica faz com que alguns se aproximam mais que outros desse tipo ideal de relacionamento: quanto maior esse campo de interseção, maior dificuldade terão os indivíduos de implementar tal tipo de relacionamento. A dificuldade em realizar o relacionamento igualitário em todas suas dimensões é tanto dos homens quanto das mulheres que participaram desta pesquisa.

5.3 O diálogo e as regras silenciosas da relação

A presença do diálogo permanente faz com que o poder seja uma coisa muito fluida, visto que as posições e decisões são negociadas. Tanto os homens quanto as mulheres que já foram casados outras vezes manifestaram que uma das diferenças entre o atual relacionamento e o(s) anterior(es) é a presença permanente do diálogo. Para Cristina, este é, inclusive, um dos marcos entre seus dois casamentos.

No meu relacionamento anterior, o meu ex-marido era muito monossilábico. Isso me fez sofrer mesmo. Não é nem que tenha sido desagradável nem problemático. Eu sofri muito com isso. Eu sofria muito, achava muito difícil. Porque justamente essas coisas, por exemplo, que seriam a complementaridade para mim, faltava um pouco. Gosto

muito de fazer as coisas acompanhadas. Gosto muito de compartilhar. E ele, o meu ex-marido, ao contrário, fazia as coisas. Ele ia fazer. Ele ia resolver, sabe? Então eu sentia falta de... Táí, nesse sentido talvez eu fosse, com ele, uma mulher mais tradicional, porque eu não participava das coisas. Embora eu tivesse uma vida moderna, vamos dizer assim. Tinha minha vida, meu cotidiano e tal, mas me sentia muito alijada. E como isso acontecia em outras situações, e ele não verbalizava, não dizia “estou magoado, estou triste” e tal, para mim era sempre um tipo de punição. Para mim me agredia muito. Porque era como se fosse um exílio, você estar com uma pessoa que não está ali (Cristina).

O diálogo tem uma importância estruturante para relação dos entrevistados. Segundo os entrevistados, as decisões tomadas são previamente debatidas. Até a “exaustão”, para utilizar um termo do entrevistado. Ninguém detém a razão *a priori*. A partir de argumentos, pode-se convencer ou ser convencido. Contudo, deve-se ressaltar que a discussão dá-se em torno das questões práticas do cotidiano, como a educação dos filhos, a pertinência da compra de um carro, qual carro comprar, a construção da casa etc. Na sexualidade isto não acontece com a mesma intensidade. Rui falou de “*códigos silenciosamente construídos na relação*”, definidores de conduta. Esse silêncio faz-se particularmente presente quando se está lidando com a sexualidade. Quando a relação sexual não se concretiza, o diálogo cede espaço ao silêncio; o sentimento dos homens é de rejeição, o que provoca angústia. Mas estes sentimentos são permeados por uma busca de reflexão e racionalização dos atos.

Ao mesmo tempo em que reconhecem o direito da mulher em não querer ter relações sexuais, de não estarem disponíveis, reconhecendo que o corpo da mulher não é propriedade sua, por outro lado a negação da mulher estabelece muitas dúvidas e ansiedades. Dúvidas sobre o amor dela por ele, dúvidas sobre seu desempenho

sexual, o sentimento de culpa por não estar possibilitando o prazer à companheira, e raiva por ela ter o poder de dizer não, criando uma relação de dependência⁶⁸.

Essa foi uma fonte de angústia terrível para mim, no meu segundo matrimônio. Acho que foram momentos muito difíceis pela questão da rejeição. Agora, neste último matrimônio, eu acho que estou lidando muito bem com essa coisa da rejeição. Hoje eu já entendi que não é uma rejeição à minha pessoa. Hoje em dia, não passa de uma frustração assim pequena. E também é uma coisa que vai assumir, o fato de não ser correspondido sexualmente, um ponto de vista mais maduro: é um problema meu. É uma necessidade minha que precisa de outra pessoa para ser sanada. Então, se essa outra pessoa não está nesse mesmo momento, eu tenho que me virar. E tem várias formas de se virar, desde as mais perigosas até as menos perigosas. Eu acho que, nessa medida, a gente se torna mais responsável por nossos desejos (Pablo).

Um dos motivos que me levou a procurar terapia foi buscar entender, por exemplo, a rejeição, entender porque uma mulher tinha o direito de não me querer e querer outro, e que isso não era um problema necessariamente meu, e sim de opção dela (Cícero).

A equação de como agir nos momentos da recusa é marcada pela reflexividade. A ideia é de um projeto reflexivo (GIDDENS, 1992), que se dá por meio de uma profusão de recursos reflexivos: terapia e manuais de autoajuda de todos os tipos. As terapias proporcionam uma narrativa reflexivamente ordenada do eu. Os

68 Segundo a terapeuta Mabel Cavalcante, o sentimento de rejeição é um dos principais motivos que leva os homens a procurar a ajuda de uma terapeuta sexual.

entrevistados demonstram uma consciência reflexiva crescente do eu, provocada em parte por mudanças sociais externas e, em parte, por crises e transições pessoais.

Ela já falou que não queria e não foi legal para mim. E é uma coisa que depois, já agora recentemente, eu percebo que era coisa babaca minha, porque ela tem o direito de não querer também, e eu tenho que respeitar isso [...]. Das vezes que eu procurei e ela não quis, eu agi de uma forma babaca e é exatamente isso. Aí eu acho que entra a questão de macho. Apesar de que essa figura, isso não está tão forte em mim, mas em determinados momentos, é como se desse aquele lampejo dele dentro de mim. Eu acho que mistura vários sentimentos que pinta nessa hora. Acho que é dela estar escapulindo; de eu não estar satisfazendo a ela, porque ela não tem o interesse. E aquilo lhe fere profundamente. É um sentimento assim de ficar chateado, com raiva, entendeu? É uma coisa difícil de definir (Carlos).

É frustrante. Não é muito bom, não. Mas eu entendo legal, assim eu compreendo e tal, mas assim fica faltando, como se fosse uma coisa. – Pô! Eu estou louco para transar, ela não quer, disse não. Isso não é um não assim de que ela tem obrigação de transar comigo todas as vezes. Mas, eu não gosto. É, porque aí pode pintar, aí pinta a volta daquelas inseguranças trabalhadas, né, volta tudo na hora. Tipo – Pô, essa daí não gosta mais de mim, não está gostando de mim. Quando isto acontece, eu deixo um pouco para lá, porque é como se talvez eu estivesse numa situação em que ela está, e eu não gostaria que viessem perguntar para mim por que que eu não estou a fim (Olavo).

Em situações como esta, invariavelmente, o silêncio toma conta. O medo da rejeição é um sentimento muito forte, sendo que

em alguns casos tal sentimento cria um imobilismo diante da busca de prazer, como é o caso de Rui. Ele não procura a esposa com medo de uma negativa, deixando a cargo dela a iniciativa.

Ela é quem sempre me procura. Eu acho que é um pouco de medo meu de também procurar e receber um não. Eu sempre fui assim. Um pouco de medo mesmo. De medo de ser rejeitado. Quando eu ia para as festas, ainda garoto, a gente tinha que tirar as meninas para dançar e se elas dissessem “não” era a morte. Era o famoso “corte”. Era um negócio mortal. Era o poder da mulher. Nossa! E a gozação do pessoal. Aquilo me marcou muito. E eu acho que ainda hoje eu carrego um pouco desse negócio. Um “não” bastava para acabar comigo. Tão forte era o poder dela dizer assim – Não! Enorme. Não sei lidar com isso. Confesso com a maior franqueza: não sei lidar com o não. É um sentimento de rejeição (Rui).

Os sentimentos são múltiplos e contraditórios. Há um espaço entre o “certo”, assumido como a igualdade, e o “errado” que é vivenciado por meio de dúvidas. João foi o entrevistado no qual esta ideia do conflito esteve mais presente: casado durante 16 anos, e, segundo ele, em uma relação marcada pelo mais puro machismo. Quando o casamento chegou ao fim, teve de procurar terapia por se sentir totalmente perdido e rejeitado. Definiu o primeiro casamento como tradicional, no sentido que ele era o chefe da família, embora a esposa dividisse todas as despesas da casa e tivesse uma postura permanentemente contestatória de suas decisões e atitudes. Lidar com a rejeição é algo desestruturante para ele.

O medo da rejeição é grande. A questão de desempenho sexual, por exemplo, leva você a uma preocupação exagerada com o desempenho, quer dizer, você bota o desempenho na frente do sentimento, hoje eu consigo entender bem

isso, mas um tempo atrás, eu não conseguia fazer essa distinção. Há uma questão machista, isso eu consegui aprender agora, com as mulheres de hoje. Bom, de repente eu chego, o meu desempenho é ótimo, e eu sou bom de cama. Ela vai ter que ficar comigo, ela não vai querer outro, e na minha vida já aconteceu da namorada chegar e dizer: “não estou mais a fim, não quero mais, nosso relacionamento não está bom, tem algumas coisas em você que eu não suporto, não é isso que eu quero pra minha vida, foi legal, tudo bem, tchau”. Isso foi em 1996 e eu: “pô! E aí? E o orgasmo múltiplo que eu te dei, eu estou apaixonado, e aí?”, e ela: “sinto muito” (João).

Para ele, um dos símbolos fundamentais que lhe garantia tanto a sua identidade como homem, como o poder sobre as mulheres, o desempenho sexual, esvaziou-se. Sua identificação como homem passa fundamentalmente pelo falo⁶⁹. No momento em que o falo esvazia seu valor simbólico, transformando-se em pênis, ele sente que lhe tiraram alguma coisa. João vive uma luta constante para reconstruir sua visão das relações de gênero. A maior delas é reconhecer que a mulher é igual ao homem, “ela não é melhor nem pior”, e efetivar esta concepção na prática.

Eu vou dizer uma coisa horrível: ao longo desses anos todos, eu via a mulher como objeto e ainda hoje tem um resquício. Quando isso passa na minha cabeça, penso: “passa, não pense assim, sai de mim satanás!” Eu não quero pensar assim (João, grifo meu).

69 Para Giddens (1992, p. 138), “atualmente, grande parte da violência sexual masculina provém mais da insegurança e dos desajustamentos, do que de uma continuação ininterrupta do domínio patriarcal. A violência é uma reação destrutiva ao declínio da cumplicidade feminina”.

Heilborn (1992b) fala da discrepância entre discurso e prática, mas ocorre uma defasagem interna à própria ordem discursiva. A ordem discursiva, que dá sentido e coerência à ideologia individualista, luta para vencer essa “coisa horrível” que é não reconhecer o primado do indivíduo, independente de qual gênero ele seja. Duas ordens simbólicas (uma identificada com a ideologia individualista, outra com a hierárquica), convivendo na mesma subjetividade, cria colapsos e paradoxos.

Para Saffioti (1987), um dos traços que caracteriza o “poder do macho” é que para ele não importa que a mulher, objeto de seu desejo, não seja sujeito desejável, basta que ela consinta em ser usada enquanto objeto. Os homens entrevistados para esta pesquisa têm uma visão diferente. A própria definição do que seja uma “relação sexual boa” passa necessariamente pelo prazer da parceira, embora reconheçam que nem sempre haja o mesmo retorno para os dois, como salientou Aluizio. Também admitem que o fato de reconhecerem o direito da mulher em ter domínio de seus corpos e desejos, o que não significa que isto lhes seja indiferente.

A relação que estabelecem com a sexualidade se distancia do que Mendes de Almeida (1995) notou nos seus entrevistados: uma sexualidade marcada pelo “desfrute” e “predação”. Bem distante daquele imaginário colonial dos senhores de engenho, conforme tratado por Freyre, segundo o qual,

[...] é característico do regime patriarcal o homem fazer da mulher uma criatura tão diferente dele quanto possível. Ele, o sexo forte, ela o fraco; ele o sexo nobre, ela o belo [...]. A exploração da mulher pelo homem, característica de outros tipos de sociedade ou de organização social, mas notadamente do tipo patriarcal-agrário – tal como o que dominou longo tempo no Brasil –, convém à extrema especialização ou diferenciação dos sexos.

Por esta diferenciação exagerada, justifica-se o chamado padrão duplo de moralidade, dando ao homem todas as liberdades do gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para a cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado da obrigação, para a mulher, de conceber, parir, ter filhos, criar menino (FREYRE, 1951, p. 253-255).

A relação sexual é fundamental para manutenção do próprio relacionamento. Tenta-se vivenciar o orgasmo dentro de um processo de compartilhamento. O carinho antes, durante e depois fecha o ciclo do prazer. O prazer também se dá de forma relacional. Para chegar neste nível de “cumplicidade” entre os parceiros, eles acreditam que só é possível escutando e observando o que dá prazer à parceira.

A forma como estruturam a narrativa do que seja um bom relacionamento sexual liga-se ao que Foucault chamou de *ars erótica*. É a forma de produzir a verdade sobre o sexo a partir do próprio prazer que ele propicia e não por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, como a reprodução humana, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser conhecido como prazer, e, portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, “suas reverberações no corpo e na alma” (FOUCAULT, 1985, p. 105).

Um exemplo do “exercício” do *ars erotica* pode ser observado nestas falas.

Eu acho que eu aprendi muito isso com ele. Sabe isso de falar, de se soltar, de se dar ao direito a um monte de coisas. Acho que é mais simples na cabeça dele, mais fácil, mais leve. Então para mim também foi ficando uma coisa mais leve. Eu acho que a gente fala bastante. Coloco para ele o

que me dá prazer. A gente foi junto, foi, foi, e conseguimos ter orgasmo juntos. Hoje a gente sabe facilmente qual é o caminho para chegar ao orgasmo. A gente vai, não tem mais problema com isso. Sempre é legal. A gente sabe como é que faz para chegar lá (Maria).

Eu acho que o afeto, vamos dizer assim, essa coisa da sexualidade como aceitação, como uma pessoa aceitar a outra e tal está muito disseminada no relacionamento inteiro. Então eu acho que o espaço, vamos dizer da sexualidade em si, da transa e tal, fica mais livre. Menos carregado de significados (Cristina).

Neste processo de aprendizagem em lidar com o corpo e com o prazer do outro, a terapia cumpriu um papel central. É como se esta relação fosse o “tipo ideal”, sendo que uns se aproximam mais, (Carlos, Antonio, Olavo, Pablo, Ricardo), outros menos (Rui, Aluizio, João).

Eu acho que eu fui muito ciumento, então eu comecei a trabalhar muito essa questão na terapia, a posse e o ciúme. Por que eu sou tão ciumento? Por que da minha insegurança? Por exemplo, minha relação hoje com a minha mulher, ela tem a vida dela, eu tenho a minha vida. A gente convive junto, tem a vida a dois. Mas ela tem a vida dela. Ela faz o que ela quiser da vida dela. Ela vai para onde ela quiser na vida dela. Eu não interfiro. Eu gostaria de nunca impedir o seu crescimento, da vida como pessoa humana, como profissional. A minha relação atual é muito recente, ainda não fui colado à prova. Mas, teoricamente, eu tenho as coisas claras. Eu luto e tento não impedir nada. Porque, quando eu faço isso, estou fazendo por mim. Porque eu estou vendo o meu lado. Quando eu vejo isso aí, eu estou me defendendo, eu estou defendendo os meus direitos, as

minhas coisas, que são minhas e que eu só posso conquistar se eu também não impedir que a outra pessoa cresça, né?
(Olavo).

Quando os homens sentem que estão perdendo o controle, o poder sobre as mulheres, principalmente sobre seus corpos, o sentimento de rejeição pode ser vivenciado de inúmeras maneiras. A violência é a forma mais frequente⁷⁰. Isso não acontece com os homens que entrevistei. A negativa feminina é vivenciada silenciosamente: nem pancadas, nem palavras, mas uma busca de racionalizar a mistura de sentimentos que afloram. E o processador mais comum é: “ela tem direito de não estar a fim”.

O que eu acho é uma coisa que, às vezes, eu não sinto, é o que eu vou te falar. É que isso deveria ser aceito com mais naturalidade. Pô, a pessoa não está afim por uma série de fatores, não quer fazer. Hoje a gente vive uma vida tão conturbada, corrida, estressante. Então, às vezes é natural que a pessoa não queira. Então, acho que deve ser encarado com mais naturalidade isso. E nem sempre isso ocorre. Porque aí entra quando você está afim, com aquele tesão e tal, não quer? É como se jogasse um balde de água fria. Mas, por que isso não ocorre quando ela também quer e eu não quero? Por que ela aceita com mais tranquilidade? Eu acho que aí entra uma característica do feminino de ser mais compreensiva, mais sensível, entender mais as questões, sem considerar outras coisas que, às vezes, a gente considera, que é a questão de achar que está sendo

70 Ao longo da década de 1980, quando inúmeras entidades partiam em defesa da mulher e pelo fim da impunidade dos homens que batiam, violentavam e matavam mulheres, inúmeros artigos foram publicados nos jornais e revistas de grande circulação. De uma forma geral, estabeleciam uma relação entre a liberação feminina e as agressões dos homens, que se sentiam lesados, pois entendiam a mulher, seu corpo e seu destino como sua propriedade particular.

desprezado, que não está mais afim. Eu acho que a mulher é mais, tem essa predisposição natural de aceitar isso com mais tranquilidade (Carlos).

Mas, afinal, quem está com o poder? Esta questão é a mais difícil de ser respondida. Cícero ficou casado durante cinco anos. A separação, entre outros motivos, foi motivada pelo fato dele se sentir “sufocado” na relação.

Eu fui programado para acumular e aceitar determinadas coisas e não me contrapor e dizer claramente: é sim ou não. Eu entrava no jogo e ia aceitando, então eu fui muito bundão nesse aspecto, aquele que incorporava bem o papel do dominado na relação. Eu me senti dominado por muitas vezes, embora eu não saiba se essa era a intenção dela, mas isso resultou nesse sentimento de dominação. Na verdade, eu é que me permitia esse tipo de dominação. Depois que as coisas ficaram bastante críticas, é que eu fui de fato colocar pra fora, porque eu tinha que colocar de alguma maneira e acabou saindo, acabou explodindo. Eu tive muitos problemas físicos causados pelo emocional. Chegou um determinado momento em que eu estava me sentindo muito infeliz e não conseguia externar isso para ela e para os outros, eu não estava conseguindo colocar isso para fora e comecei a ter um problema de dores, dor nas costas, no coração, provocadas pela tensão emocional... Aí eu pensei: “se eu continuar, vou me matar”. Assim, eu tive que tomar essa decisão em função da minha vida; falei para ela que eu tava sentindo esses sintomas, que tava infeliz e que tava querendo outra vida pra mim (Cícero).

Rui, como Cícero e Pablo, também se dizem explorados na relação, tanto pela esposa como pelos filhos, devido ao volume de tarefas.

Tem hora que eu me sinto assim meio explorado, sabe. Aí, de repente, eu me sinto como a própria mulher, meio explorada. Muita tarefa. Por exemplo, os meninos não ligam para a minha mulher para falar de qualquer coisa. Ligam para mim. Só ligam para mim. A primeira pessoa que eles ligam é para mim. Particularmente, nesses momentos assim que eu me sinto explorado, eu penso em me separar. Nesses momentos em que eu me sinto explorado, eu penso não só em me separar dela, mas também dos filhos, para eles verem, sentirem, darem valor mesmo. É cansaço. Eu juro a você que eu já pensei. Mas eu nunca disse isso a ela não. Realmente eu pensei, sabe, de me isolar (Rui).

Da mesma forma que Rui, Pablo também assume a maior parte das tarefas da casa. Todos os outros entrevistados dizem que dividem as tarefas da casa. Os solteiros, quando não têm empregadas, cuidam de tudo sozinhos. Mas até que ponto eles fazem as tarefas da casa por obrigação ou por prazer? Com exceção de Antonio, todos veem as tarefas da casa como obrigação: tem de fazer. Mesmo que às vezes não materializem isto, veem como uma obrigação que deve ser compartilhada. Mas mesmo assim, tem o prazer de ficar em casa. “Curtir” a casa, os filhos, receber os amigos são alguns dos prazeres para eles. Não utilizaram a palavra “ajuda” para se referir à divisão das despesas da casa. Para os entrevistados casados, os salários dos dois entram na contabilidade da casa.

De uma forma geral, os homens não utilizaram a palavra “ajuda”. Foi justamente com Antonio que ela apareceu com mais frequência. Para ele, o espaço da casa não está interiorizado, não consegue lidar ou administrar este espaço, o que provoca muitos conflitos na relação com a companheira, embora avalie que está melhorando, descobrindo o espaço da casa, do privado. A palavra “ajuda” dá um sentido distanciado, de provisoriidade, não envolvimento, não pertencimento.

As mulheres, ao contrário, a utilizaram com mais frequência. Eram comuns expressões do tipo: “*ele é ótimo, me ajuda bastante*”, “*minhas amigas dizem que sou sortuda por ter um marido que me ajuda tanto*”. Nas suas falas, notou-se que há um reforço da ideia de que a esfera da casa, principalmente a cozinha, é um território feminino. Aluízio disse que gostaria de fazer mais, de ficar mais na cozinha, porém percebe que a companheira sente-se “*criticada*”, “*invasa*” no seu espaço.

A leitura que Aluízio faz da relação com sua companheira é bastante interessante. Há muita “*conversa*” sobre a educação da filha, buscam sempre “*agir de acordo*”, dividem as despesas da casa. Se nestes aspectos qualifica a relação como “*boa*”, na relação sexual acha que “*falta muito*”: ele sempre toma a iniciativa, não conversam “*sobre isso*”. Por um lado ele reclama de uma relação sexual mais negociada, por outro reconhece que é mais confortável.

Eu não converso muito sobre isso não. Eu acho que eu não vou ter, nesse caso, o entendimento que eu quero, que eu preciso ter. Às vezes, eu até reajo de momento, mas eu não chego a generalizar, criar uma teoria, a explicitar assim esse tipo de entendimento que eu tenho. Eu sinto que incomoda a ela que eu assuma papéis femininos, que eu vá para a cozinha ou que eu faça uma comida. Ela tenta evitar isso...

Uma relação sexual considerada boa deveria levar em consideração uma participação igual para o homem e para a mulher e a mesma recompensa, que houvesse a mesma satisfação dos dois, né? Eu sinto que importa mais a minha satisfação. No entanto, eu tento inverter isso, mas é difícil.

É mais confortável para mim. Às vezes, eu já tentei entrar no mundo dela várias vezes e encontrei barreiras, né, então para mim fica a questão de comodidade mesmo.

*Eu tive uma relação assim de muita igualdade total, uma mulher de total independência. E isso foi difícil de encarar pela minha formação. Se por um lado, racionalmente, eu admiro isso, gosto e tudo, para mim é mais difícil conviver com isso, desse tipo de mulher que toma iniciativa em todos os sentidos, que exige uma coisa absolutamente compartilhada e que... Aconteceu que sexualmente o meu desempenho caiu em função disso... Me atraiu muito essa pessoa, mas muito mesmo. E eu abdiquei de ter um relacionamento por mais tempo com ela porque me incomodava. No fundo, me incomodava. **Racionalmente, eu aceitava a coisa como uma coisa muito legal, mas...** É do tipo assim – “hoje nós vamos trepar”. Então, pronto, e vai e batalha por isso. É questão de comodidade também. Tem uma época que tudo é desafio para você. Tem outra que você começa (eu acho que é velhice mesmo) a avaliar o que é mais fácil para você e se ajusta mais (Aluízio, grifos meus).*

Novamente aqui, igual a Cícero, o racional é identificado com a ideologia igualitária. Tomando como referência apenas a relação sexual, pode-se qualificar o relacionamento que Aluízio tem com sua companheira como tradicional, no qual homem toma sempre a iniciativa, manda dentro de casa, cabendo à mulher obedecer. Nada disso. Aluízio queixou-se do controle que a companheira impõe na sua movimentação dentro da casa, diz se sentir limitado e vigiado pelos seus olhares. Como tem seu escritório em casa, isto gera muito mal-estar. Mesmo definindo a companheira como “fechada”, Aluízio não deixa de elogiá-la, assim, como fez em relação a todas as mulheres.

5.4 Inversão na representação dos gêneros

Tanto na fala de Aluizio como nas demais, há uma positividade da mulher. A mulher (em nenhum momento eles disseram “a minha mulher”, mas “a mulher”) é representada como símbolo de garra, de vontade, de sensibilidade, de energia, de força de vontade, de firmeza e determinação. Com relação à representação que fazem dos homens, acreditam que eles têm muito que aprender com as mulheres, traçando um quadro de “pobreza espiritual” dos homens. O que é valorizado como algo que deve ser seguido é o modelo feminino. Não se trata de “elogiar a diferença”, pensando-a como complementaridade, ou seja, o que o homem não tem, a mulher tem. Isto também não se limita à esfera da casa (uma boa mãe, companheira). As qualidades femininas são bastante ressaltadas tanto nos aspectos referentes à subjetividade, quanto na interação no ambiente de trabalho.

A mulher é mais sensível, é mais aberta. Eu tenho aprendido demais com a mulher. Dessa sensibilidade que é mais aguçada. Na minha formação anterior, talvez eu achasse que a mulher é um sexo frágil. Mas hoje, eu não tenho a menor dúvida. Tanto que eu busco isso – talvez despertar esse lado feminino meu. Com certa dificuldade, mas cada vez com mais certeza de que eu tenho que experimentar e descobrir a potencialidade que tem esse lado. Até porque meu outro lado não me mostrou muita coisa não (Otávio).

Eu acho que a mulher é melhor do que o homem. A mulher tem mais habilidade do que o homem. Para te ilustrar, do ponto de vista profissional, isso está acontecendo com uma frequência muito grande. Sinto que as mulheres estão tomando conta das posições masculinas com muito mais competência. Principalmente em termos de liderança, de

garra até profissional mesmo. Muito sério. O SEBRAE hoje é uma instituição em que as mulheres estão tomando conta totalmente de todas as áreas. Lá, equipes inteiras são formadas por mulheres. Os homens são exceções. São gatos pingados (Cícero).

O homem manda mais. Aí é que tá o negócio. Você trabalha com a mulher sem ter a sensação de estar sendo mandado. Já aconteceu no começo da minha carreira profissional ser chefiado por uma mulher. Houve um período em que as mulheres, para se firmarem, adotaram uma posição muito radical e tiveram que fazer isso porque não tinha chance delas entrarem. E nessa época eu senti isso. Eu também era mais novo, compreendia menos essas coisas. E que eu fui chefiado por uma mulher. Hoje, minha ideia, minha imagem é completamente diferente. Eu não sinto nenhum problema de ser chefiado por uma mulher. Ser dirigido. Eu acho que elas são mais cooperativas. Elas trabalham mais com a liderança do que com o mando. São mais cooperativas (Aluizio).

Eu não acho que a mulher seja frágil, não. Chegaram a dizer que emocionalmente as mulheres são mais fortes que o homem nesse momento. Eu não sei se eu estou me espolhando nisso, mas eu acho que a mulher é mais forte que o homem (Olavo).

Tais falas coincidem com a afirmação de Nolasco⁷¹, segunda a qual houve uma inversão na representação social do homem. Em um curto espaço de tempo, apenas 30 anos, o homem (provedor material e chefe da família), que era representado através de seriados como

71 Entrevista com Nolasco em julho de 1996.

“Papai sabe tudo”, passou a ser representado por personagens como Homer Simpson, do seriado “Os Simpsons”, ou Dino, o dinossauro-pai do seriado “A Família Dinossauro”. Homer e Dino têm alguns traços em comum: são alheios a tudo que diz respeito aos filhos e a casa, não gostam de pensar e trocam qualquer coisa por uma cervejinha⁷². “O poder é ter o controle remoto da televisão”⁷³. Enquanto as mulheres construíram modelos positivos, o homem está carente deles. É como se o masculino deixasse de agregar valor ao indivíduo. Isto faz alguns homens buscarem outro campo de representação (identificado socialmente com feminino) para denominar vivências não classificáveis como pertencentes ao padrão comportamental masculino.

Ao contrário das falas dos homens, as mulheres definem seus companheiros como exceção, na definição do jeito do homem agir⁷⁴. Para elas, o padrão de masculinidade é aquele que vê a mulher como inferior, como frágil, que está mais preocupado com o “gozo” dele.

Os outros homens que eu conheci, os outros namorados, principalmente os mais novos, é uma imaturidade, uma coisa que não aprendeu ainda a ser. Não desenvolveu ainda. Eu já tive uns namorados que “meu Deus do céu!”, eram brancos de tudo. Possessivos, não sabem o que é o aconchego, não sabem o que é namorar. Já tive relações

-
- 72 Em um dos episódios de “A Família Dinossauros”, a filha pergunta à mãe:
 – Mãe, os machos já nascem nojentos?
 – Essa pergunta já vem sendo feita há milênios. Eles já nascem nojentos, mas têm que conviver com os outros para se tornarem insuportáveis”.
- 73 Fala de Dino, em um dos episódios exibidos pela Rede Globo.
- 74 Algumas telenovelas oferecem um rico material para análise das mudanças nas representações dos gêneros. Fernando de Barros e Silva, na *Tvfolha* de 25 de janeiro de 1998, afirma que na novela “Por amor”, do autor Manoel Carlos, não há personagens masculinos, mas apenas mulheres e “bananas”. Eles não passam de escadas ou penduricalhos funcionais. Os homens não atuam, constam na tela, são homens de cera, “fantoques falantes”.

que contrastam drasticamente com a que eu tenho hoje
(Cleonice).

Homens e mulheres reconstroem a imagem do seu gênero e do outro gênero à medida que novas concepções de relação são construídas. A concepção igualitária propicia uma desconstrução da imagem da mulher associada a valores considerados negativos (tais como emoção, fragilidade, resignação, incapacidade das mulheres em usar a razão, incapacidade de lutar contra ocorrências adversas, conformada com seu destino de ser dona de casa, insegura etc.) não corresponde à realidade para os entrevistados. Modelos comportamentais tidos como tipicamente femininos, como a sensibilidade e a afetividade são positivados, ao mesmo tempo em que outros, como a racionalidade, a garra, a obstinação, a determinação, são alocados no feminino.

Esse processo de redefinições da imagem que se produz dos gêneros vincula-se às mudanças que estão sendo gestadas nas relações de gênero. A valorização do feminino e uma crítica aos modelos comportamentais vinculados ao masculino podem significar uma redistribuição de poder nas esferas sociais que agregam valor ao indivíduo, no caso, a esfera pública. Para verificar tal relação, acredita-se serem necessários estudos que vinculem o estudo das relações de gênero a contextos específicos e não mediante generalizações.

6

A ideologia individualista e as relações de gênero

A emergência de uma nova forma de organizar a subjetividade e de estruturar as relações de gênero deve-se, em grande medida, a dois fatores: a emergência e incorporação da ideologia individualista e a liberação feminina.

A incorporação da ideologia individualista é um processo vivenciado tanto por homens quanto pelas mulheres. O que provocará conflitos existenciais e crises não é a ideologia individualista, mas a convivência nas subjetividades com outra ideologia, a hierárquica.

A explicação para coexistência nas subjetividades de duas visões de mundo pode ser dada ao considerar o ritmo acelerado das mudanças na sociedade, sejam econômicas, sociais e culturais. A formação, cristalização e armazenamento de identidades que se sucedem rapidamente garantem ao tempo biográfico uma importância crucial do que teria em sociedades que mudam mais lentamente (FIGUEIRA, 1987).

Uma das “novidades” que marca a nova dinâmica social é a presença feminina na esfera pública, seja no mercado de trabalho, nas universidades ou/e em cargos de chefia. Perante essa nova realidade, os homens veem-se diante de uma mulher que rediscute seu lugar no mundo da rua e no mundo da casa. Para os homens, conviver com esta nova realidade nas relações de gênero, principalmente nas relações amorosas, tem sido uma rica fonte de questionamentos, reelaborações de verdades e conflitos existenciais.

O questionamento da identidade masculina deve-se, por um lado, às transformações macrosociais e, por outro, a um processo que se dá nas microinterações cotidianas, como parte de situações locais, contextuais, que fornecem as formas e os conteúdos específicos dessas transformações e, mais especificamente, nas relações de gênero que acontecem na vida privada.

A “invasão” da ideologia individualista nas subjetividades, criando uma descontinuidade com a experiência socializatória primária, e as conquistas femininas nos últimos trinta anos, são os propiciadores do “mal-estar” que atinge os homens entrevistados.

Como salientou Santiago, o homem está onde nunca esteve, pois passa por uma crise de identidade. Após o feminismo, a antiga e universalizante noção de homem dissipou-se.

[...] o homem já não confunde a sua própria crise com a crise da História e da humanidade. O novo lugar que

ocupa, aparentemente secundário, medíocre e desvantajoso, retira-o da condição de único provedor e, por isso mesmo, único mártir, e leva-o a dialogar com as forças plurais que o cercam e o questionam, conduzindo-o a uma atitude que, longe de negar a sua busca de identidade, procura construí-la sem detrimento das identidades de outros grupos em nome dos quais egoísta e autoritariamente falava (SANTIAGO, 1995, p. 102).

O processo de questionamento que os homens aprenderam na infância sobre o “certo” e o “errado”, no que diz respeito aos papéis do gênero masculino, para alguns teóricos (entre eles, Nolasco) não é fruto da mudança ocorrida a partir da inserção das mulheres na esfera pública, pois não é possível

[...] restringir a transição vivida hoje pelos homens a particularidades e ao movimento de mulheres. Isso seria negar que o próprio movimento de mulheres decorre das transformações sociais iniciadas no século XVII. Desse ponto de vista, o feminismo seria uma tentativa de “reparação” da identidade das mulheres, tal como está acontecendo com os homens (NOLASCO, 1993, p. 23).

Concordo que tanto as transformações nos papéis das mulheres e dos homens estejam inseridas em um processo macro, identificado com a “fragmentação e/ou diferenciação de esferas da vida social e cultural” (VELHO, 1986, p. 77) e com a complexidade da trama social, que implica uma heterogeneidade de experiências e intercâmbios sociais. Quando, porém, a partir da perspectiva relacional, nota-se que se estabeleceu uma redefinição na relação polar e hierárquica que sustentava as relações de gênero, tendo sido o movimento de mulheres o propiciador e desencadeador dessa crítica e mudança, os homens têm que se posicionar diante delas. Caso concordasse com Nolasco, não poderia pensar a construção da identidade de gênero

relacionalmente, como se vem tentando fazer até aqui. As identidades e práticas sociais não são formuladas pelos sujeitos isoladamente, mas se encontram em relações de permanente reciprocidade.

Como as diferenças que existem na relação de gênero são construídas histórica e culturalmente, com a mudança em um dos lados, o outro tende a se posicionar, seja afirmando, negando ou ainda buscando se situar e encontrar sua identidade de gênero, no panorama mais geral das transformações nas identidades sociais.

Para Giddens, a insatisfação do homem com os papéis sociais que lhes são atribuídos é provocada inicialmente pelo cansaço desses com a função de provedor material.

Até cerca de 30 ou 40 anos atrás, esperava-se que um homem se casasse e sustentasse uma esposa; qualquer um que não agisse desta maneira era encarado como suspeito. Em determinado momento, no entanto, os homens ficaram cautelosos em relação ao casamento e em terem que enfrentar as suas exigências econômicas. Ainda tinham como objetivo o sucesso econômico, mas, necessariamente, não mais acreditavam que deveriam trabalhar em benefício de outros [...]. Na opinião de Ehrenreich, os *beatniks* e os *hippies*, que surgiram para questionar a vida do trabalho fatigante, do homem convencional, reforçaram ainda mais as mudanças já em andamento, pois rejeitavam o casamento, o lar e a responsabilidade doméstica (GIDDENS, 1992, p. 166-167).

As transformações perceptíveis ao nível macro e de indicadores econômicos (como a participação da mulher no mercado de trabalho, na universidade, na vida política, social e cultural da sociedade) começaram a estabelecer uma relação diferente com os homens, colocando em xeque seus valores e crenças, pautados na superioridade física, intelectual e sexual. Nas relações de gênero, o

fato das mulheres não aceitarem mais passivamente serem exploradas pela dupla jornada de trabalho e de verem seus corpos sendo usados apenas para dar prazer ao homem, estabeleceu uma discussão às vezes difícil de suportar, principalmente para os homens.

6.1 A ideologia individualista e as mulheres

A partir do fim da Segunda Guerra Mundial, emergem em todo mundo, inclusive no Brasil, movimentos pelo aprofundamento das conquistas democráticas e pela constituição dos Estados de Direito Democrático. Cada vez mais intensamente, a estrutura hierárquica da sociedade é posta em xeque por meio da luta pela efetivação jurídica, política, social e econômica da premissa filosófica, de inspiração iluminista, de que todos são iguais.

A filosofia iluminista legitima as relações hierárquicas entre homens e mulheres nas esferas públicas e privadas. No entanto, a própria filosofia iluminista, ao incentivar valores universalistas, igualitários, “empurrou” as mulheres para a esfera pública e infiltrou os pilares da estratificação de gênero. Foi com o fundamento de que todos são iguais, formulado pelos teóricos contratualistas⁷⁵, que muitos movimentos de mulheres se organizaram.

A ideologia fundante das sociedades, segundo a qual “todos os homens nascem livres” (ROUSSEAU, 1994, p. 25), está prenhe de contradições: ao mesmo tempo em que define a igualdades de todos,

75 Considera-se como teóricos contratualistas Hobbes, Locke e Rousseau. Cada um, ao seu modo, enxergava a necessidade de um contrato social, fundamento para a constituição da sociedade civil. Fosse este contrato para conter as paixões humanas (Hobbes), para garantir a propriedade (Locke), ou para garantir a igualdade aproximativa da propriedade (Rousseau), o Estado nasceria das vontades dos indivíduos.

atribui, exclusivamente, ao gênero masculino a capacidade e os atributos necessários para participar e celebrar contratos.

Segundo Vaitsman (1994, p. 32),

O individualismo, que parte do princípio de que os indivíduos são iguais e livres, legitima as relações de dominação através de um discurso universalista. E isso oculta o fato do *status* das mulheres ser determinado por uma relação atribuída, de gênero, com os homens, o que constrange a sua condição de indivíduos. A participação crescente das mulheres nas atividades públicas e a conquista de direitos formais de cidadania não apenas desafiaram a hierarquia sexual moderna, mas atingiram em cheio o coração da família.

Se as teorias dos contratualistas foram fundamentais para a construção de uma nova sociedade, baseada na exploração do trabalho abstrato (MARX, 1975a) e rompimento com as bases feudais, as mulheres não foram incluídas nessa metanarrativa do sujeito universal. Para Pateman (1993, p. 17),

[...] o contrato original cria ambas, a liberdade e a dominação. A liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original, e o sentido civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal.

As desigualdades entre os gêneros foram justificadas pela representação simbólica de uma natureza feminina não apenas diferente, mas oposta e subordinada à natureza masculina. Na filosofia iluminista, há uma reelaboração das fronteiras hierárquicas do masculino e feminino. E, nesse processo, de reelaborações, outros

contratos são acertados com o objetivo de dar sustentação ao contrato original. Pateman (1993) destaca que o contrato sexual, que operou a divisão da sociedade em duas esferas antagônicas, o público e o privado, negou a condição de indivíduos às mulheres. Este contrato toma a forma de contrato matrimonial.

As relações de gênero, baseadas na polaridade masculino x feminino, estabeleciam como norma social que cada uma das partes tinha um papel específico na reprodução da vida social, cabia ao homem a função de provedor material, voltado para o mundo da rua, e à mulher a de provedora moral, encarregada da educação e integridade moral dos filhos e das tarefas domésticas.

Ao longo dos anos 1960, o Brasil vive uma expansão das classes médias urbanas, propiciada pelo processo de modernização industrial que tivera início no Governo JK. As mulheres passam a ter uma participação mais efetiva na esfera pública, fazendo com que a realização pessoal não passasse tão somente pela constituição da família. Outras expectativas e projetos são construídos, sendo estes vinculados à inserção na esfera pública.

As mulheres lutaram para serem reconhecidas não mais como um ente genérico, que se escondiam atrás do rótulo de mães, esposas, filhas; queriam ser reconhecidas pela capacidade de decidir, discernir; como seres únicos, como indivíduos. O casamento deixou de constituir um fim em si mesmo – tornando-se uma das dimensões de sua vida. Outros projetos e aspirações foram incorporados, entre eles o sucesso profissional. A insatisfação das mulheres com o papel reservado para seu gênero e a luta para romper com tais definições desafiavam um conjunto de práticas e valores que conformavam os fundamentos de legitimação de um sistema hierárquico de relações de gênero.

As mulheres passam a ter “visibilidade” social no momento em que começam a participar de movimentos sociais globais, como

a luta pelo fim do Regime de 64 (sendo que várias militantes foram assassinadas pela Ditadura Militar), do movimento pela ampliação das conquistas democráticas, do movimento docente das universidades, das greves, da luta pela reforma agrária, entre outros. Paralelamente às lutas de cunho mais geral, forjou-se uma articulação nacional e regional que discutia questões mais inerentes ao gênero feminino: direito a salários iguais aos dos homens por trabalho igual, direito ao aborto, denúncia da violência dos homens contra as mulheres e de outras formas de discriminação.

O movimento de mulheres pode ser visto como um aprofundamento e extensão do individualismo, visto que as mulheres passam a ter aspirações e a construir identidades não mais ligadas exclusivamente à esfera privada. Isto estimula a instabilidade e a volatilidade nas relações íntimas, tanto no casamento como na família, favorecendo a reformulação permanente de projetos, vontades e aspirações individuais (VAISTMAN, 1994). Uma das consequências desse processo de questionamento e mobilização das mulheres é o enfraquecimento da metanarrativa patriarcal, que legitimava a hierarquia sexual nas sociedades modernas⁷⁶.

6.2 A ideologia individualista e os homens

Afirmar que as mulheres lutaram para conquistar espaços públicos e serem reconhecidas como indivíduos não significa que todos os homens já tinham “conquistado” plenamente sua condição de indivíduo ou se enxergavam como tal. Na verdade, o homem também é visto e cobrado socialmente como ente genérico: o provedor,

76 Sobre a relação entre o feminismo e a ideologia individualista, ver; Vaitsman, 1994; Pateman, 1993; Badinter, 1986; Nolasco, 1995; Sorj, 1992; Ardaillon e Caldeira, 1984; entre outros.

o esposo, o pai. O que há é uma diferença na valorização que o social atribui ao desempenho das funções complementares dos sexos.

O homem, como provedor material, interage em uma esfera positivada, o mercado, onde, segundo a doutrina liberal (SMITH, 1986), as capacidades individuais encontrariam-se e seriam colocadas à prova. O vencedor seria aquele que conseguisse maior êxito na obtenção de lucros, com o “suor do próprio rosto”.

Segundo a doutrina liberal, o sucesso, como mérito pessoal, deve ser perseguido com obstinação. Mesmo os mais pobres, se acreditarem em sua capacidade, poderão reverter sua situação. Então, é principalmente no mercado que se obtém o reconhecimento da condição distintiva de indivíduos, é a esfera que atribui valor. Como eram os homens que controlavam esta esfera, estes poderiam, potencialmente, ser considerados indivíduos. As mulheres, por sua vez, foram excluídas dessa esfera que confere mérito e onde a racionalidade é exercida plenamente. Elas foram tidas como “naturalmente” inferiores⁷⁷.

O homem começa a se ver como indivíduo quando começa a duvidar e questionar os papéis socialmente atribuídos, recontextualizando a relação indivíduo e sociedade, tornando-a tensa e conflituosa. É nesse momento que ele começa a se diferenciar dos outros e passa a se perceber como um ente singular. Percebe que antes de ser o marido, o que provém materialmente a casa, ele continua sendo portador de um corpo e de uma subjetividade que lhe pertence, que é anterior. Ele não é englobado (DUMONT, 1985) pelos papéis sociais; antes, ele os antecede. E este processo é tão recente para homens quanto para mulheres.

77 O livro *O que é uma mulher?* (Thomas, Diderot e d'Epinay, 1991) resgata a polêmica sobre a “natureza da mulher” a partir de texto de alguns iluministas.

A ideologia, que é definida por Dumont (1985, p. 18) como “um sistema de ideias e valores que tem curso em um dado meio social das sociedades modernas”, nas sociedades está fundamentada no indivíduo⁷⁸ e no igualitarismo, em contraposição às estruturas holistas e hierárquicas de outras sociedades.

Nas sociedades hierárquicas, o todo (social) engloba as partes (as pessoas). O valor é entendido como o operador da diferença no interior de uma relação hierárquica. O indivíduo nas sociedades modernas, ao contrário, é indivisível, é o elemento que confere sentido à vida social. Nas sociedades holistas, a totalidade precede ontologicamente a parte, sendo que esta só adquire sentido dentro de um contexto maior. Nas sociedades modernas, com o aparecimento da categoria de indivíduo como valor estruturante, a representação da totalidade enfraquece-se. O indivíduo é percebido como uma realidade anterior, possuindo um estatuto de precedência lógico-valorativo sobre toda e qualquer relação social; é um valor que representa a humanidade. Isto faz com que, nas sociedades modernas, haja a rejeição ao englobamento do indivíduo pela sociedade.

O individualismo – nome que se dá ao sistema moderno pela afirmação da representação estruturante concedida ao indivíduo – ao contrário, desprivilegia a totalidade mediante o deslocamento valorativo para a singularidade e autonomia das partes. A igualdade que funda a configuração moderna ou individualista firma-se na indiferenciação (HEIBORN, 1992a, p. 25).

As sociedades modernas se perceberam em um impasse quando os princípios universais da modernidade não conseguiram ser implementados. Sendo que, no caso dos homens, além do

78 Sobre as diversas teorias e abordagens sobre a categoria indivíduo no Brasil, ver Heilborn (1992a e 1992b), Salem (1986) e Velho (1986).

questionamento mais geral da ideologia hierárquica, isto também significa uma redefinição da identidade do gênero masculino a partir dos movimentos feministas.

6.3 A ideologia individualista, as mulheres e os homens

Seja devido às mudanças propiciadas pelas mulheres ou pela incorporação da ideologia individualista, os homens passam a enxergar a relação entre indivíduo e sociedade como antagônica. A sociedade é referida como algo externo, que impõem, limita, reprime, condiciona; que atribui valor a coisas sem valor. A educação que receberam é qualificada como tradicional e rígida. Há uma incompatibilidade com o social, com os condicionamentos sociais. Esse antagonismo ficou claro na fala de alguns dos entrevistados.

O primeiro ponto para eu poder existir foi localizar-me neste mundo. Mas eu acredito que isso deveria ser o ponto para todas as pessoas, homem, mulher – o que eu estou fazendo nesse mundo? O que é que significa isso? Por que eu estou aqui? Que história é essa? Por que eu tenho que fazer isso, por que eu não tenho que fazer aquilo? Por que existem essas diferenças tão violentas? Uns não têm nada, outros têm tudo, uns são assim, outros são assados, por que as coisas acontecem desse jeito? Compreender isto eu acho que é o papel de todo mundo. Essa coisa sempre me incomodou, essa inconsciência generalizada. O cara nasce, cresce e morre, mas não sabe de nada, não tem a menor noção do que está fazendo no mundo. Então, isso aí eu acho que é o papel que todo mundo deveria ter; era pelo menos buscar isso algumas respostas. O que é que você gosta? O que é que você acha que você deve fazer? – e partir para fazer (Marcelo).

Eu já tinha muitos questionamentos quando eu fui fazer o curso de Ciências Sociais. Eu acho que eu já estava mais ou menos desvirtuada no sentido da “boa socialização”. A opção do curso já foi por uma inquietação. E essa questão da feminilidade para mim era muito importante, muito significativa. Eu queria agir contrariamente a muitos padrões, padrões de mulher. Até de como se arrumar, do quê que era, vamos dizer, o atrativo feminino para um homem e tal. Então, questionei muito isso aí (Cristina).

Eu tive uma formação muito rígida, dos anos 1950, né, uma formação realmente muito rígida. Mas eu abandonei isso tudo através de um processo de trabalho mesmo. Eu fiz muita terapia, muito processo de descondicionamento, de injunções familiares. Tudo isso foi me liberando porque eu acho tudo uma bobagem. Eu percebi logo que isso aqui, tudo que a gente vive é um teatro. Nada era real. O real estava na essência das pessoas, e que os papéis que a gente representava era tudo teatro. E isso me angustiava. Eu não encontrava nem religião, nem nada. Aí eu fui à terapia. E quando eu percebi esse negócio me angustiou bastante porque eu não encontrava uma resposta. As pessoas falavam uma coisa, eu via que elas queriam dizer outra. E eu comecei a ver que as coisas eram mais ou menos assim. Eu não acredito que os fatos sejam em si mesmos aquilo. Eles estão representando alguma outra coisa. Então eu estou distante muito desse universo cartesiano, de isso é isso, isso é aquilo [...]. Sabe, levei muito tempo para perceber que vivemos num mundo muito repressor. Tive que tomar consciência, intelectualizar as coisas que estão à minha volta, para poder me compreender. De que forma que eu posso expressar isso através do que eu faço, da minha arte? De que forma que eu posso conviver com isso sem estar aí na rua rasgando dinheiro, entendeu? De que forma que eu

posso colocar isso na minha vida de forma harmoniosa? Mas isso não foi um estalo. Para conseguir as respostas que me harmonizavam, levou muito tempo (Ricardo).

Na fala de Pedro, pode-se notar que a construção da identidade é um fenômeno que deriva da relação conflituosa entre subjetividade e a sociedade, dos papéis sociais definidos e da insatisfação dos indivíduos. Esse processo “reflexivo do eu” (GIDDENS, 1992) dá-se em todas as esferas, do privado ao público. E é neste processo de tentar entender o mundo que o cerca, seu lugar dentro dele, que há um repensar sobre a base na qual está estruturada a própria vida. O que antes tinha valor passa a não ter mais; o que antes era importante, já não é mais.

Nesse processo de reflexão, emergem as crises existenciais. Tanto os homens quanto mulheres definiram a crise existencial como algo que os faz parar e pensar: “o que há nisto tudo para mim?”, “para que tanta luta?”, “quem sou eu?”, “o que eu quero da minha vida?”. É uma busca ontológica pelo sentido da vida.

Eu já tive muitas crises, muitas, várias. Elas me imobilizavam muito. Uma tendência à depressão mesmo, né. Então, era a morte, falta de energia mesmo, zero (Rita).

Sempre tenho crises existenciais. Sempre tenho. As minhas crises existenciais têm muito a ver com a diluição do meu desejo fundamental, como por exemplo, essa questão que a gente não sabe para quê que está estudando, para quê que está tocando piano, para quê que está fazendo as coisas. Esse fantasma vem. Acho que é a perda do sentido da brincadeira. Na verdade é isso. Quando eu era adolescente, era muito animado, muito apaixonado pelo piano, por tirar música de disco, para tocar piano como aqueles pianistas que eu ouvia nos discos. Também era uma coisa que me

motivava e apagava da minha cabeça essa coisa do cotidiano, do tédio. Na minha juventude, eu não tive tédio por essa razão. Mas depois, na idade adulta, eu perdi um pouco isso. Então, de repente, aqueles que eram meus ídolos já não gosto tanto como tocam. Então, o piano perdeu um pouco o sentido. De tempos em tempos, eu caio nesse marasmo, de para onde que eu vou, de não ter essa questão da paixão clara. Qual é a paixão mais clara? Por isso que é coisa do cotidiano mesmo, ter que garantir o dia a dia (Pablo).

O sentido para a vida não está dado, não existe *a priori*. É construído por meio de reflexões desestruturantes. Aluízio viveu intensamente (e dramaticamente) esta experiência. Militante da Esquerda na época da Ditadura Militar, após se formar em Jornalismo, foi trabalhar no governo. Fez a opção por ganhar dinheiro, “*se dá bem na vida*”. Como ele definiu, foi “cooptado” pelo Regime Militar. Depois que se separou da esposa e da morte do pai, repensou todos os valores que estruturavam sua vida até chegar à conclusão de que tinha feito opções equivocadas.

Logo após a separação, eu fui internado duas vezes. Da primeira vez, foi um surto paranóico. Eu não tinha consciência de que eu estava ruim não. Saí, comecei a dar muito problema. Uma das coisas que eu fiz foi botar fogo na minha casa. Essa foi uma das coisas que eu fiz. Comecei a beber, a me drogar. Esse processo de questionamento era em função das coisas começarem a perder o sentido para mim. Eu acho que eu pensava nessa forma de viver, estruturado em família e tudo. E de repente, eu me vi sem nada. Também eu acho que havia um grande problema em mim, do ponto assim de entendimento, principalmente do lado emocional. Eu fui muito dependente de outra pessoa, minha ex-mulher. Havia grandes problemas em mim que eu não tinha resolvido.

Havia uma cobrança em mim muito grande do ponto de vista existencial, porque houve um momento em que eu rompi com as minhas ideias de Esquerda principalmente, e passei a optar por um bom salário e por uma posição mais alta. E eu senti que estava em dívida comigo e com a humanidade, vamos colocar assim. E foi um período muito triste, de muito fechamento, nessa época no auge da Ditadura e da tortura, que foi em 1970, né. E eu me sentia culpado porque eu trabalhava no governo, eu tinha um ótimo salário e tinha todas as condições. Eu me sentia culpado e dividido por estar cooptado pelo sistema [...]. Então, eu acho que foi uma atitude muito pragmática que eu tomei de falar: “não, agora eu vou viver minha vida profissional. Eu vou trabalhar com quem me paga mais e pronto”. E isso me custou muito. Eu acho que isso também foi uma coisa que abalava a minha autoestima e que na época que eu construí minha casa e construí minha vida. Minha vida estava toda montada, toda “arrumadinha”. Ela desmoronou. Então aí que eu me senti também culpado por isso. Quer dizer, então eu tinha optado por uma coisa que não tinha consistência (Aluizio).

Tudo que Aluizio acreditava que tinha valor, que justificava sua própria existência, deixou de ser, volatizou-se. Para que ter uma casa? Ele a queimou. Para que ter um emprego? Ele o abandonou. Para que ter um corpo? Quis suicidar-se. Estas questões marcam a efemeridade do existir e a permanente reflexividade (GIDDENS, 1992).

Eu não tenho nada resolvido. Longe de estar resolvido. São reflexões que atualmente eu faço. No momento, elas estão me harmonizando, me oferecendo uma visão de mundo, certa harmonia de vida. Acho que só vou parar de refletir sobre tudo isto que está aí quando eu morrer (Ricardo).

Embora o indivíduo passe por crises de identidade marcadas pela multiplicidade de opções e pela transitoriedade, ele parece administrar melhor a fragmentação, incorporada como um dado de uma identidade que, justamente por isso, reconstrói-se permanentemente, em um processo contínuo, como frisou Otávio.

Eu acho que o processo tem que ser contínuo e ininterrupto. Agora o que eu tô sentindo é uma necessidade de continuar mudando, mas eu preciso ter uma capacidade de adaptação, para não sofrer tanto (Otávio).

Para Tocqueville, as insatisfações com o que se é, com o que se tem, tendiam a se transformar de uma característica individual para uma marca distintiva de uma sociedade.

An american will build a house in which to pass his old age and sell it before the roof is on; he will plant a garden and rent in just as the trees are coming into bearing; he will clear a field and leave others to reap the harvest; he will take up a profession and leave it, settle in one place and soon go off elsewhere with his changing desires... At first sight there is something astonishing in this spectacle of so many lucky men restless in the midst of abundance. But it is a spectacle as old as the world; all that is new to see a whole people performing in it⁷⁹ (TOCQUEVILLE, 1967, p. 98).

79 “Um americano vai construir uma casa para passar sua velhice e a vende antes de terminar o telhado; ele vai plantar um jardim e o aluga antes das árvores crescerem; ele vai limpar um campo e deixa outros fazerem a colheita; ele tem uma profissão e vai deixá-la, ele se estabelece em um lugar e logo irá para outro com seus desejos de mudanças... À primeira vista, há algo de surpreendente neste espetáculo de tantos homens de sorte agitadas no meio da abundância. Mas é um espetáculo tão velho como o mundo, tudo o que é novo para ver todo um povo realizado nele” (Tradução livre).

Tocqueville falava da sociedade americana. Contudo, nos discursos dos entrevistados, há essa inconstância de uma forma generalizada. Casar, ter filhos, uma família, uma profissão não elimina as dúvidas, nem é garantia da felicidade. Mesmo os entrevistados que estão casados há mais tempo (Antonio, Rui e Carlos) não descartam a possibilidade de recomeçar novos relacionamentos.

Durkheim (1984) chamava nossa atenção para o acelerado processo de individualização que estava em curso nas sociedades industrializadas e para o perigo de desintegração social que isto poderia acarretar, fazendo com que os indivíduos isolassem-se da vida social e não encontrassem justificativa para manter-se em sociedade⁸⁰. Para ele, a consciência coletiva é produzida lentamente e deve modificar-se do mesmo modo. Quando as transformações são abruptas, não tendo tempo para produção de uma nova consciência coletiva, cria-se um vácuo moral. Essa ausência moral traz o perigo da desintegração, fazendo com que o indivíduo perca-se no meio social, ficando “solto”.

O aspecto mais importante da abordagem de Durkheim para discussão desta temática é perceber que a falta de uma justificativa para o indivíduo permanecer em sociedade não é um fato isolado. A consciência individual vê a consciência coletiva como antagônica, fazendo com que não exista espaço para uma visão totalizadora da realidade. As respostas têm de ser buscadas por meio de um processo de análise e autoanálise. É como se fosse um processo de confronto permanente. Não adianta buscar as respostas em contextos externos, sociais, como família, religião, no grupo de amigos. Elas só podem

80 Durkheim (1992), ao estudar o suicídio como um fato social, estava preocupado justamente em demonstrar como a falta de solidariedade social é um perigo para sobrevivência da própria sociedade. O suicídio típico das sociedades modernas é o anômico. Como os indivíduos não têm suas vidas reguladas pelos costumes, ou por uma moral integradora, a consciência individual transborda, abarcando a consciência coletiva.

ser encontradas por intermédio do autoconhecimento, do “descobrimiento de zonas escuras” na subjetividade.

Homens e mulheres descobrem que o fato de terem razão não é suficiente para entender-se, para se sentirem plenos. Eles também têm inconsciência, descobrem que não são plenos, são “esburacados”, segundo expressão do psicólogo José Neponuceno, numa perspectiva lacaniana, para referir-se aos homens que buscam seu consultório.

Todos nós somos esburacados. Não são os buracos do corpo; é um buraco da alma, que eu diria. Isso é uma procura “sem sentido”. Nem homens nem mulheres têm a chave da plenitude. Dizer nós somos plenos, totais, absolutos. Isso não existe. Cada um tem que viver com aquilo que não tem que é a falta, né, esse buraco (DIÁRIO DE CAMPO, s/l, 1996).

As metanarrativas construídas pela razão iluminista, que acreditava na plenitude do sujeito por ser portador da “razão”, não encontram morada nas subjetividades dos homens e mulheres entrevistados. São indivíduos que se reconhecem incompletos, fragmentados, portadores de um inconsciente que pode traí-los.

Ser pai, esposo, um trabalhador, uma esposa carinhosa, uma mãe dedicada, não basta. Maria, casada há 16 anos, passou por várias crises no relacionamento com o marido que desembocaram em questionamentos sobre sua própria identidade. Atualmente, questiona até que ponto vale à pena continuar “investindo” no casamento. Segundo ela, na busca de trazer o marido para os assuntos da casa, de tentar envolvê-lo nos aspectos da intimidade, de fazê-lo relativizar a energia que dispensa no trabalho, acabou gerando uma crise da sua própria identidade.

Toda vez que eu tentei entrar no mundo dele, é como se ele falasse: “êpa, aqui não”. Ele acha que o trabalho o garante

emocionalmente. Sabe, eu passei por várias crises, sabe? Crises até bastante difíceis. E eram crises de extrema baixa estima. E por quê? Porque era uma coisa tão dúbia o processo que era gerado nessa história de exclusão, gerava uma coisa muito pirada, porque se eu buscava, se eu o buscava eu estava cobrando. Eu percebia que ele não vinha para a nossa vida, aí eu passei a ter um movimento de tentar entrar na dele. E daqui a pouco eu comecei a ver que vivia em função da dele e não da minha. E aí nessa história se começa (e eu acho que isso é uma coisa muito frequente que acontece com as mulheres) a ver o seguinte: que você está vivendo em função da tua casa, dos teus filhos, né, da história do teu marido. Agora, a tua história vai se perdendo, a individualidade, a identidade. A tua individualidade, a tua autoestima. Tudo isso vai pelo ralo. O que aparece é a mãe e a esposa. Mas, e a mulher? Cadê ela? Sumiu. Então eu tive momentos na minha vida em que me senti completamente perdida: “bom, e agora? O quê que eu sou? O quê que eu quero? O quê que é bom para mim?”

Então ele participa da minha vida, moramos na mesma casa, mas ele só participa indiretamente porque eu trago essas coisas, porque eu divido essas coisas, né? Então, ele tinha uma dificuldade muito grande de perceber que, primeiro, eu não estava querendo que ele fosse igual a mim. Não. Mas, eu queria sentir, porque era algo que eu não sentia essa fluidez de você trazer aquilo que você está vivendo e que é importante para a nossa vida. E que acrescenta na nossa vida. E que, às vezes, são coisas até ridículas, mas que você tem necessidade de dividir, que você tem necessidade de compartilhar.

E eu acho que é um conflito essa questão da identidade, que eu acho que é uma coisa, é um conflito atual. Se tem

hoje o problema de identidade institucional. Qual é o papel do Estado? O que compete ao Estado, até onde vai? O que compete ao privado, né, a questão do público e do privado. Isso não está claro. Hoje, a gente tem essa dificuldade de definir papéis. Acho que isso ocorre tanto em mulheres quanto em homens. Mas eu acho que, em algumas situações, a mulher avançou muito mais, em função da própria situação de subordinação, e a situação de nós vivermos num mundo masculino, ou dito masculino. Porque eu não sei dizer se isso que está aí é de fato masculino ou é outra coisa. Outra coisa definida como masculino. E talvez até isso gere certa crise no próprio homem de dizer “épa, espera aí, mas isso também não é masculino”. Isso é outra coisa. Talvez uma coisa da própria estrutura social que a gente tem aí, que faz com que as pessoas se percam ou percam seus referenciais. É aquela coisa: hoje você tem manual para tudo, né? Tem manual para fazer sexo, tem manual para educar filho. Então, o mundo vivido que te dá outra experiência distinta do manual, tem muita dificuldade de aprender, de conhecer com esse mundo vivido. Hoje está tudo meio pronto, né, empacotado, você já recebe, inclusive o privado. E o que gera, em parte, uma crise de identidade, que eu entendo que é essa coisa perdida. O quê que é verdadeiro, o quê que é bom para mim? O quê que é que eu sou? O quê que é que eu quero, né? Então eu acho que aí dá aquela coisa que homens e mulheres estão na ilha [...]. Mas eu acho que para os homens é mais complicado ainda. É um processo de acomodação. Processo de acomodação que eu digo é porque, como essa sociedade é uma sociedade que se pauta, e que se pautou no poder do masculino. Quando a mulher começou a perceber que ela era subjugada a isso, ela reagiu e começou a resgatar o “o que eu sou?” O homem não precisa, não precisava resgatar o “o que eu sou”, porque já existia o “o que eu sou” pronto. Eu entendo que o “o que

eu sou” pronto já não está bastando mais. E não está bastando mais porque existe uma reação do feminino. Existe uma reação da própria sociedade, onde as pessoas estão se sentindo perdidas. As pessoas estão sem referenciais próprios. Então aí eu acho que o homem está começando a dizer: “opa, não é bem assim”, entendeu? Então eu acho que talvez por isso ele esteja mais lento. Porque existiu certa acomodação mesmo. Já se definiu o “o que eu sou” (Maria).

Quando um indivíduo pergunta-se “quem sou eu?”, “por que não posso fazer o que eu desejo?”, estamos diante de um nível de conflito existencial no qual as bússolas de orientação para a vida cotidiana já não funcionam com a eficácia desejada. Foi este processo que descreveu Maria.

Para Giddens, atualmente, o “eu” é um projeto reflexivo, projeto conduzido em meio a uma profusão de recursos reflexivos: terapias e manuais de autoajuda de todos os tipos, programas e artigos de revistas. As escolhas de estilo de vida tornam-se narrativas reflexivas.

Quando grandes áreas da vida de uma pessoa não são mais compostas por padrões e hábitos preexistentes, o indivíduo é continuamente obrigado a negociar opções de estilo de vida. Além disso – e isto é crucial – escolhas não são apenas externas ou marginais das atitudes do indivíduo, mas definem quem o indivíduo “é” (GIDDENS, 1992, p. 41).

Na fala dos entrevistados, observou-se uma negação dos valores inculcados por seus pais identificados como tradicionais, principalmente aos que se referem aos papéis de gênero. Mas tal processo crítico não elimina a admiração que sentem pelos pais, principalmente quando relembram do grande esforço que fizeram para que os filhos pudessem cursar uma universidade.

A universidade mostrou-se como um espaço que, além de potencialmente possibilitar a ascensão social (marca da conjuntura histórica do Brasil dos anos 1960 e 70), tornou-se um *locus* privilegiado para encontros e debates. Além de ser um espaço onde os valores individualistas, identificados com a liberdade e a autonomia, mais prosperaram. Foi nesse espaço, prioritariamente, que visões de mundo começaram a ser questionadas e outras passaram a ser defendidas. Nas histórias de vida dos entrevistados, a experiência universitária e a convivência que ela possibilitou foram narrativas marcantes e frequentes.

6.4 Os homens e suas histórias

Sob o prisma da relação “tradicional-moderno”, as mudanças na identidade masculina consistem, em parte, na dissociação entre os valores com que os homens foram socializados e os valores que assimilaram. Isto passa a acontecer de forma mais consistente e intensa no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 70, quando eclodem inúmeros movimentos e partidos políticos que vão questionar de um lado: as bases de sustentação do modo de produção capitalista (cabendo tal tarefa aos partidos e organizações políticas, dos mais diversos matizes teóricos: leninismo, trotskismo, maoísmo, chevarismo, nacionalismo); do outro, movimentos nomeados alternativos, que desencadearam uma reflexão sobre a relação entre subjetividade e sociedade, que culminaram na articulação de propostas alternativas que vão da família à sexualidade, ao uso de drogas, à relação com corpo, à forma unissex se vestir, ao corte de cabelo como símbolo de rebeldia.

O fato de identificar o processo que os homens vivem atualmente de redefinições e busca de outros caminhos para estruturação

de sua subjetividade, de suas relações amorosas e das relações que estabelecem com as mulheres, com a ideologia individualista e a liberação feminina, não significa anular o peso da biografia de cada entrevistado. Cada um tem uma história singular que explica o porquê dos questionamentos e dúvidas que cercam sua identidade de gênero. Há episódios concretos da vida de cada um, como as dificuldades profissionais (Olavo, Haroldo), a morte do pai (Aluízio), a morte da mãe (Olavo), a separação conjugal (Cícero, João, Aluízio), uma relação amorosa conflituosa, desafiadora e provocadora (Pablo, Otávio), a crise no casamento (Antonio) e a sexualidade (João, Olavo), que marcam as singularidades da vida de cada um.

Mesmo diante da diversidade de episódios que marcam a vida de cada um dos entrevistados, foi possível observar que a entrada na universidade e a convivência em um ambiente caracterizado pela contestação os marcaram profundamente. O que faziam, defendiam e com quem andavam tiveram desdobramentos nas suas histórias e, particularmente, na forma como processaram e processam a reorganização de suas subjetividades e as relações que estabelecem com as mulheres.

Alguns dos entrevistados eram jovens, outros adolescentes no final da década de 1960 e primeira metade da de 70. Alguns fizeram a opção pelo movimento político organizado, outros por movimentos alternativos, outros ainda não tiveram nenhuma participação. João disse que era “um alienado”, totalmente alheio às mudanças e agitações que marcaram o Brasil dos 1960 e 70. Considerando a experiência de geração como referência, cheguei a três grupos.

Grupo I – Homens que fizeram parte de movimentos alternativos. Possuem um discurso mais identificado com a ideologia individualista. Não fazem distinção entre homem e mulher (Ricardo, Pedro).

Grupo II – Homens que participaram de organizações ou partidos de Esquerda. A distinção entre o homem e a mulher está colocada nas suas falas, mas acreditam que tais diferenças, inclusive biológicas, não são justificadoras para se estabelecer uma relação de dominação, ou de desigualdade afetiva (Olavo, Paulo, Aluizio, Rui, Fábio, Marcelo).

Grupo III – Homens que não estiveram engajados em nenhum projeto coletivo de mudanças e questionamentos. O processo de questionamento e insatisfação com os papéis reservados aos homens é mais recente. Tanto a subjetividade como a relação que têm com a mulher ainda são muito marcadas pela ideologia hierárquica. Neste grupo, a busca pela incorporação de nova concepção das relações entre os gêneros é marcada por conflitos mais anunciadas (João, Carlos, Cícero, Antonio, Haroldo).

Os homens que participaram de movimentos alternativos falaram de “ser humano”, que não fazem distinção entre homem e mulher. Para Ricardo, isso que se convencionou chamar “homem” e “mulher” não tem o menor sentido.

Na minha maneira de ver as coisas, não há essa distinção do homem e da mulher. É tudo ser humano. É tudo gente. É tudo espírito. Não tem uma relação física assim de que isso tem que ser assim e aquilo tem que ser assado. Para mim, não tem essa distinção, não (Ricardo).

O discurso de Ricardo é muito marcado pela ideia de sociedade alternativa. Ele vivenciou intensamente os anos 1960, com tudo de construtivo e contraditório que era possível. Para ele, o processo de questionamento e construção de sua identidade ainda é norteado por dúvidas que apareceram nos anos 60.

Olha, eu fiz algumas opções. Eu parei com certas coisas que percebia que eu estava automatizando, que estava a reboque fazendo aquilo que era o que se esperava. Eu saquei e

dei uma parada. Disse não, por aqui já está automatizado demais, já estou perdido, já estou envolvido com coisas que não têm a ver comigo. Então sempre fui alternativo nesse sentido. Alternativo no sentido de não mergulhar totalmente nessa inconsciência que é a que rege a sociedade. Essa minha insatisfação foi por causa dos anos 1960, drogas e muita loucura. Então tinha uma repressão também social muito grande, Ditadura. Tudo isso cria um conflito muito agudo entre existir de uma forma libertária, livre, e a repressão social e familiar também, que tudo isso está aí, que hoje é representado pela mídia, essa coisa que massifica, essa coisa que destrói, essa coisa que agudiza as diferenças (Ricardo).

Já no discurso de Cícero, a mulher é fortemente colocada como fator impulsionador dos questionamentos sobre os padrões de comportamento masculino, identificados com a ideologia hierárquica, inclusive com a perplexidade de muitas vezes não saber como agir diante de uma “mulher emancipada”. Define o primeiro casamento como “tradicional”. Depois da separação, sentiu-se perdido, confuso. Procurou várias terapias para conseguir “se encontrar”.

Agora, o homem que está nesse processo de adaptação, enquanto não se encontrar... Quem tá levando a porrada na cabeça é o homem porque até ajustar... Isso já foi muito pior, os movimentos femininos radicais, pô, pregavam a luta da mulher versus o homem e agora tá começando melhorar, a mulher não vê mais o homem como inimigo, como parceiro. E o homem tá ali, meio encolhido, sem saber o que fazer (Cícero).

Os homens que participaram de organizações de Esquerda têm um discurso muito marcado, até hoje, pela ideia do social, do compromisso com o coletivo, embora nenhum deles tenha uma

milîtância partidária atualmente. Para eles, o questionamento das relações de gênero só ocorre de forma mais aprofundada na década de 1980, e, de uma forma geral, a mulher (seja a esposa, a namorada ou a mãe) tem um papel muito importante neste processo de questionamento. Para Olavo, a vida no partido não propiciava este tipo de questionamento. Ao contrário, reforçava a intolerância, a arrogância e a hierarquia entre os gêneros. Só a partir da morte de sua mãe e de um processo autocrítico aprofundado, propiciado pela terapia, é que passou a ter uma atitude mais humilde diante da vida e a reconhecer a mulher como igual.

Olavo, Paulo, Aluizio, Rui, Fábio e Marcelo participaram de organizações que se estruturavam a partir dos princípios leninistas, princípios baseados na homogeneidade da atuação e das posições políticas. Para Paulo, existia uma grande violência tanto na organização que fazia parte quanto no próprio movimento estudantil que, de uma forma geral, reproduzia a dinâmica interna das organizações e partidos, o que acaba por reforçar as estruturas sociais hierárquicas em geral, e as de gênero em particular. O homem tinha que ser valente, provar que não tinha medo, pegar em arma para defender seus princípios revolucionários. Este modelo de militante reforçava o padrão de masculinidade hegemônico, sendo, inclusive, a presença da mulher vista com certo mal-estar tanto nas universidades como dentro das organizações.

Eu via o quanto a gente endurecia. Eu percebi uma coisa: o curso de Sociologia era um horror, todos estavam sob questão, era um ambiente carregado de suspeitas e desconfianças. Qualquer um podia ser do SNI e, nesse clima de horror, as mulheres sofriam muito. Eu me lembro como eu era cruel, cruel mesmo, com as meninas que se formaram lá, que se tornaram profissionais excelentes, mas questionava até o fato de elas serem classe alta, estarem ali, dizíamos que não dariam coisa nenhuma. Era um negócio

muito terrível. Nós dizíamos: “o que estas burguesinhas estão fazendo aqui?”. Era o curso de Sociologia na Federal do Rio Grande do Sul. Além disso, a dureza do movimento, a dureza que a situação te impunha com uma dureza que é inerente àquela cultura gaúcha, muito séria (Paulo).

O que se pode notar pela fala de Paulo é que havia certo desconforto em ver as mulheres compartilhando espaços historicamente masculinos. Mais do que compartilhando, elas estavam “questionando tudo”. Mesmo sendo militante, tendo uma postura crítica diante da situação ditatorial na qual o Brasil estava inserido, tal postura não teve um desdobramento das relações de gênero. A discussão dava-se em um plano de projetos políticos globais: burguesia x proletariado, capitalismo x socialismo, explorados x exploradores. O confronto não se dava entre indivíduos e sociedade.

Fazer história significava estar engajado em um discurso universalizante, globalizante. Todas as questões referentes ao campo da intimidade deveriam ser submetidas ao projeto coletivo. Seria perda de tempo discutir questões referentes à individualidade, pois só em uma nova sociedade baseada no modo de produção coletivista que novas relações sociais estabeleceriam-se, inclusive as de gênero.

Não havia espaço para uma reflexão sobre o indivíduo, não. A gente era massa de manobra dentro do partido. A gente militava, mas assim tudo pelo coletivo, né, tudo pelo social. E a questão individual sempre ficava para trás. Sempre relegada ao segundo plano. Tanto que os militantes da época, profissionalmente demoraram muito a se firmar. Ficaram afastados muito tempo do mercado de trabalho. Alguns deixaram a faculdade em função da militância e foram ficando para trás, ficando para trás, e a questão grana, por exemplo, ficou em último lugar... Eu estava tão envolvido politicamente que meu casamento foi por água

abaixo. Eu estava com 20 anos, 21. Aí eu larguei o casamento em função do partido político... Quer saber, eu era muito intolerante naquela época. Começava o relacionamento, não dava certo, “tchau”. Tipo assim: tenho coisa mais importante para tratar. Depois de levar muita pancada na cabeça, de sofrer muito, e tratar minhas inseguranças, aprendi a ser mais tolerante, mais humilde (Olavo).

Embora houvesse um clima de grande questionamento do autoritarismo da sociedade burguesa, eles não conseguiam escapar da sua condição de autoritários de Esquerda (VAITSMAN, 1994). Se alguns tinham como eixo central de suas críticas de militância os aspectos referentes à infraestrutura da sociedade, e outros aos aspectos superestruturas, a questão é que havia um ambiente de insatisfação social no Brasil deste período marcado pelo questionamento e rupturas. E, de certa forma, essas duas concepções (uma voltada mais para o coletivo e outra para o individual) acabaram por se influenciar mutuamente.

Os novos movimentos sociais, as novas linguagens de expressão da subjetividade, inclusive com o apoio da psicanálise, os direitos das minorias, todos estes eram elementos que levavam à emergência da problemática do “outro”, o que, no âmbito das relações de gênero, expressou-se na constituição das mulheres como sujeitos, indivíduos, desafiando discursos e práticas patriarcais [...]. A crítica ao autoritarismo e às concepções totalizantes que haviam se revelado totalitárias colocava-se agora como autocrítica, por parte de inúmeros representantes da própria esquerda. Este seria também um dos sinais a indicar o desenvolvimento de novas maneiras de realocar-se num mundo que apresentava-se cada vez mais fragmentado – econômico, político, social e culturalmente. Daí a busca de novos caminhos existenciais, discursivos, culturais,

que se expressariam com a contracultura, o tropicalismo, a poesia marginal, a cultura da droga, da psicanálise, do corpo e o desbunde dos anos 1970. Daí também a emergência de novas formas de ver e conceber o social e o político (VAITSMAN, 1994, p. 51).

Alguns entrevistados afirmaram que as conquistas femininas representam “ganhos para homem”, pois foi a partir da contestação do movimento feminista que muitos homens começaram a ver como realmente eram duros nas suas relações. Foi a partir da crítica feminista à exploração e dominação masculina que os homens começaram a pensar sobre a relação entre os próprios homens, e mais, a relação que cada um tinha consigo mesmo. É nesse sentido que, para eles, a conquista da sensibilidade, de uma nova forma de organizar a subjetividade é, de certa forma, um débito dos homens às feministas.

É preciso destacar, mais uma vez, que a forma como cada um dos entrevistados processou individualmente tais mudanças e as incorporou devem ser também contextualizadas a partir da história de vida de cada um deles. A liberação feminina e a emergência da ideologia individualista se articulam em graus e formas diferenciadas para propiciar o questionamento da identidade de gênero gestada na socialização primária.

Considerações finais

Tentou-se discutir ao longo deste trabalho como um grupo de homens repensa suas identidades de gênero. A tipologia “tradicional-moderno” traduz esse movimento que ocorre nas subjetividades dos homens, sendo o tradicional identificado com a socialização primária, que estabelece um padrão comportamental para os homens marcado por interdições. Segundo este modelo “homem que é homem” não deve falar de cansaço, de insatisfação, insegurança ou de medo; precisa ser audacioso, viril, corajoso. A família, a escola, os colegas e a igreja aparecem nas falas dos entrevistados como os responsáveis pela transmissão da pedagogia da virilidade.

Como a identidade de gênero se constrói relacionalmente, o movimento feminista, fortemente estabelecido a partir da década de 1960, tem colocado em xeque o modelo de relações de gênero estruturado na hierarquia e assimetria. Além da emergência do movimento feminista, outros fatores (conforme Capítulo VI) têm se combinado para propiciar a estes homens uma reflexão em torno de suas identidades de gênero, entre eles: a incorporação da ideologia

individualista e o acelerado processo de transformações macros, perceptíveis através de indicadores econômicos, pelas quais o Brasil passou nos últimos trinta anos.

Esses homens têm buscado reconstruir suas identidades de gênero utilizando como referência um modelo de masculinidade conectado com a sensibilidade. Denominou-se essa forma de organizar a subjetividade de *endo-referência*, na medida em que os questionamentos, reflexões e queixas passam, inicialmente, por um processo interior de equacionamento marcado por conflitos e dúvidas, e identificado pelos entrevistados como um *processo de descondicionamento*.

Esse tipo de masculinidade, denominada no Capítulo III de “masculinidade crítica”, convive com outras configurações de prática de homens, ou seja, com outras masculinidades. Isto aponta para outro aspecto tratado desta pesquisa: a possibilidade da coexistência num mesmo contexto social de múltiplas masculinidades, ressaltando que se tratou na pesquisa empírica, de um grupo de homens pertencente a um segmento da camada média urbana que tem como marcas de distinção serem psicologizados e intelectualizados, delimitando, assim, fronteiras dentro da própria camada média.

O leitor pode colocar a seguinte questão: o que se pode esperar desses homens que estão repensando sua condição de homem, que defendem a igualdade entre os gêneros? Por que não transformam seus discursos num movimento que busque dar visibilidade aos seus questionamentos e insatisfações e não se contrapõem de forma mais incisiva à masculinidade hegemônica? Não estão estes homens numa posição excessivamente cômoda, visto que são homens brancos, de meia-idade, heterossexuais, da camada média urbana? Não seria mais correto qualificá-los como “cúmplices”, segundo tipologia proposta por Connell (1995)?

Na nossa sociedade, homens que têm os atributos apontados acima (brancos, heterossexuais, meia-idade, camada média) são potencialmente poderosos, são homens que podem falar. No entanto, esta ideia de homens poderosos, que buscam o sucesso obsessivamente através do trabalho e de outras artimanhas, foi bastante criticada pelos entrevistados. Todos reconhecem que o trabalho tem um papel fundamental nas suas vidas, não se imaginando desempregados ou dependentes financeiramente de uma mulher, mas o apego que têm ao trabalho está muito mais vinculado a um *ethos* constitutivo das sociedades modernas (WEBER, 1992; GEREMEK, 1994), do que, propriamente, a uma busca de sucesso e poder.

O tipo de masculinidade que eles representam não consegue ter visibilidade social porque a ideologia da masculinidade hegemônica, que se pauta na divisão hierárquica e assimétrica das relações de gênero e que formula um discurso que busca desvalorizar tudo que se refere ao feminino, consegue um nível de hegemonia que tenta calar ou intimidar outras masculinidades. A homofobia, a violência, o racismo e o machismo são algumas das práticas da masculinidade hegemônica na sociedade brasileira.

Isto faz com que a masculinidade crítica não consiga transformar suas insatisfações e posições dentro da relação de gênero num movimento social. Esse tipo de masculinidade consegue se expressar de forma mais visível através da arte. Algumas músicas falam desse tipo de masculinidade. Entre elas pode-se citar: *Pai e mãe*, *Esotérico*, *Fé-menino*, *Logunedé*, *Corações a Mil* e *Superhomem*. Nesta última, Gilberto Gil (1979) declara:

Um dia
Vivi a ilusão
de que ser homem bastaria
Que o mundo masculino
tudo me daria
Do que eu quisesse ter

Que nada
Minha porção mulher
que até então se resguardara
É a porção melhor
que trago em mim agora
É que me faz viver

Esses versos podem ser lidos como exemplo da busca pela constituição do que se chamou (no Capítulo IV) de “identidade comum de dois gêneros”, apontando uma das tendências na constituição das identidades de gênero que é a interseção crescente de modelos comportamentais entre os gêneros.

Além de conseguir se expressar na arte, a ênfase da crítica à masculinidade hegemônica é filtrada como ganhos pessoais que são postos em prática nas microinterações, principalmente nas relações amorosas e na forma como passam a organizar suas subjetividades. Tais redefinições não são suficientes para se falar de “um novo homem”, que vive as transformações interiores ao mesmo tempo em que constrói um projeto igualitário de funcionamento político e social nas relações de gênero, conforme posição de Nolasco (1993)⁸¹ e de Badinter (1992). Sendo que, para Badinter (JORNAL DO BRASIL, 1993), um novo homem está nascendo, agora finalmente reconciliado consigo mesmo e que “o machão está desaparecendo de nossa civilização. Ele não tem mais legitimidade ideológica nem política. Restam alguns casos de machismo, mas são poucos”. Tais afirmações excedem em otimismo.

O fato de alguns homens passarem a ter um discurso identificado com a ideologia igualitária não faz com que passem automaticamente a estruturar suas práticas única e exclusivamente segundo

81 Na entrevista que realizei com Nolasco, ele assumiu que tinha traçado uma postura muito “otimista” no seu livro *O mito da masculinidade* (1993, Capítulo VIII – “O novo homem”) e que estava revendo tal posição.

tal configuração e nem que se possa proceder a generalizações. A partir do conceito de desmapeamento, tentou-se mostrar que a ideologia hierárquica também está presente nas subjetividades destes homens, gerando conflitos e contradições que são potencializados quando efetivam suas práticas nas relações de gêneros, conforme se discutiu no Capítulo V. Não existe qualquer garantia que este tipo de masculinidade venha a se afirmar como hegemônica, ou que as relações de gênero serão estruturadas hegemonicamente de acordo com a ideologia individualista, em que não exista a precedência de um gênero sobre o outro.

Ao mesmo tempo em que nota-se a configuração de novas práticas dos homens na ordem de gênero, ou de novas masculinidades, há também o reforço e a retomada da configuração hegemônica. As teses que Fukuyama (*apud* BRECHA, 1997) divulga em seu último livro, *Fin del orden*, servem para ilustrar tal retomada. Segundo o autor, a razão pela qual as sociedades asiáticas carecem dos problemas que conhecem às da América do Norte e da Europa é que naquelas há uma maior resistência a igualdade entre os gêneros, sendo a emancipação feminina a responsável pela crise social. Assim, segundo Fukuyama, o crescimento exponencial da criminalidade, da violência doméstica, do analfabetismo, do alcoolismo e outras chagas sociais têm como origem a grande ruptura gerada pelo ingresso massivo das mulheres no mercado de trabalho. A ruptura nas relações assimétricas e hierárquicas, provocada pelo movimento feminista, é a responsável, em última instância, pelo fim da ordem. Para que a ordem se restabeleça, segundo a tese de Fukuyama, é necessário que a mulher volte a ocupar suas tradicionais funções de provedora moral da prole e guardiã da família nuclear.

Kimmel (*apud* CONNELL, 1995) aponta que o futuro das relações de gênero é incerto, mas o que se nota nas últimas décadas é o reforço do modelo de masculinidade que exalta a violência e a

segregação sexual, exemplo disso seria o alto consumo de seriados no estilo *Rambo*. Segal (1990) é cautelosa em relação ao ritmo de mudanças, mas não tem dúvidas sobre as possibilidades, através de um trabalho contínuo nas instituições familiares, nos locais de trabalho, nos sindicatos e nos partidos políticos.

Conforme foi explicitado no Capítulo III, falar de gênero e da forma como as sociedades estruturam suas relações é reportar-se para uma narrativa que parece descolada da práxis social. Essa é uma esfera muito reticente às mudanças e nem sempre acompanha o ritmo das mudanças macros. No caso desta pesquisa, tentou-se demonstrar que os homens entrevistados buscam redefinir suas identidades de gênero, mas que vivenciam tal processo através de conflitos internos e limitações externas, o que nos faz lembrar Mark Twain, quando afirmou “a gente não se liberta de um hábito atirando-o pela janela: é preciso fazê-lo descer a escada, degrau por degrau” (1894, p. 77, tradução anônima).

Para concluir, é importante ressaltar, mais uma vez, o caráter desta pesquisa. Refere-se a um tipo específico de masculinidade, não se pretendeu fazer generalizações. Talvez a contribuição deste trabalho esteja em chamar a atenção para necessidade de a Sociologia incorporar o estudo sobre homens como um tema fundamental para o entendimento das relações de gênero no Brasil. Muitas questões e problemas sociológicos precisam ser pensados e pesquisados, entre elas pode-se destacar: seria possível estabelecer uma tipologia da masculinidade para nossa sociedade? Caso seja possível, quais seriam os tipos que coexistem nos contextos sociais? Quais as variáveis que se cruzam para sua constituição? Como se transforma esta configuração da prática dos homens nas relações de gênero? Como ocorre a estruturação da masculinidade hegemônica na nossa sociedade?

A desconstrução analítica da representação substantivada do “masculino” certamente terá que passar pela formulação de novos

instrumentos conceituais, alimentados pela pesquisa empírica. O que se tentou, ao longo do texto, foi lançar algumas luzes sobre uma problemática social, que ainda carece de um amadurecimento sociológico.

Referências

ALBERONI, Francesco. *O Erotismo: Fantasias e realidades do amor e da sedução*. São Paulo: Círculo do Livro, 1986.

ALMEIDA, Angela M. de. Notas sobre a família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela M. de, CARNEIRO; Maria José (Org.). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Coedição Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ, 1987.

ANDREA, Cornwall; LINDISFARNE, Nancy (Org.). *Dislocating masculinity: Comparative ethnographies*. London and New York: Routledge, 1994.

ARDAILLON, Danielle; CALDEIRA, Teresa. Mulher: indivíduo ou família. *Novos Rumos*, CEBRAP, v. 2, n. 4, São Paulo, 1984.

ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Em nome da mãe. In: *Da mulher. Perspectivas Antropológicas*, n. 3. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

_____. Mãe preta, saudade branca: processo de socialização e distância social no Brasil. *Série Antropológica*, n. 90. Departamento de Antropologia, UnB, Brasília, 1990.

ÁVILA, Maria Betânia. Modernidade e cidadania reprodutiva. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, CIEC/ECOUFRJ, v. 1, n. 2, 1993.

BADINTER, E. *Um é o outro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *Um amor conquistado: O mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. *XY: Sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

BANDEIRA, Lourdes. A incorporação do enfoque de gênero no PAISM. In: Reunião Nacional sobre Incorporação do Enfoque de Gênero e Qualidade de Atenção nos Serviços de Saúde Reprodutiva. Aracajú, 1996 (Mimeo).

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1994.

BARTHES, Roland. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: PINTO, Milton José (Org.). *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971.

BENTO, Berenice. *A (re)invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERGER, P. I.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.

BOTAS, Paulo Cesar Loureiro. A perversão da ternura. In: COSTA, M (Org.). *Macho, masculino, homem*. São Paulo: LePM editores, 1986.

BOTT, E. *Família e Rede Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In: BIMBAUM, Pierre; CHAZEL, François (Org.). *Teoria Sociológica*. São Paulo: Hucitec-EDUSP, 1977.

_____. Uma ciência que perturba; Algumas propriedades dos campos. In: *Questões de Sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. A gênese dos conceitos de *Habitus* e de campo; A identidade e a representação; A representação política; Elementos para uma teoria do campo político. In: *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: DIFEL, 1989.

_____. *Lições da Aula*. São Paulo: Ática, 1994.

_____. A dominação masculina. In: *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.

_____. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). *Gênero & Saúde*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

_____. Estrutura, *Habitus* e Prática. In: *Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992, p. 337-361.

BROD, Harry; KAUFMAN, Michael (Org.). *Theorizing masculinities*. Nova York: Sage Production Editor, 1994.

BURIM, Mabel. Para cada mulher. *Revista de Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais*, ANMTR, 1997 (Poema).

CAMPBELL, J. K. *Honour, family and patronage*. Oxford: Clarendon Press, 1964.

CARNEIRO, M. J.; GONÇALVES DE PAULA, S.; ALMEIDA, A. M. de (Org.). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Coedição Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ, 1987.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. São Paulo: Papirus, 1990.

CASTRO, Mary G.; LAVINAS, Lena. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

CERRONI, U. *A relação homem-mulher na civilização burguesa*. Lisboa: Editori Riuniti, 1977.

CHODOROW, Nancy. Estrutura familiar e personalidade feminina. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley: University of califórnia Press, 1987.

_____. Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

CORNEAU, G. *Pai ausente, filho carente*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. Paternidade e masculinidade. In: NOLASCO, Sócrates (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. In: CORRÊA, Mariza (Org.). *Colcha de retalho: estudos sobre a família no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

COSTA, A.; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, M. (Org.) *Macho, masculino, homem*. São Paulo: LePM editores, 1986.

COULON, Alain. *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes, 1995.

DAMATTA, R. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

DAUSTER, Tânia. *Laços e nós: indivíduo, família e amigos*. Rio de Janeiro: PPGMN, 1985 (Mimeo).

DENICH, Bette S. Sexo e poder nos balcões. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

D'INCAO, Maria Angela (Org.) *Amor e família no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1989.

SILVA, Benetido; MIRANDA, Antonio Garcia de et al. *Dicionário de ciências sociais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/ Instituto de Documentação, 1986.

DUMONT, L. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURKHEIM, Émile. *A divisão do trabalho social*. v. 1. Lisboa: Presença, 1984.

_____. *As formas elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Paulinas, 1989.

_____. *O suicídio*. Lisboa: Presença, 1992.

FIGUEIRA, S. (Org.). *Psicanálise e Antropologia: uma visão do mundo brasileiro*. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 dez. 1981.

_____. Modernização da família e desorientação: Uma das raízes do psicologismo no Brasil. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985a.

_____. (Org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985b.

_____. (Org.). *Uma nova família?: o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

_____. (Org.). *Efeito Psi: a influência da psicanálise*. Rio de Janeiro: Campus, 1988.

FIGUEIRA, S.; VELHO, Gilberto (Org.). *Família, psicologia e sociedade*. Rio de Janeiro: Campus, 1981.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. v. 1. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

_____. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. v. 1. Rio de Janeiro: José Olympio, 1951.

GALLI, Mariângela Peccioli. Enunciação e discursividade em enunciados do cotidiano: a análise do discurso. *ALFA: Revista de linguística*. v. 39, São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

GREGORI, Maria Filomena. Mulheres e relações violentas. *Novos Estudos*, n. 23, São Paulo: CEBRAP, 1989.

GEREMEK, Bronislaw. *Os filhos de Caim*. São Paulo: Hucitec, 1994.

GIDDENS, A. *A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

GIL, Gilberto. Super-homem – a canção. In: GIL, Gilberto. *Realce*. Rio de Janeiro: Warner Musica Brasil, 1979. 1 CD. Faixa 3.

GILKOVATE, Flávio. *Homem: o sexo frágil?*. São Paulo: MG Editores Associados Ltda., 1989.

GOLDENBERG, M. A outra: uma reflexão antropológica sobre a infidelidade masculina. In: NOLASCO, Sócrates (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

GILMORE, D.; GILMORE, M. Sobre los machos y los matriarcados el mito machista en Andalucía. *Ethnica: revista de antropología*, n. 14, p. 147-160, 1978.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1990.

GREGOLIN, Maria do R. Valencise. A análise do discurso: conceitos e aplicações. A análise do discurso. *ALFA: Revista de linguística*. v. 39. São Paulo: Editora da UNESP, 1995.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero: o que é isso?. *Revista de psicologia, ciência e profissão*. Rio de Janeiro, 1995.

HABERMAS, Jurgen. Técnica e ciência enquanto “ideologia”. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas nas teorias feministas. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1993.

HEILBORN, Maria Luiza. *Conversa de portão: juventude e sociabilidade em um subúrbio carioca*. 193 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ, 1984.

_____. *Dois é par: conjugabilidade, gênero e identidade sexual em contexto igualitário*. 217 p. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Programa de Pós-graduação em Antropologia Social/Museu Nacional/UFRJ, 1992a.

_____. Fazendo gênero? A Antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992b.

_____. Gênero e hierarquia: a costela de Adão revisitada. *Estudos feministas*, Vol. 1. Rio de Janeiro: CIEC/ECO/UFRJ, n. 1, 1993.

HERDT, G. *Guardians of the flutes: Idioms of masculinity*. Nova Iorque: McGraw Hill, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

JOHNSON, Robert A. *He: A chave do entendimento da psicologia masculina*. São Paulo: Mercuryo, 1987.

KAUFMAN, M. *Cracking the armour: power, pain and the lives of men*. Toronto: Viking, 1993.

KEHL, Maria Rita. A psicanálise e o domínio das paixões. In: NOVAES, A. (Org.). *O olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

KERGOAT, Danièle. Novas reflexões sobre a dominação masculina. In: LOPES, Marta Julia Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW Vera Regina (Org.). *Gênero & Saúde*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

KIMMEL, Michael S. Masculinity as homophobia. In: BROD, Harry; KAUFMAN, Michael (Org.). *Theorizing masculinities*. Nova York: Sage Production Editor, 1994.

LAMPHERE, Louise. Estratégias, cooperação e conflito entre as mulheres em grupos domésticos. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LASCH, C. *Refúgio num mundo sem coração: família, santuário ou instituição sitiada?* São Paulo: Paz e Terra, 1991.

LEAL, O. F.; BOFF, A. de M. *Insultos, queixas, sedução e sexualidade: Fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional*. In: *Seminário Sexualidade Brasileira*. Rio de Janeiro, UERJ, 1994 (Mimeo).

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. In: *Obras escolhidas*. v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1983.

MARX, Karl. *Formações econômicas pré-capitalistas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975a.

_____. *O capital* (Livro I, Vol. I). Rio de Janeiro: Brasiliense, 1975b.

MAY, R. *O homem a procura de si mesmo*. Petrópolis: Vozes, 1971.

MEAD, Margaret. *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1988.

MEDRADO, Benedito. *A masculinidade nos comerciais de televisão*. In: *XX Reunião Anual da ANPOCS*. Caxambu – Minas Gerais, 1996 (Mimeo).

MENDES DE ALMEIDA, Maria Isabel. *A modernização da maternidade (1950-1980) – uma abordagem sociológica da subjetividade na família de classe média brasileira*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UPERJ, Rio de Janeiro, 1987 (Mimeo).

_____. *Masculino/feminino: tensão insolúvel. Sociedade brasileira e organização da subjetividade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

MEYER, Dagmar Estermann. Do poder ao gênero: uma articulação teórico-analítica. In: LOPES, Marta J. Marques; MEYER, Dagmar Estermann; WALDOW, Vera Regina (Org.). *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artmed, 1996.

MODESTO, Edith Lopes. *Homossexualidade, preconceito e intolerância: análise semiótica de depoimentos*. 296 p. Tese (Doutorado em Linguística) – PPGSLG/USP, 2010.

NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Mal-estar na família: descontinuidade e conflito entre sistemas simbólicos. In: FIGUEIRA, S (Org.). *Cultura da psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

NOBERT, Elias. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

NOLASCO, S. *Identidade masculina: um estudo sobre o homem de classe média*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – PUC/RJ, 1988 (Mimeo).

_____. *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

_____. (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. O machão arrependido. *Revista de Domingo, Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 de julho de 1996.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. *Elogio da diferença: O feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

ORTIZ, Reinaldo. Discursos masculinos: a auto-opressão do homem e a prevenção da transmissão da HIV/AIDS. In: NOLASCO, Sócrates (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

ORTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura?. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHIRE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERELBERG, R. *As fronteiras do silêncio*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

PITT-RIVERS, J. Honour and social status in Andalusia. In: *The Fate of Shechem or the Politics of Sex*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 19-47, 1977.

POSSENTI, Sírio. O “eu” no discurso do “outro” ou a subjetividade mostrada: a análise do discurso. *ALFA: Revista de linguística*, v. 39. Editora da UNESP: São Paulo, 1995.

PRADO, D. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Coleção Primeiros Passos).

RAMIREZ, Rafael. Ideologias masculinas: sexualidade e poder. In: NOLASCO, Sócrates (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

RAMOS, Graciliano. *São Bernardo*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

REIS, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

RIBEIRO, I (Org.). *Família em processo contemporâneo: inovações culturais na sociedade brasileira*. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHERE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática 1993.

RORTY, Richard. Feminismo, ideologia e desconstrução: uma visão pragmática. In: ZIZEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHIRE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROUANET, Sérgio P. *O mal estar na modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. *As razões do iluminismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1985.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *O contrato social*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Editora Moderna, 1987.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

SALEM, T. Família em camadas Médias: uma perspectiva antropológica. In: *BIB*, n. 21 Anpocs, Rio de Janeiro, 1986.

SAMARA, Eni de Mesquita. Tendências atuais da História da família no Brasil. In: ALMEIDA, Angela Mendes de; CARNEIRO, Maria José (Org.). *Pensando a família no Brasil*. Rio de Janeiro: Coedição Espaço e Tempo/Editora da UFRRJ, 1987.

SANDY, Peggy Reeves. A reprodução do patriarcado na Antropologia feminista. In: GERGEN, M. M. (Org.). *O pensamento feminista e a estrutura do conhecimento*. São Paulo: Edunb/ Rosa dos Ventos, 1993.

SANTIAGO, Silviano. Arte masculina?. In: NOLASCO, Sócrates (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

SCHUTZ, A. *Fenomenologia e relações sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.

SEGAL, Lynne. *Slow motion: changing masculinities, changing men*. New Jersey: Rutgers University Press, 1990.

SEGATO, Rita Laura. A natureza do gênero na psicanálise e na Antropologia. *Série Antropologia*, n. 146, Departamento de Antropologia – UnB, Brasília, 1993.

SILVA, Antonio Ozai. *História das tendências no Brasil: origem, cisões, Propostas*. 2. ed. São Paulo: Dag, 1989.

SIMMEL, Georg. O indivíduo e a diáde. In: CARDOSO, F. H.; IANNI, O. (Org.). *Homem e sociedade: Leituras básicas de Sociologia geral*. São Paulo: Nacional, 1973.

SMITH, Adam. *Riqueza das Nações* (Livro I), Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

STACK, Carol. O comportamento sexual e estratégias de sobrevivência numa comunidade negra urbana. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHIER, Louise (Org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

STRATHERN, Marilyn. Una perspectiva antropológica. In: HARRIS, Olivia; YOUNG, Kate (Org.). *Antropologia y Feminismo*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1979.

SUÁREZ, Mireya. Desconstrução das categorias “mulher” e “negro”. *Série Antropologia*, n. 133. Brasília: UnB, 1992.

_____. Enfoques feministas e Antropologia. In: *Série Antropologia 177*. Brasília: UnB, 1995.

THOMAS, A. T.; DIDEROT; D’EPINAY. *O que é uma mulher?*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

TOCQUEVILLE, Alexis. *Democracy in America*. Nova York: Anchor. 1967.

TRAT, Josette. E. Badinter ou a arte da conciliação. *Estudos feministas*, v. 1, n. 1, Rio de Janeiro: CIEC, ECO, UFRJ, 1993.

TWAIN, Mark. *The Tragedy of Pudd’nhead Wilson*. London: Charles L. Webster & Company, 1984.

VAITSMAN, J. *Indivíduo, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Dados, v. 38, n. 2, 1995.

_____. *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

VALE DE ALMEIDA, Miguel. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim do Século, 1995.

VELHO, G. *Estigma e comportamento desviante em Copacabana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. Observando o familiar. In: NUNES, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. *Boletim do Museu Nacional*, n. 31, Rio de Janeiro: Zahor, 1979.

_____. *Individualismo e cultura: notas para uma Antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. Aliança e casamento na sociedade moderna: separação e amizade em camadas médias urbanas. In: *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, 1983.

_____. *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

_____. A busca de coerência: coexistência e contradições entre códigos em camadas médias urbanas. In: FIGUEIRA, S. (Org.). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

WEBER, Max. *Economia e sociedade*. Brasília: Editora da UnB, 1991.

_____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1992.

WINICK, Charles E. *Unissexo*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

WOLF, Margery. Mulheres chinesas: antigos costumes em novo contexto. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist; LAMPHIRE, Louise (Org.). *A mulher, a cultura, a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ZANOTTA, Lia. Identidade e individualismo. *Série Antropologia*, n. 33, DAN-UnB, Brasília, 1982.

_____. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

Revistas e jornais consultados

BRECHA (Revista). *Ahora se acabó el ordem social*, n. 627, Montevideo, 5 dez. 1997.

DIÁRIO DE CAMPO. Entrevista com o psicólogo José Neponuceno, s/l, 10 fev. 1996.

JORNAL O GLOBO. *O pai-mãe e a tarefa de participar das atividades domésticas*. Rio de Janeiro, maio 1987.

_____. *Insegurança do sexo forte*. Rio de Janeiro, abr. 1987.

JORNAL DO BRASIL. (Revista de Domingo). *A mulher brasileira*. Rio de Janeiro, abr. 1982.

_____. (Revista de Domingo). *O sexo forte em xeque*. Rio de Janeiro, ago. 1987.

_____. (Caderno Ideias). *Entrevista com Badinter*. Rio de Janeiro, 27 mar. 1993.

JORNAL FOLHA DE S. PAULO. *O homem?* São Paulo, mar. 1984.

JORNAL O ESTADO DE S. PAULO. *Crise é dos dois sexos, mostra pesquisa*. São Paulo, jun. 1991.

_____. *Mulher incorpora “padrão masculino”*. São Paulo, set. 1991.

REVISTA ISTO É. *Por um homem mais doce: entrevista com Moacir Costa*. Rio de Janeiro, jun. 1987.

REVISTA VEJA. *O medo dos homens*. Rio de Janeiro, mar. 1986.

_____. *O inimigo invisível*. Rio de Janeiro, 19 abr. 1992.

_____. *A angústia do macho (especial)*. n. 29. Rio de Janeiro, abr. 1996.



Associação Brasileira
das Editoras Universitárias